

JORNALISMO & JORNALISTAS

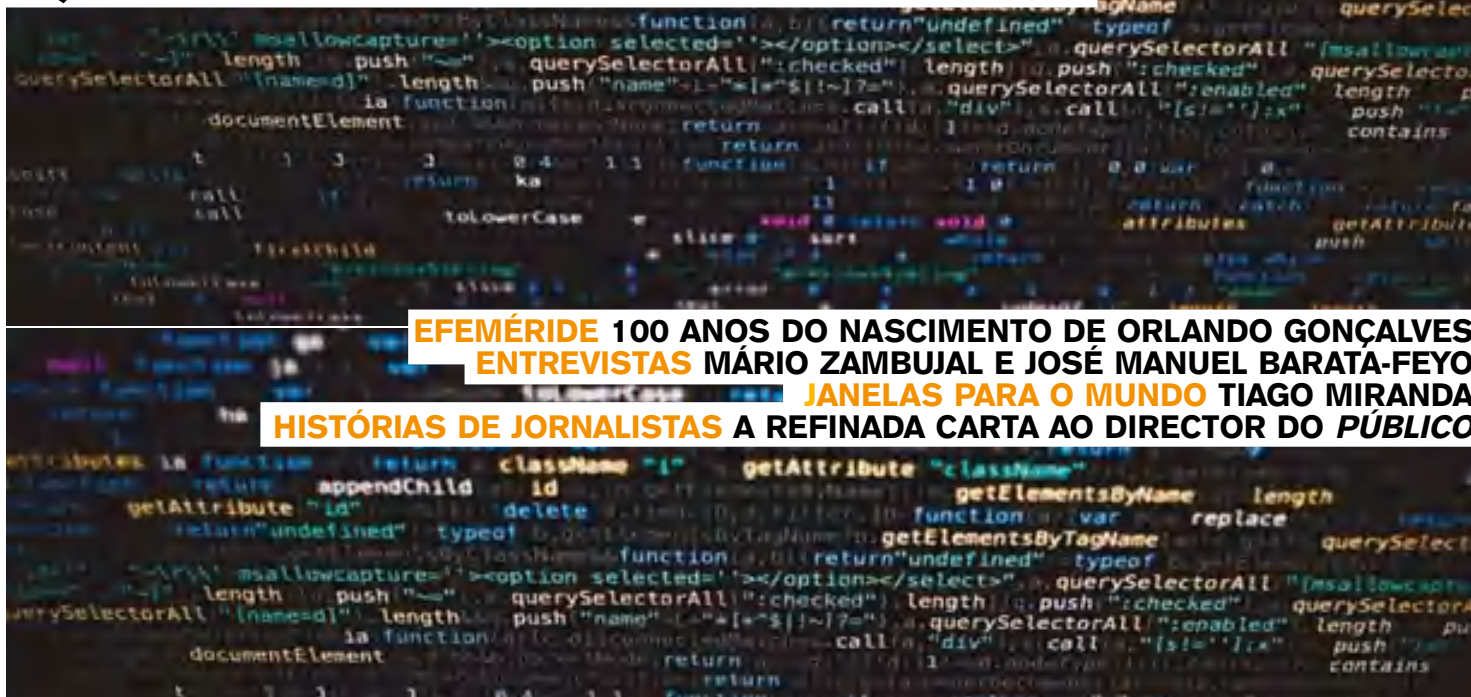
JJ é uma edição do Clube de Jornalistas >> n.º 76 Out/Dez 2021 >> 2,50 Euros

MONTAGEM SOBRE FOTO DE MARKUS SPISKE/UNSPASH



JORNALISMO DE DADOS MAIS DO QUE NÚMEROS QUE CONTAM HISTÓRIAS

EFEMÉRIDE 100 ANOS DO NASCIMENTO DE ORLANDO GONÇALVES
ENTREVISTAS MÁRIO ZAMBUJAL E JOSÉ MANUEL BARATA-FEYO
JANELAS PARA O MUNDO TIAGO MIRANDA
HISTÓRIAS DE JORNALISTAS A REFINADA CARTA AO DIRECTOR DO PÚBLICO





PRÉMIO
APIFARMA | CLUBE DE JORNALISTAS
JORNALISMO
EM SAÚDE

CATEGORIAS A CONCURSO

TRABALHOS DIFUNDIDOS EM 2021

- ▶ GRANDE PRÉMIO
- ▶ PRÉMIO CARREIRA
- ▶ IMPRENSA
- ▶ RÁDIO
- ▶ TELEVISÃO
- ▶ JORNALISMO DIGITAL
- ▶ PRÉMIO UNIVERSITÁRIO REVELAÇÃO

ENVIO DE CANDIDATURAS
ATÉ 31 DE JANEIRO DE 2022

INICIATIVA



GESTÃO E ORGANIZAÇÃO



REGULAMENTO DISPONÍVEL EM
WWW.CLUBEDEJORNALISTAS.PT



WWW.APIFARMA.PT



Directora	Maria Flor Pedroso
Direcção Editorial	Eugénio Alves Paulo Martins
Conselho Editorial	Fernando Cascais Fernando Correia Francisco Mangas José Carlos de Vasconcelos Manuel Pinto Mário Mesquita
Grafismo	José Souto
Secretária de Redacção	Palmira Oliveira

Colaboram neste número

Álvaro Costa de Matos, Augusto Correia, Carla Martins, Elodie Fiedler, Eugénio Alves, Germano Silva, Gonçalo Pereira Rosa, João Miguel Rodrigues, José Frade, Lucília Monteiro, Luís Taklim, Maria Flor Pedroso, Mário Rui Cardoso, Orlando César, Paulo Martins, Rui Barros, Rui Ochoa e Tiago Miranda

A ortografia dos artigos publicados nesta revista corresponde à opção dos respetivos autores.

Propriedade	CLUBE DE JORNALISTAS A produção desta revista só se tornou possível devido aos seguintes apoios: ● Casa da Imprensa ● Lisgráfica ● Fundação Inatel
Tratamento de imagem	Impress Estrada da Ribeirinha, nº 92 Pavilhão D Alcolombal de Baixo 2705-832 Terrugem
Impressão	Lisgráfica, Impressão e Artes Gráficas, SA Casal Sta. Leopoldina, 2745 QUELUZ DE BAIXO Dep. Legal: 146320/00 ISSN: 0874 7741 Preço: 2,49 Euros
Tiragem deste número	2.000 ex.
Redacção, Distribuição, Venda e Assinaturas	Clube de Jornalistas R. das Trinas, 127 1200 Lisboa Telef. - 213965774 e-mail: cj@clubedejornalistas.pt

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS SÓCIOS DO CLUBE DE JORNALISTAS E AOS ASSOCIADOS DA CASA DA IMPRENSA PERIODICIDADE TRIMESTRAL

Site do CJ
www.clubedejornalistas.pt

6 ANÁLISE JORNALISMO DE DADOS
A convite da JJ, um jornalista de dados explica a natureza do trabalho que desenvolve. Fiel à missão profissional, recorre a novos métodos. Eis uma área a carecer de investimento.
● Muito mais do que usar números para contar histórias **Por Rui Barros**

14 EFEMÉRIDE 100 ANOS DO NASCIMENTO DE ORLANDO GONÇALVES
Evocação do percurso do director histórico do *Notícias da Amadora*, jornal que se bateu contra a ditadura, em permanente confronto com a Censura.
● "Pequeno jornalista" tornou-se director de jornal "de resistência" **Por Orlando César**

20 HOMENAGEM GERMANO SILVA
Para assinalar o 90.º aniversário do jornalista, um episódio contado pelo próprio.
● Havia mesmo uma história **Por Germano Silva**

22 MEMÓRIA JÚLIO DE CASTILHO
Segunda parte do trabalho sobre a sua relação com a imprensa.
● Um publicista em fim de século
Por Álvaro Costa de Matos

28 ENTREVISTA JOSÉ MANUEL BARATA-FEYO
O provedor do leitor do jornal *Público* faz um balanço do seu mandato.
● "Os leitores hoje são mais exigentes"
Por Paulo Martins

34 JANELAS PARA O MUNDO
● De Chicago a Ceuta **Por Tiago Miranda**

39 HISTÓRIAS DE JORNALISTAS
● A refinada carta ao director do *Público*
Por Gonçalo Pereira Rosa

45 CLUBE DE JORNALISTAS
● Maria Flor Pedroso eleita presidente
ENTREVISTA MÁRIO ZAMBUJAL
Conversa em roda de amigos, na hora da passagem do testemunho, após 14 anos ao leme do Clube.
● "Fui sempre um desalinhado"
Por Eugénio Alves, Maria Flor Pedroso e Paulo Martins
ENTREGA DE PRÉMIOS GAZETA 2019-2020
Jornalismo de qualidade distinguido pelo Clube

57 CASA DA IMPRENSA
● Reabriu a Noticiária

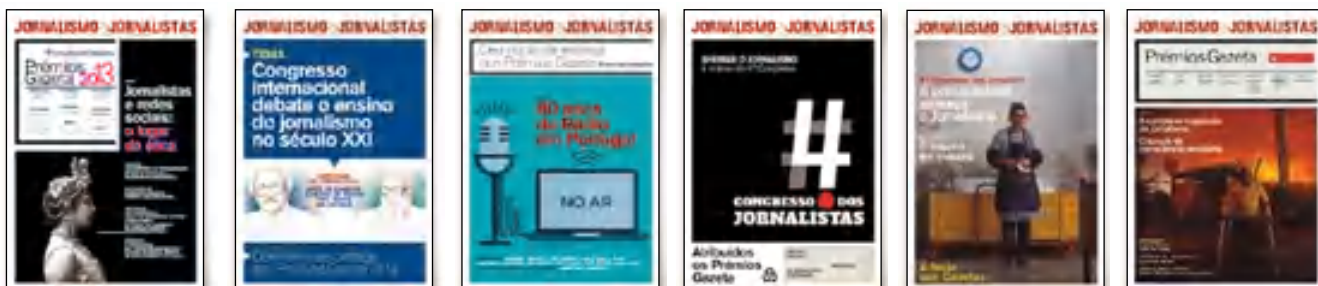
58 SINDICATO ● Ajuda pública ao jornalismo é servir a democracia **Por Augusto Correia**

**JORNAL**

[60] Sites

[64] Livros

Assine a JJ



JJ – Jornalismo e Jornalistas
A única revista portuguesa editada por jornalistas exclusivamente dedicada ao jornalismo

Indispensável para estudantes, professores, investigadores e todos os que se interessam pelo jornalismo em Portugal e no mundo

Pretende ter um acesso fácil e seguro à JJ?

Assine a nossa revista, recebendo em sua casa, regularmente, os quatro números que editamos por ano, num total de 256 páginas, por apenas 10 euros, bastando enviar-nos os elementos constantes do cupão junto

Dossiês ● análises ● entrevistas ● notícias ● resenhas ● crónicas ● comentários ● memórias
Imprensa ● Rádio ● Televisão ● Jornalismo digital
● Fotojornalismo ● Cartoon

Ao longo de mais de quinze anos, a JJ tem-se afirmado, quer nas salas de redacção quer nas universidades, como uma ferramenta fundamental para todos os que pretendem estar informados sobre a reflexão e o debate que, no país e no estrangeiro, se vão fazendo sobre o jornalismo e os jornalistas.

JORNALISMO & JORNALISTAS

Assinatura anual > 4 números: > 10 Euros

(INCLUI PORTES DE CORREIO)

Nome.....
Número de Contribuinte.....
Morada.....
Código postal.....Localidade.....
Contactos...../...../
Profissão (fac.).....Idade (fac.).....
Desejo assinar a JJ com início no nº
Para o respectivo pagamento envio cheque nº.....
Banco.....
Data..... Assinatura.....

Clube de Jornalistas - R. das Trinas, 127 r/c - 1200 857 Lisboa

Uma edição do
Clube de Jornalistas

Rua das Trinas, 127 r/c 1200 857
Lisboa
Telef. 213965774
e-mail: cj@clubedejornalistas.pt

Site do CJ
www.clubedejornalistas.pt



A Lisgráfica imprime mais de 15 milhões de exemplares por semana de revistas, jornais, listas telefónicas e boletins.

A Lisgráfica é a maior indústria gráfica da Península Ibérica. Apenas na área de publicações, é responsável pela impressão de mais de 100 títulos diferentes. O que significa dizer que todos os dias a maioria dos portugueses tem contacto com os nossos produtos.



MUITO MAIS DO QUE USAR NÚMEROS PARA CONTAR HISTÓRIAS

O que é isso do Jornalismo de Dados? A JJ convidou um profissional especializado nesta área para responder à pergunta. É o Jornalismo de sempre, com recurso a novos métodos e formas de trabalho, esclarece. “Os números são como o fogo e só o uso que se faz deles pode ditar a sua natureza”. Servem para contar histórias – afinal, a missão do Jornalismo.

Rui Barros

“**O**s números são como o fogo. Podem ser usados para o bem e para o mal”. É com esta frase que Philip Meyer começa um capítulo do livro “Precision Journalism”, onde propõe um Jornalismo que se aproxime, na sua forma de trabalhar e operar, do método científico.

Já muito se escreveu sobre esta proposta de Meyer, e não sinto que este seja o espaço para a debater – ainda que, ao longo deste texto, certamente se encontrarão indícios de que, na sua essência, merece a minha concordância. Recorro a ela porque é nisso que penso, sempre que me perguntam o que faço. Quando digo que sou jornalista de dados, são raras as vezes em que não perguntam: “e o que é que é isso?”.

Sou jornalista com carteira profissional desde 2017 e esta pergunta ainda é a que tenho mais dificuldade em responder. Afinal, o que é isso? Depois de uma brincadeira com jogos de sorte e azar que envolvam esse objecto cúbico de faces numeradas, costumo dizer: “Sou um jornalista. Ponto. Um jornalista que se especializou na análise de dados”. Digo, depois, que faço tudo o que um jornalista faz, mas que muitas vezes as minhas histórias nascem

ou são muito fundamentadas em “entrevistas” a bases de dados. Que muitas vezes uso código e linguagens de programação para construir narrativas interactivas. Que não faço infografias, apesar de muitas histórias terem uma grande dose de visualização de dados. Mas que, acima de tudo, sou um jornalista.

Por norma, a conversa fica por ali, apesar de sentir que ainda há muitas dúvidas a pairar no ar. E, normalmente, os que me perguntam isso só percebem exatamente o que faz um jornalista de dados quando trabalham, directa ou indirectamente, com um destes profissionais. Mas, na minha cabeça, é sempre a frase de Meyer que baseia a resposta. Os números são, efectivamente, como o fogo e só o uso que se faz deles é que pode ditar a sua natureza. Eu uso-os para contar histórias, para ajudar o leitor a perceber melhor o que está em causa, para chamar a atenção para algo que está errado. Faço Jornalismo com eles.

Sei, no entanto, que é um conceito estranho a muitos outros jornalistas, fontes e leitores. Afinal de contas, contam-se pelos dedos de uma mão os jornalistas de dados em Portugal. E, apesar de muitos já terem lido/visto/usado produtos jornalísticos que passaram pela mão de um jornalista de dados, poucos percebem que isso aconteceu (e ainda bem que assim é, diga-se de passagem).



Quando me convidaram para escrever este texto, sabia exactamente o que tinha de fazer: ir mais longe nesta explicação e dizer mais do que simplesmente “entrevisto bases de dados e conto histórias com elas”. Espero que, no final, as dúvidas sejam menos em relação a estes profissionais que têm vindo a ganhar espaço nas redacções de todo o mundo.

AFINAL, O QUE É O JORNALISMO DE DADOS?

A resposta mais rápida e imediata seria: é Jornalismo feito com dados. Esta resposta estaria certamente correcta, mas pouco acrescentaria a quem coloca a pergunta. Somar-se-iam as dúvidas daqueles que diriam a seguir: o Jornalismo sempre usou números. Iria até mais longe, para dizer que não só o Jornalismo sempre usou números, como sempre teve um grande interesse por eles – sabemos que têm tendência a ir parar aos títulos, por exemplo, quando ajudam a resumir bem uma realidade. Portanto, dizer que é Jornalismo que usa dados não nos ajuda a perceber bem o que é.

Mantenho a resposta que usualmente dou: é Jornalismo que faz o que o Jornalismo sempre fez, que cumpre com todas as obrigações éticas e morais do Jornalismo, bem como o seu papel social, mas que recorre

muitas vezes a métodos quantitativos, a programação e a outras ferramentas que usualmente veríamos na ciência de dados, informática ou estatística como forma de chegar (mas também contar) as suas histórias.

No entanto, estou certo de que esta resposta não ajuda a esclarecer tudo. Sei, pela minha experiência como jornalista, que uma boa forma de explicar algo é dar exemplos. Trago por isso um que, acredito, nos ajudará a perceber exactamente o que faço.

Em meados de 2020, uns meses depois dos primeiros casos de Covid-19 em território nacional, a minha atenção virou-se para outro aspecto da pandemia – a despesa pública que estava a ser feita para a combater. Uma pandemia como a que vivemos é um momento de excepção e é natural que a despesa com equipamentos de protecção individual, acrílicos e zaragatoas aumente. É também natural que organismos públicos que nunca compraram alguns destes produtos passem a fazê-lo. Mas quanto é que se gastou? Quando é que se gastou mais? Quem gastou mais? Que empresas facturaram mais? Algum organismo público comprou máscaras cirúrgicas por um preço demasiado alto?

As perguntas que estavam na minha cabeça não são específicas de um jornalista de dados; são de um jornalista-

ta. A forma como lhes tentei responder, essa sim, acredito que é um bom exemplo do trabalho de um jornalista de dados.

Para lhes responder, um jornalista de dados procura, antes, encontrar uma resposta a uma pergunta comum a todo o Jornalismo: como é que posso saber isto? Sabia que o Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC) estava a publicar no portal de dados abertos do Estado português (o dados.gov.pt), uma base de dados actualizada semanalmente com os contratos públicos celebrados ao abrigo do decreto-lei n.º 10-A/2020, que previa a aquisição de material ou serviços para “prevenção, contenção, mitigação e tratamento de infecção epidemiológica por Covid-19”. Mas depressa percebi que havia contratos no Portal Base que estavam a ser realizados como se de uma compra “normal” se tratasse, apesar de conterem claras referências à pandemia. E estes contratos estavam a ser publicados diariamente.

Como apanhar tudo? Usando programação, escrevi um programa informático que, diariamente, pegava nesta base de dados publicada no portal dados.gov.pt e, em seguida, ia ao Portal Base e procurava contratos que contivessem pelo menos uma de 98 palavras. Palavras como “FFP2”, “ventilador”, “zaragatoa” ou “covid” – ou seja, palavras relacionadas com a pandemia. Eram eliminados contratos duplicados e tudo era enviado para uma folha de cálculo, onde quatro jornalistas liam os contratos e avaliavam se o contrato poderia mesmo ser considerado referente à pandemia. Para além dessa verificação, os jornalistas catalogaram as despesas em categorias – única forma que possibilitaria perceber, por exemplo, quanto é que se gastou em máscaras FFP2. E, estando já com a “mão na massa”, aproveitou-se para, quando era possível, dividir a quantidade de produtos comprados pelo total do contrato, para saber quanto é que custou a unidade.

Tendo esta recolha feita e os contratos todos catalogados – aqui, o trabalho foi tão exigente que acabámos por desenvolver um segundo algoritmo, que usava o trabalho feito nas primeiras 5 mil catalogações para tentar adivinhar as que estavam por fazer, depois verificadas manualmente – estávamos perante uma base de dados valiosa, com mais de 16 mil contratos. E com ela era possível responder a quase todas as perguntas que tínha-



Trabalho do Público do portal dos contratos covid

mos colocado. Por exemplo, recorrendo ao NIF, era possível saber que empresa tinha realizado mais contratos com entidades públicas. Era também possível saber quanto é que tinha despendido, até àquele momento, determinada autarquia. E, com o preço-unidade calculado, tornava-se possível verificar se um determinado valor era demasiado elevado para ser considerado suspeito (o trabalho estava a ser feito com um consórcio europeu de jornalistas, pelo que comparações com outros países também eram, com as devidas ressalvas, possíveis).

“Use os números para contar histórias, para ajudar o leitor a perceber melhor o que está em causa, para chamar a atenção para algo que está errado. Faça Jornalismo com eles”

“Os nossos conhecimentos de estatística e a base de dados que temos pela frente ditam sempre o que podemos perguntar. E, no final, se tudo correr bem, sabemos que temos uma - ou várias - potencial história”

Tendo a base de dados recolhida – às vezes, esta base de dados já existe só para descarregar, mas na maioria dos casos é preciso fazer este esforço de recolha – segue-se o momento a que chamo de entrevista à base de dados. Tínhamos um conjunto de perguntas formuladas (outras vão surgindo enquanto se conduz a análise, da mesma forma que acontece durante uma entrevista); era a altura de lhes tentar responder. Aqui, os nossos conhecimentos de estatística e a base de dados que temos pela frente ditam sempre o que podemos perguntar. E, no final, se tudo correr bem, sabemos que temos uma – ou várias – potencial história. O que se segue é Jornalismo na sua mais elementar forma: ligar a pessoas, conduzir entrevistas



Um artigo publicado no Datablog por Simon Rogers, então editor desta secção no *The Guardian*

tas, consultar outros documentos, confrontar pessoas. Perguntar, perguntar, perguntar, até estarmos confiantes nas respostas que temos para dar ao nosso leitor.

Por vezes, o Jornalismo de Dados fica por aqui. Noutras – e foi este o caso – o jornalista de dados que trabalha num órgão de comunicação social com presença *online* sente que pode dar algo mais ao leitor. A vantagem dos dados é que eles podem conter um sem-número de pequenas histórias de interesse pessoal. Por exemplo: e se o leitor quiser saber em que é que a sua câmara municipal andou a gastar para combater a pandemia? E se o leitor quiser ver todos os contratos feitos pelo hospital na sua área de residência?

É aqui que entram aquilo a que os jornalistas de dados chamam *news applications* (a tradução para português poderia ser aplicações noticiosas, mas temo que possa gerar confusão, perante aplicações para telemóvel para ler notícias, pelo que vou manter o termo em inglês): produtos noticiosos que ajudam o leitor a olhar para os números e a gerar “a sua história” dentro da história geral. Falamos de trabalhos jornalísticos que não exigem do leitor conhecimentos técnicos de Excel ou outra ferramenta, mas que, ainda assim, ajudam a responder a todas essas perguntas. Neste caso, a *news application* foi um portal que permitia a qualquer leitor consultar, pesquisar e filtrar, por critérios já definidos pelo jornalista, os contratos realizados por determinadas instituições. Pode ser também uma infografia interactiva, um texto que se molda aos

dados introduzidos pelo leitor. Aqui, a imaginação e os dados disponíveis são o limite.

Se chegou até aqui depois de ler o longo exemplo que apresento, poderá estar a dizer: mas o exemplo que apresentas não está assim tão distante do Jornalismo de investigação que já se faz. E é verdade. Ainda assim, o Jornalismo de Dados não precisa de ser sempre Jornalismo de investigação – por exemplo, quando Portugal recebeu a final do Festival Eurovisão da Canção, fiz uma análise às músicas, concluindo que, de acordo com o algoritmo da popular plataforma de *streaming* de música, Spotify, a de Salvador Sobral era das mais tristes a vencer o concurso. Então, o que muda? E por que é que o Jornalismo de Dados é muitas vezes apontado como uma inovação no Jornalismo?

Paul Bradshaw, professor da Birmingham City University, entende que o que realmente muda com o Jornalismo de Dados são “as possibilidades que se abrem quando combinamos o tradicional ‘faro jornalístico’ com a capacidade de contar uma história convincente com a variedade de informação digital que agora está disponível”. Ou seja, não sejamos inocentes ao pensar que é uma forma completamente disruptiva de fazer Jornalismo. Na sua génese, está aquilo que o Jornalismo sempre fez. Recorre, no entanto, a métodos novos, formas de trabalho novas e muitas vezes explora o potencial da constante actualização de uma página *web* para dar ao leitor uma experiência de leitura única.

“AND NOW FOR SOMETHING COMPLETELY DIFFERENT”

A utilização do Jornalismo de Dados em narrativas interactivas e a sua proliferação no Jornalismo Online pode

fazer parecer que estamos a falar de algo novo e exclusivo das plataformas *online*. Não estamos. Apesar de acreditar que o Jornalismo Online é onde o Jornalismo de Dados atinge o seu máximo potencial - com dados há a possibilidade de construir narrativas interactivas que se moldam à curiosidade e interesse do leitor - ele pode existir em todos os meios.

A origem do Jornalismo de Dados pode ser traçada até ao conceito de “Jornalismo de Precisão”, que já abordei superficialmente. Porém, a sua verdadeira semente foi lançada pelo surgimento, nos Estados Unidos, daquilo que era chamado *Computer Assisted Reporting* (CAR, na sigla em inglês para Reportagem Assistida por

Para Paul Bradshaw, professor da Birmingham City University, o que realmente muda com o Jornalismo de Dados são “as possibilidades que se abrem quando combinamos o tradicional ‘faro jornalístico’ com a capacidade de contar uma história convincente com a variedade de informação digital que agora está disponível”

Computador, numa tradução livre). O nome fará hoje qualquer jornalista sorrir, numa era em que pouco haverá numa redacção que ainda não dependa directa ou indirectamente de um computador. Mas no século XX era um conceito novo. Uma das pioneiras foi a CBS, que, em 1952, recorreu a um computador Univac para tentar prever o resultado da noite eleitoral. Os cálculos feitos por este computador de 8 toneladas previram a vitória do republicano Dwight D. Eisenhower, mas a estação televisiva decidiu não dar a notícia

– a máquina viria a errar por 3% na votação final, apesar de acertar em quem foi eleito. Este é, acredita-se, dos primeiros exemplos em que um computador participou no processo de construção noticiosa.

Foi uma primeira experiência, mas, nas maiores redacções do mundo, a capacidade de processamento destas máquinas para encontrar notícias começou a ganhar fâs. Havia, no entanto, dois grandes entraves ao seu crescimento, para além do tamanho dos equipamentos e do seu poder de processamento limitado: por um lado, eram ferramentas caras, de difícil utilização e que exigiam um grande esforço de aprendizagem; por outro, os dados eram ainda uma matéria-prima escassa e de difícil acesso.

Ainda há muitos entraves no acesso aos dados – falarei sobre isso no final deste texto. Mas o século XXI trouxe grandes mudanças, que fizeram esta semente brotar e crescer. Primeiro, os computadores deixaram de ser tão assustadores. Ficaram mais pequenos, a sua capacidade de processamento aumentou e ferramentas muito mais amigáveis surgiram. Ferramentas como o Microsoft Excel (ou outro qualquer programa com folhas de cálculo) passaram a estar disponíveis em quase todos os computadores, o que permitiu fazer análises de forma mais rápida e com menos conhecimentos de computação. Por outro lado, a quantidade de dados públicos aumentou. Fruto de algumas leis de transparência, de alguma pressão pública e do simples facto de ser cada vez mais fácil recolher, analisar e publicar dados, os organismos públicos sentiram cada vez



Dataharvest, uma das maiores conferências de jornalismo de dados na Europa

mais a necessidade de publicar essa informação em portais *online*.

Essa tempestade perfeita ganha a forma de um projecto em 2009, no *The Guardian*, pela mão de Simon Rogers, que cria o “Datablog”. A ideia era simples: “Contar histórias com dados, da mesma forma que o Jornalismo escrito o tem feito durante séculos”. Os resultados tornaram o diário numa referência e esta equipa tornou-se ainda mais relevante quando as primeiras revelações do Wikileaks exigiram a capacidade de analisar uma quantidade de informação tão grande. Depressa várias outras redacções seguiram os passos dados pelo *The Guardian* e criaram equipas de jornalistas, programadores e *designers* para contarem histórias usando dados e programação.

Neste momento, os grandes jornais mundiais têm equipas de dados. Continuam fiéis a esta ideia de usar números, dados, visualizações, gráficos e interactividade

para contar histórias. Nasceram órgãos exclusivamente dedicados a este género de Jornalismo – é o caso do *FiveThirtyEight*, nos Estados Unidos – e há redacções onde o termo Jornalismo de Dados já significa tanta coisa que é preciso encontrar novos nomes para os profissionais. O jornalista de dados começou a especializar-se, com pessoas a dedicarem-se, por exemplo, praticamente em exclusivo a construir pequenos programas informáticos para

“Os grandes jornais mundiais têm equipas de dados. Continuam fiéis a esta ideia de usar números, dados, visualizações, gráficos e interactividade para contar histórias”



Homepage do "TheUpshot", a secção de dados do *The New York Times*

recolher, analisar, e “avisar” quando determinado indicador, numa determinada zona do país, está a subir ou descer de forma anormal.

OS DESAFIOS EM PORTUGAL

A academia portuguesa tem dedicado alguma atenção ao fenómeno do Jornalismo de Dados, com os trabalhos de Ana Pinto Martinho, Ilo Aguiar e Marco António Gehlen a destacarem-se neste campo. Não procuro, aqui, avançar muito mais do que os autores citados nesta caracterização (até porque o método utilizado na produção deste texto é claramente menos científico). Acredito, no entanto, que posso apontar algumas mudanças e, acima de tudo, elencar os desafios para estes profissionais nas redacções portuguesas.

Na sua tese de mestrado de 2013, Ana Pinto Martinho colocava o Jornalismo de Dados como encontrando-se em “estado embrionário”. Ilo Aguiar dizia, em 2014, que exemplos de reportagens com características de Jornalismo de Dados ainda eram “escassos”. Tendo a acreditar que este estado sofreu ligeiras alterações ao longo dos últimos anos. Mudanças lentas (e, temo, insuficientes para acompanhar o ritmo a que estão a acontecer noutros países). Mas diria que, de um estado embrionário, passamos para um estado de recém-nascido: já se move e as

“A pandemia de Covid-19 pode ter vindo dar um empurrão [no Jornalismo de Dados]; arrisco-me a dizer que este foi um dos primeiros grandes eventos noticiosos mundiais que se baseava em dados. As redacções sentiram-se obrigadas a trabalhar com números como nunca antes”

redacções sentem que há um mundo por descobrir aqui.

O número de profissionais que se assumem como jornalistas de dados cresceu. São poucos os que se dedicam exclusivamente a construir histórias com dados, mas a sua valorização dentro das redacções tem vindo a aumentar. Neste aspecto, a pandemia de Covid-19 pode ter vindo dar um empurrão; arrisco-me a dizer que este foi um dos primeiros grandes eventos noticiosos mundiais que se baseava em dados. As redacções sentiram-se obrigadas a trabalhar com números como nunca antes e termos como “média móvel a sete dias” são hoje mais comuns nas redacções.

Há, no entanto, dificuldades. Muitas. Procuo, neste texto, elencar aquelas que sinto que podem estar a bloquear o crescimento desta forma de Jornalismo em Portugal.

A primeira dificuldade, também identificada pelos autores já citados, é puramente económica. A crise que afecta os órgãos de comunicação social, a que se soma a crise financeira que o país atravessou, vieram reduzir os recursos humanos das redacções. Portanto, quando chega a altura de contratar, há tantos espaços vazios por preencher que é difícil tornar uma destas vagas num lugar para um jornalista de dados. Acredito que haverá excepções e que tudo depende, como sempre, dos objectivos e ambições de quem gere a redacção, mas temo que esta seja ainda a realidade.

A isto soma-se um outro facto: estamos a falar de um tipo de Jornalismo “caro”, e quanto mais ambicioso for o projecto, mais tempo é necessário para a sua execução. Escrever código é difícil (qualquer programador, por mais experiente que seja, dirá isto). E, para se analisar dados, é preciso que existam e estejam num formato que permita a sua análise sem erros. É habitual as bases de dados contem pequenos problemas que impossibilitam uma análise séria antes da sua padronização. Os computadores são fenomenais a realizar tarefas repetitivas e que exigiriam um esforço muito grande se fossem feitas “à mão”. Mas só o fazem se a base de dados seguir essa mesma lógica.

Peguemos no exemplo que dei acima dos contratos da pandemia. Se não tivesse um campo com o NIF de uma determinada autarquia, esta poderia surgir descrita como, por exemplo, “Município de Viana do Castelo”, “Câmara Municipal de Viana do Castelo” ou “Câmara de V. do Castelo”. Para qualquer humano, os três nomes referem-se à mesma entidade; para um computador, são unidades completamente diferentes. Uniformizar coisas como esta toma bastante tempo; um tempo que muitas vezes corresponde a um trabalho absolutamente invisível. Um tempo que pode atrasar a publicação de uma história. Mas do Jornalismo requer-se rigor. E



mesmo que as ferramentas para resolver estes problemas estejam cada vez mais intuitivas, a necessidade de “limpar” estes erros para que seja garantido o rigor da informação publicada colide com o ritmo vertiginoso do tempo da notícia.

O tempo é um bem raro nas redacções (sempre foi? está cada vez pior?). Investir em Jornalismo de Dados implica também o reconhecimento por parte de quem gere os recursos das redacções de que é preciso tempo para o fazer – e que há necessidades específicas no Jornalismo de Dados no que toca ao tempo. Sei que esta não é uma queixa exclusiva dos jornalistas de dados. Mas, provavelmente porque os métodos não estão ainda profundamente disseminados nas redacções, temo que possa ainda haver alguma incompreensão perante estas dificuldades.

Há outro fator que se soma ao anteriormente referido: formação. A verdade é que este género de Jornalismo exige competências de várias áreas de estudo: da comunicação à

estatística, passando pela computação, *design* e outras áreas. É uma área multidisciplinar que ainda não encontrou na academia uma forma de dar uma formação sólida a estes futuros profissionais. Há, neste momento, um esforço a ser feito para lançar o seu interesse nas instituições de ensino superior – sou um exemplo disso – e, apesar de considerar que podia ser maior, é já um esforço que merece ser aplaudido. Mas este esforço embate de frente com a realidade das redacções, onde há cada vez menos espaço para a aprendizagem de novas técnicas e ferramentas.

Numa área tão afectada pelos desenvolvimentos tecnológicos – o que é a tecnologia mais popular hoje na internet, amanhã estará completamente obsoleta – estes profissionais têm necessidade de constante formação. Pelas redacções por onde passei, sempre encontrei espaço para conseguir dedicar algum tempo à aprendizagem de novas técnicas e ferramentas. Uma constante negociação – para poder fazer isto, preciso de aprender aquilo – que exige tempo e que demora a colher os seus frutos.

Lá fora, conferências como a NICAR nos Estados Unidos, o *Dataharvest* na

“Investir em Jornalismo de Dados implica também o reconhecimento por parte de quem gere os recursos das redacções de que é preciso tempo para o fazer - e que há necessidades específicas no Jornalismo de Dados no que toca ao tempo”

Europa ou o Coda.Br no Brasil assumem também um papel importante nesta formação, onde a comunidade de jornalistas de dados se junta para discutir novas técnicas, ferramentas e falar das suas experiências. Por cá, talvez pelo reduzido número de jornalistas especializados em dados, estes eventos não acontecem. Espero que tal realidade mude em breve. E acredito que grupos formais ou informais que juntem pessoas com interesse em algumas destas áreas (como é o caso do *Date With Data*, o *Data Visualization Lisboa* ou o *DSPT Day*) podem vir a assumir um papel ainda mais importante nesta área.

Um outro entrave, este também estrutural, tem a ver com a própria organização das redacções. Costumo brincar ao dizer que não conheço um jornalista que goste do seu CMS (*Content Management System*, muitas vezes chamado de *back office* nas redacções; no fundo, onde um jornalista publica os seus textos *online*). Mas isto é uma realidade ainda maior para jornalistas de dados que estão a dar os primeiros passos numa redacção. Como posso publicar este trabalho interactivo que acabei de desenvolver no meu computador? Tenho um programa que escrevi, que recolhe dados de determinada base de dados todos os dias; tenho um servidor onde posso colocar este código a correr diariamente? Ou, ainda pior: preciso de instalar determinado programa no computador da empresa, mas não tenho privilégios de administrador no meu sistema operativo para o fazer. As dificuldades que vão surgindo podem levar muitos novos jornalistas de dados a ter receio de experimentar novas coisas.

Eu percebo – já “parti” muitas coisas nesta experimentação – mas a falta de diálogo e a falta de sensibilização para o facto de estes profissionais precisarem de alguma liberdade “técnica”, e também de algum apoio por parte de departamentos de tecnologia e inovação das empresas de comunicação social (que, no meio de tanta coisa, têm de lidar também com isto), pode ser um grande entrave ao aparecimento de novos profissionais.

Por fim, e provavelmente aquele aspecto que está mais longe do controle das redacções: o Jornalismo de Dados tem uma característica inerente: a sua matéria-prima principal são... dados. Como já disse, a produção e publicação de dados por parte de organismos públicos, empresas ou mesmo pela sociedade civil tem vindo a crescer. Mas ainda é escassa e muitas vezes a sua publicação num formato trabalhável não acontece. Este deveria ser um dos objectivos das nossas instituições públicas. Está longe de o ser. Os dados continuam a ser publicados, por exemplo, em ficheiros PDF, que exigem um esforço adicional por parte do jornalista para os tornar trabalháveis. Isto, claro, quando são publicados.

Temos, por exemplo, o caso da pandemia, em que a DGS continuou a publicar os números por concelho apenas no seu boletim. Um boletim que servirá certamente uma grande parte da audiência que quer saber quantos novos casos foram registados naquela semana, mas que exige por parte de quem quer analisar os dados – verificar, por exemplo, a sua evolução ao longo do tempo ou efectuar outra análise mais complexa – a utilização de algum método para transformar aquelas tabelas em dados que sejam “digeríveis” por algum *software* de análise de dados.

Sou o primeiro a reconhecer que tem sido feito um esforço grande nesta matéria – por exemplo, os dados da vacinação contra a covid-19 começaram por ser apenas um número publicado numa imagem diariamente num *site* governamental para passarem a ser um ficheiro .csv (e, portanto, analisável) enviado pela DGS numa base semanal. Mas este é só um exemplo bom, no meio de muitos maus. Na realidade, e mesmo com este esforço para tornar a administração pública mais transparente, continuamos a esconder os números atrás de portais e ficheiros PDF. Formatos que permitem uma consulta rápida por parte dos utilizadores que sabem da sua existência, mas que excluem a possibilidade de descarregar e, como muitas vezes digo, “sujar as mãos” (no sentido bom do termo) com os números.

Esta necessidade é algo para a qual as fontes profissionalizadas não estão ainda muito sensibilizadas. Não acredito na teoria de que isto é feito sempre com o objectivo de manipular ou influenciar o jornalista, mas dar acesso a uma base de dados ainda é visto com alguma preocupação por parte das assessorias de imprensa. Lembro-me de, numa conversa telefónica, um assessor de imprensa me responder que “eram muitos números” e que ia “morrer afogado em dados”. É o meu trabalho, costumo responder. E não facultar o acesso a uma base de dados, preferindo enviar apenas dois ou três números que a resumem, tende a ser visto por um jornalista de dados como um sinal de que se está a tentar esconder algo.

Os desafios são, portanto, muitos. Mas há um caminho a ser feito, e isso é já um sinal de que algo está a mudar. Os trabalhos com dados têm cada vez maior audiência, são cada vez mais complexos e, acredito, têm contribuído para uma sociedade mais informada e esclarecida. Com estes entraves suavizados – o que só se conseguirá com uma maior aposta na área – acredito que será possível termos mais e melhor Jornalismo de Dados em Portugal. E todos teremos a ganhar com isso. ■

“Mesmo com esforço para tornar a administração pública mais transparente, continuamos a esconder os números atrás de portais e ficheiros PDF”

“PEQUENO JORNALISTA” TORNOU-SE DIRECTOR DE JORNAL “DE RESISTÊNCIA”

Adquiriu o predicado de “pequeno jornalista” quando andava na escola primária. Ganhou a condição de “adversário do Estado Novo”, com cadastro na polícia política aos 22 anos. Tornou-se escritor aos 27. Transformou-se em director de jornal “de resistência” aos 41. Orlando Gonçalves nasceu há 100 anos, em 1921, e morreu há 27, em 1994.

Orlando César

Conceição Ribeiro, que foi professora de Orlando Gonçalves na escola primária de “A Voz do Operário”, na Calçada da Ajuda, em Lisboa, escreveu-lhe uma carta em 28 de Dezembro de 1948. Recordava que ele era “aquele pequeno jornalista” (sic) a quem, como professora, “tanto desejei acalantar”. Passados tantos anos, surgiu-lhe numa outra condição. Era “um escritor que me entenece pelo muito do seu ‘eu’ bondoso e inteligente revelado em todo o seu trabalho”.

Em 1948, seis dias antes do falecimento da mãe, vítima por um cancro, Orlando Gonçalves deu-lhe a ver o seu primeiro romance. “Tormenta”, com capa de Cipriano Dourado, foi editado sob chancela da Vida Mundial Editora, em 11 de Setembro de 1948.

Foi breve a exposição da obra nas livrarias. O subdirector dos Serviços de Censura, capitão José da Silva Dias, informou a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) que teve conhecimento da publicação do livro “por uma local cortada por estes serviços, ao jornal *A República*, onde se fazia o elogio do autor e sua obra”. Apesar de proibido o romance e apreendidos os exemplares em circulação,

“Tormenta” continuou a ser lido. A Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, por exemplo, informou o autor que foi o livro mais lido na colectividade no ano de 1949.

DO RIO SECO À CALÇADA DA AJUDA

Parece pouca a distância que medeia entre o bairro do Rio Seco e a Calçada da Ajuda, mas para as pernas de uma criança era grande lonjura. Muito maior era, porém, o passo que dava para iniciar o seu percurso na escola primária de “A Voz do Operário”. A professora Conceição Ribeiro guiou-o nessa aventura de novo conhecimento.

O epíteto de “pequeno jornalista”, conferido pela docente, não surge justificado, quer na carta, quer em outros documentos. Mas Orlando Gonçalves aludiu à sua pretensão de fazer um jornal quando tinha 12 anos, em duas entrevistas que concedeu². Com outros miúdos da sua idade, meteu mãos à obra, mas não levaram “a tarefa a bom termo”, por lhes faltarem os meios.

A justificação pode ter origem na escola primária ou na particularidade de a casa da avó paterna, Maria da Encarnação, ser a única, no Rio Seco, onde entrava *O Século* todos os dias. *A Voz do Operário* foi em primeiro lugar um jornal (1879), que ainda se publica, e só depois



Orlando Gonçalves e Maria Luísa Gonçalves na Costa da Caparica, em 1949, fotografados por Cipriano Dourado

uma associação (1883). Teve como fim estatutário “sustentar a publicação do periódico” e “estabelecer escolas, gabinetes de leitura, caixa económica”, com o objectivo de “concorrer para a instrução e bem-estar da classe trabalhadora em geral, e dos sócios em particular”. Uma acção que constituía um projecto político.

Também o tio Miguel, um dos irmãos do pai, contribuiu indirectamente para aguçar a curiosidade, o interesse em conhecer, a motivação para concretizar projectos, a busca de soluções, a criatividade. Era um republicano revolucionário, que combateu na Rotunda de Lisboa pela implantação da República, em 1910, e o seu quarto constituía para Orlando Gonçalves um tesouro precioso. Albergava uma profusão de livros, revistas e jornais e aí encetou as “primeiras investigações nos domínios do social e do político”, conforme narrou num dos seus livros³.

RIO SECO, O PRIMEIRO COSMO

O bairro do Rio Seco constituiu o primeiro cosmo de Orlando Gonçalves. Um universo que se estendia da Rocha, onde jogava à bola, até ao Cruzeiro e à Tapada da Ajuda. Mas a Rocha era também um mosaico da exploração e miséria humana. Aí, os migrantes vindos da Beira

Interior trabalhavam e habitavam. Extraíam a picareta e a dinamite a pedra que coziavam nos fornos para a transformar em cal. E habitavam as tocas dos rochedos.

Nesse território adquiriu experiência. Mas também na escola, nas agremiações e nas colectividades. O Rio Seco Sporting Club, fundado em 1918, foi onde desenvolveu maior actividade. A participação da população em organizações sociais e colectividades constituía uma tomada de posição política para a resolução dos problemas que enfrentava em diferentes domínios, quer na defesa de direitos sociais, quer na defesa da instrução e cultura.

A unidade colectiva era crucial a moradores que se consideravam desprezados pela Câmara Municipal de Lisboa e pelo poder político do país. A Ajuda era uma freguesia “quase toda constituída por gente pobre, muito pobre mesmo”, conforme noticiava o jornal *O Comércio da Ajuda*⁴. A miséria, a falta de água e de saneamento, a falta de habitação, o elevado desemprego, a falta de transportes e de um mercado eram temas recorrentes no quinzenário *O Comércio da Ajuda*⁵.

Tudo faltava na Ajuda, com excepção da carência de instrução que era enorme. Em 1937, com cerca de 30 mil habitantes⁶, havia apenas uma escola oficial na freguesia. Era “enorme [a] percentagem de analfabetismo, contribuindo para isso “a falta de escolas”⁷. Em 1935, 49,6% dos habitantes da Ajuda eram analfabetos. No conjunto da cidade de Lisboa, o valor era inferior: os analfabetos constituíam 38,3% da população.

A instrução representava, por isso, uma reivindicação de operários e demais trabalhadores. Além de exigirem escolas para as crianças de ambos os sexos, também reclamavam cursos nocturnos para adultos.

Em 1937, “A Voz do Operário” tinha 40 escolas, que eram frequentadas por 4 mil alunos⁸. Mas o Rio Seco Sporting Clube também criou, em 1932, uma escola para os filhos dos associados, que inaugurou no dia 1.º de Maio. O pai de Orlando Gonçalves fez parte da comissão pró-escola, que em 1936 era frequentada por 85 alunos⁹.

Bernardino Raul Gonçalves, o pai, era torneiro mecânico e arsenalista. Josefa Correia Gonçalves, a mãe, era migrante espanhola, costureira e com talento para as artes. Os dois, assim como o contexto socio-político do Rio Seco, propiciaram o ambiente para que despertasse a consciência combativa de Orlando Gonçalves. Na década de 30 do século passado, participava no grupo infantil dramático do Rio Seco Sporting Club ou, com o pai, convivía nas celebrações do 1.º de Maio dos trabalhadores da Cordoaria Nacional.

A família de Orlando Gonçalves era já em si mesma um mosaico diferenciado, que tinha raízes e se entrelaçava naquela família mais ampla e alargada do bairro do Rio Seco, a sua “gente sem crónica”, como Orlando Gonçalves lhes chamou no seu livro “Enredos da Memória” (1993).

Prosseguiu os estudos na Escola Ferreira Borges, onde pertenceu à equipa vencedora dos Campeonatos Escolares, na época de 1939-1940.



A participação foi sempre um imperativo. Na década de 50, colaborou na *Convergência*, caderno cultural do Núcleo do Antigos Alunos da Escola Ferreira Borges. A literatura, as artes plásticas e a ciência foram, entre outras, temáticas de conferências que promoveu com amigos no Rio Seco Sporting Club. Actividades que chamaram a atenção da então Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). Dessas acções resultou também a criação da Biblioteca Ferreira de Castro e do núcleo cultural com o nome do mesmo patrono.

FOI PRIMEIRO ESCRITOR

Orlando Gonçalves dizia-se primeiro escritor e depois jornalista. A política era, na sua natureza enquanto ser humano, intrínseca ao ideal de cidadania e à acção cívica. Inerente à resistência e combate à ditadura.

A acção de resistência levou-o à participação militante no Socorro Vermelho Internacional, tendo sido preso em 1943. *O Avante!* noticiou a prisão¹⁰. Cumpria então o serviço militar na 2.ª Companhia de Trem Hipomóvel, instalada no quartel da Cova da Moura¹¹. Por ordem da PVDE, o exército entregou-o em 1943 na sede da polícia política. Daí transitou para os curros¹² do Aljube e, posteriormente, para o forte de Caxias, sendo restituído à liberdade em 1944.

Quer a tropa, quer a prisão constituíram novas experiências. Entre a população prisional de Caxias encontravam-se muitos espanhóis. Deles obteve relatos da guerra civil de Espanha, estórias da miséria que grassava no país e dos horrores cometidos por Franco, acolitado pelos nazis de Hitler e os fascistas de Mussolini, e assistido pela ditadura de Salazar. Ganhou mundo e vivência que lhe abriram o caminho da escrita e que o conduziram a franquear a fronteira da Ajuda.

Na tropa, conheceu Cipriano Dourado, da mesma idade, que como ele buscava o seu caminho e veio a fir-

mar-se como artista plástico. Ambos residiam na Ajuda e logo partilharam ideias e ideais que os conduziram às tertúlias e aos cultores neo-realistas. Em Orlando Gonçalves, o ser político militante e o escritor vão caminhar passo a passo e ainda encetar a escrita interventiva nos *media*.

A frequência das tertúlias nos cafés da baixa de Lisboa patenteia a evolução do percurso. Apesar da vigilância policial, eram importantes espaços de debate na esfera pública para jovens com 20 anos. Começou na Pastelaria Veneza, na Avenida da Liberdade, onde se reuniam predominantemente intelectuais da corrente do anarco-sindicalismo. Mas também outros, mais ligados ao movimento neo-realista, que lhe guiaram os passos até ao Café Chiado, na Rua Garrett. E daí chegou ao Café Portugal, no Rossio, onde se reunia gente das letras e das artes, mas também trabalhadores e operários¹³.

As primeiras produções escritas ocorreram no Rio Seco Sporting Club, no âmbito do grupo dramático. Escreveu peças levadas à cena no clube. Uma delas, “O Guerrilheiro”, um drama em um acto que foi também representado no Seixal, em 1945, sofreu cortes do censor da Direcção-Geral dos Serviços de Espectáculos.

Foi o primeiro de muitos cortes e proibições que obras suas sofreram até ao 25 de Abril de 1974. Coerções também desencadeadas por iniciativa dos censores, com base em referências noticiosas, como a que ocorreu com o romance “Tormenta”, em 1948. O mesmo sucedeu com a Colecção Horizonte. A notícia do *República* que se referia à nova publicação foi cortada e a monografia proibida e apreendida pela PIDE¹⁴.

Também em 1951, o programa Literatura e Artes, que manteve na Rádio Peninsular¹⁵, foi proibido pela PIDE, na sequência de uma crítica surgida no jornal *Novidades*. O periódico era um matutino oficial do Episcopado

Em 1958, foi recebido no Couço por uma multidão, que assistiu o comício da campanha presidencial de Arlindo Vicente

À direita, com a mulher, nas Oficinas Gráficas NA, na Reboleira, em 1970



Português, que secundava a censura, conclamando mais coerção e “bons costumes”. Papel em que se destacou a *Época*¹⁶ nos anos 70, em relação à informação difundida pelo *Notícias da Amadora*.

A dificuldade em publicar livros encaminhou-o para o mundo editorial. A sua primeira experiência foi em 1950, na editora Centro Bibliográfico, de que foi um dos promotores. Seguiu-se a Coleção Horizonte¹⁷, um único número publicado, em que colaboraram Fernando Namora, Antunes da Silva, Romeu Correia e Alberto Pimentel, com ilustrações de Rogério Ribeiro, Cipriano Dourado e Casquilho. Fora de texto, apresentava “A Sede”, litografia original de Manuel Ribeiro Pavia.

Em 1954, fundou com António Miguel Mendes a editora Orion, que teve instalações na Rua Mãe d’Água, em Lisboa. Sob esta chancela, editou novos livros e novos autores, numa acção que visava igualmente ganhar leitores para a cultura. Foram publicadas mais de 20 obras, de 19 autores, entre 1954 e o início dos anos 60. Entre 1973 e início dos anos 1980, sob a chancela Notícias da Amadora-Orion, publicou cerca de 15 títulos. No final dos anos 50, iniciou uma parceria com Garibaldi de Andrade e as Publicações Imbondeiro (Angola), que perdurou até aos anos 70. Escreveu ainda para os periódicos *Planície* (Moura), *Primeiro de Janeiro* (Porto) e *Modas e Bordados* (Lisboa), antes de chegar ao jornalismo.

LETRAS E POLÍTICA

A produção escrita literária, a difusão da cultura e a intervenção política e associativa convergiram no quotidiano de Orlando Gonçalves, nos anos 40 e 50. Conheceu outras pessoas, ouviu outras ideias e argumentos, e transformou-se a sua concepção e vivência do mundo. Agir para transformar a sociedade era inadiável.

Criado o Movimento de Unidade Democrática (MUD), em 1945, participou na campanha e foi um dos subscritores, entre dezenas de milhares, das listas apresentadas às eleições pela oposição. Participou nos diversos movimentos e campanhas eleitorais, desde as presidenciais (de Norton de Matos, Ruy Luís Gomes ou Arlindo Vicente/Humberto Delgado) até às legislativas de 1969 e 1973 (CDE).

Em 1958, na campanha de Arlindo Vicente, falou em comícios em Sintra¹⁸, em Torres Vedras¹⁹ e no Couço (com o advogado Helder Machaqueiro e Lília da Fonseca), onde centenas de pessoas os aguardavam na rua. Subscreveu abaixo-assinados, entre eles o de 100 intelectuais e profissionais liberais que, em 1959, sugeriram a Salazar que se demitisse. Fez também “distribuição de propaganda subversiva”, quer no Algueirão, quer na empresa L’Air Liquide, em Lisboa, como consta do arquivo da PIDE no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

Foi fundador das associações que representavam os escritores (a Sociedade Portuguesa de Escritores, fundada em 1956 e encerrada pela PIDE em 1965, e a Associação Portuguesa de Escritores, constituída em 1973) e participou em actos de solidariedade com Aquilino Ribeiro – em 1958, na sequência da perseguição da ditadura motivada pela publicação de “Quando os Lobos Uivam” – ou de homenagem a Manuel da Fonseca, em 1959, após a edição de “Seara de Vento”.

Também era de diversa natureza a sua intervenção política no campo das letras e das artes. Os almoços, os piqueniques, o acompanhamento do Coro da Academia dos Amadora de Música, de Lopes Graça, ou o passeio excursionista até às imediações do Forte de Peniche eram todos momentos de resistência e debate de ideias.

A sua abertura ao mundo teve como ponto alto Paris,

que visitou em 1949, aos 28 anos. Novos horizontes lhe são revelados numa capital livre do nazismo e de ditadura, cidade da luz e das artes. Cipriano Dourado encontrava-se então na capital francesa, a trabalhar na Academia Livre Grand Chaumière. Nessa estada, Orlando Gonçalves esteve no atelier-residência de Vieira da Silva e Arpad Szenes e conviveu com o cientista português Manuel Valadares, do PCP, com quem manteve correspondência.

Depois do romance inaugural, em 1948, Orlando Gonçalves publicou mais quatro livros, entre 1949 e 1957, e outros três entre 1974 e 1993. O interregno de 17 anos na sua produção literária coincide com o período de maior activismo político contra a ditadura, quer na acção política directa, quer no jornalismo de “resistência”.

O JORNALISMO COMO OBRA

Orlando Gonçalves chegou ao *Notícias da Amadora* (NA) em 1963, por convite de amigos, que queriam deixar a direcção e a propriedade do jornal. A primeira edição que dirigiu foi a de 26 de Junho de 1963 (n.º 111).

Ao jornal, a sua maior obra, dedicou 31 anos de trabalho e luta (1963-1994). Dirigiu 1 109 edições, com um total de cerca de 14 800 páginas. Quando assumiu a propriedade, edição e direcção, o NA era um periódico da freguesia da Amadora, então do concelho de Oeiras, que gradualmente se transformou em “imprensa de resistência” à ditadura²⁰.

O jornal cresceu primeiro para os concelhos limítrofes e ampliou as suas temáticas, designadamente no domínio das artes e letras e do noticiário internacional. Agigantou-se a partir de 1970. A sua primeira edição produzida em oficinas próprias e com distribuição nacional foi a de 27 de Junho de 1970 (n.º 459). Passou então a ser vendido em banca e por assinatura em todo o país e a deter assinantes no estrangeiro.

A Censura recusou sempre que Orlando Gonçalves figurasse como director, com base na declaração da PIDE de que era “elemento de tendências comunistas”. No ANTTI, existem 12 cartas suscitadas por iniciativa de Orlando Gonçalves, que solicitou autorização para assumir a direcção do jornal em 1964, 1967, 1968, 1969 e 1970. A Censura admitia que o jornal lhe estivesse “totalmente confiado”. Não podia, porém, ter título de jornalista, que era negado aos profissionais da imprensa regional.

João Lopes Vilhena e Domingos Janeiro – antigos proprietários e director, respectivamente – acederam a figurar no cabeçalho do jornal durante dez anos, mas em 1973 o NA afrontou o regime e desobedeceu abertamente à Censura. Em 35 das suas 52 edições do ano, o que ocorreu entre o 3.º Congresso da Oposição Democrática e as eleições legislativas, Orlando Gonçalves, sem autorização, constou como director-adjunto e, depois, director, durante 14 edições.



COMUNICADO DA D. G. S. APREENHIDOS MILHARES DE PANFLETOS SUBVERSIVOS NAS OFICINAS DO «NOTÍCIAS DA AMADORA»

LEBOA, 20 — Da Direcção-Geral de Segurança recebeu-se a seguinte comunicação: «Desde o início da corrente mês, mas com maior intensidade nos últimos dias, tem-se verificado por parte das várias organizações comunistas uma grande actividade na difusão de panfletos e outras organizações de propaganda contra o regime e acções revolucionárias no dia 1 de Maio.

Admitida, no mesmo tempo, a edição de Notícia em defesa dos territórios portugueses no Ultramar o qual, a delegação das organizações revolucionárias que nos chegaram e dos materiais que os empregados, entre

os quais eminentemente se referiam.

Com base nas investigações feitas foram detidas em Lisboa 13 indivíduos e outros 15 no Porto, especialmente ligados aos centros de formação e divulgação de algumas organizações, algumas das quais estão de há muito referenciadas como sendo organizações activas.

As investigações conduziram a apurar que os nomes citados do território português, que se incluem muito do material que, inclusive, tendo sido apreendidos largos milhares de exemplares de panfletos revolucionários. — L

Primeira edição do *Notícias da Amadora* em tipografia própria, datada de 27 de Junho de 1970 e, em baixo, última nota oficial da PIDE/DGS, publicada em 20 de Abril de 1974

O NA noticiou em 26 de Maio que Orlando Gonçalves²¹ fora nomeado para a direcção, que “há dez anos vinha efectivamente exercendo”. Notícia essa que não foi submetida à Censura. Detectada a desobediência, a proibição foi peremptória. Sérgio Ribeiro passou então a director interino (11 edições), mas também foi rejeitado. Carlos Carvalhas figurou a partir de 18 de Agosto de 1973 como director interino, durante dez edições, até ser confirmada a sua aprovação.

O jornal voltou a explicar, em 18 de Agosto, que “mais uma vez fomos obrigados, por motivos ‘legais’ a modificar a nossa ficha técnica. (...) A burocrática e rotineira alteração não desvia do caminho traçado, um jornal feito colectivamente em que a mesma equipa permanece”.

O NA assumiu-se sempre como projecto com uma causa: afrontar a ocultação da realidade pela ditadura, fiel ao conceito de “imprensa de resistência”. Orlando Gonçalves não estava sozinho no combate; várias equipas formaram a redacção do jornal. Mais de mil colaboradores, até 25 de Abril de 1974. O contributo de fontes e leitores activos foi igualmente determinante.

O papel do NA foi muito relevante, ao colocar no espaço público a informação que interessava a uma opinião pública esclarecida e ao fixar uma agenda própria, que motivaram uma suspensão, uma multa e milhares de cortes integrais e parciais dos Serviços de Censura de Lisboa. Também as Oficinas Gráficas NA desempenharam o seu papel: imprimir o jornal, livros para várias editoras e informação para os sindicatos da Intersindical.

A LIBERDADE EM ABRIL

Orlando Gonçalves e Sérgio Ribeiro foram presos em 18 de Abril de 1974, nas Oficinas Gráficas NA. Nessa leva, foi também presa Helena Neves, da redacção do NA. Libertado em 27 de Abril, após a queda do regime, Orlando Gonçalves assumiu responsabilidades noutros combates: o trabalho autárquico.

O diálogo e a proximidade com os munícipes caracterizaram a sua conduta política no exercício do cargo de presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Oeiras, que desempenhou até às primeiras eleições autárquicas, em 1976. Enfrentou sempre todos os problemas com coragem física e política, nos debates travados pela democratização do Poder Local e pela construção de soluções para tarefas básicas imensas, como a carência habitacional, o saneamento básico, os transportes e tantas outras.

No último artigo que escreveu, a Nota Semanal publicada na edição do NA de 3 de Novembro de 1994, reflectiu sobre o Poder Local, que considerava o esteio da democracia. Salientando que as autarquias deveriam, elas próprias, “promover um necessário saneamento nas suas fileiras, afastando, amputando os membros purulentos, oportunistas, corruptos e corruptores indignos de exercerem os cargos para que foram eleitos”. ■

1) ANTT, Secretariado Nacional de Informação, Censura cx. 689.

2) Em 1982, numa entrevista conduzida por Pedro Dourado para recolha de informação sobre a vida do artista plástico Cipriano Dourado (falecido em 1981) e, em 1993, numa entrevista a Rui Matos Dias, para o Rádio Clube de Sintra.

3) Orlando Gonçalves (1993), *Enredos da Memória*. Lisboa: Editorial Notícias, p. 37.

4) Nº 5, de 7-11-1931.

5) O jornal publicou-se entre 1931 e 1937. O modelo de negócio consistia em receitas de assinatura e publicidade de comerciantes aderentes ao projecto, os quais distribuíam gratuitamente o jornal àqueles que fossem seus clientes.

6) Os habitantes da freguesia da Ajuda eram então mais do dobro dos actuais (14 299, segundo os Censos de 2021).

7) *O Comércio da Ajuda*, n.º 97, 6-7-1935.

8) *O Comércio da Ajuda*, n.º 148, 19-6-1937.

9) *O Comércio da Ajuda*, n.º 121, 6-6-1936.

10) *Avante!*, VI série, n.º 45, Dezembro de 1943.

11) O quartel da Cova da Moura foi demolido no final da década de 40 para dar lugar à Avenida Infante Santo.

12) Celas de metro e meio por dois e vinte, apenas com uma cama basculante e sem luz.

13) 1982, entrevista concedida a Pedro Dourado; 1995, Maria Luísa Gonçalves, *Recordações e as dúvidas. Como saber?*; 1997, Exposição Notícias de Orlando Gonçalves, Câmara Municipal da Amadora.

14) Notícia Colecção Horizonte, *República*, 11-01-1951 (cortada pela Censura), ANTT, Secretariado Nacional de Informação, Censura cx. 708.

15) Núcleo de amigos de infância e da Escola Ferreira Borges que estiveram envolvidos na Biblioteca Ferreira de Castro, como António Miguel Mendes e Eduardo Modesto. Neste caso, juntou-se também a actriz Maria Barroso, responsável pelo recital poético.

16) Matutino do partido do Governo (Acção Nacional Popular), que resultou da fusão de dois órgãos ligados à ditadura de Salazar: *A Voz* (1927-1971) e o *Diário da Manhã* (1931-1971), que estava instalado em Lisboa, na Rua da Misericórdia, nº 95, onde está hoje a sede da Associação 25 de Abril.

17) Estava prevista a colaboração em próximos números dos escritores Carlos de Oliveira, Julião Quintinha, Aleixo Ribeiro, Virgílio Ferreira, Manuel do Nascimento, Faure da Rosa, Alexandre Cabral, Orlando Gonçalves, José Terra, Carlos Garcia, António Manaças e Fernando Santos e dos artistas Arlindo Vicente, Roberto Nobre, Dourado e Rogério Ribeiro.

18) Com Manuel João da Palma Carlos, Maria Isabel Aboim Inglês, José Henrique Vareda e Mário de Sena Lopes.

19) Com Arlindo Vicente, Constantino Fernandes e Vasco Vieira de Almeida, entre outros.

20) Qualificativo usado no estudo de 1973 do sociólogo José Manuel Paquete de Oliveira, citado em Orlando César (2012), *O agir jornalístico face à censura. O caso do Notícias da Amadora*. Tese de Doutoramento em Sociologia (ISCTE-IUL), p. 81.

21) Passou a figurar como director-adjunto na edição de 24 de Fevereiro de 1973, e, em 19 de Maio, como director.

HAVIA MESMO UMA HISTÓRIA

A JJ quis assinalar o 90º aniversário do jornalista portuense de Germano Silva, festejado a 13 de outubro, desafiando-o a recordar histórias da sua longa vida profissional. Escolheu a que se segue, nascida de um equívoco. Deliciosa.

Germano Silva

dos de cinquenta do século passado. Estávamos em maio. Ao entardecer de um determinado dia em que a chuva, forte, acompanhada de granizo, alternava “com boas abertas” – como informava o boletim meteorológico –, o telefone retiniu na redação do *Jornal de Notícias*, ainda na Avenida dos Aliados.

Alfredo Israel de Oliveira, o Ruas, como era carinhosamente conhecido, pelos camaradas, atende. Toma notas e pede insistentemente esclarecimentos e pormenores acerca de certo local. Repetia insistentemente “como...”, “disse o quê...”, “onde...”. O Ruas padecia de surdez crónica. Para melhor ouvir o interlocutor, do outro lado do fio, colava ao telefone um aparelho auditivo que sempre o acompanhava. Terminada a conversa telefónica, o “velho” repórter levantou-se da secretária e dirigiu-se ao chefe, a quem transmitiu a informação que recebera. E é aí que entro história.

À data, eu era um incipiente aprendiz de repórter. Diz-me o chefe: “O Ruas recebeu a informação de que a saraiva destelhou uma casa em Custóias e que há uma família ao relento, sem teto. Vai lá, pode dar uma boa história...” E eu fui.

Custóias era (e é) uma progressiva freguesia do concelho de Matosinhos que fica a escassos vinte minutos do Porto para quem viaje de automóvel. Cheguei no exato momento em que o ribombar do trovão se fazia ouvir e um forte aguaceiro, com granizo à mistura, desabava sobre a povoação. Na “aberta” a seguir, fui indagar acerca do local onde ficava a casa que a saraiva destelhara. Das pessoas que interroguei, ninguém sabia do caso. Ficavam até admiradas com a pergunta.

– “Uma casa destelhada pela saraiva? Não é brincadeira...?”

Resolvi então pôr em prática os ensinamentos dos velhos mestres, os chefes de redação. Diziam eles: “As tabernas são os locais onde mais circula a informação, porque por elas passa toda a gente e são lugares de troca de informações”. E parti à procura de uma taberna. Que rapidamente encontrei. Indaguei junto do taberneiro acerca da casa destelhada pela saraiva. Sorriu e retorquiu: “Está a brincar comigo...” Mas ajudou. Depois de bater com as manípulas sobre o balcão, a impor silêncio, lançou a pergunta: “Alguém sabe de uma casa que foi destelhada pela saraiva?”.

A resposta veio lá do fundo da locanda, de uma mesa onde se jogava uma animada partida de sueca:

– “Não foi a saraiva, foi o Saraiva”

– “Como?”, perguntei eu, intrigado.

E o fulano que esclareceu:

– “Ali, junto à estação dos caminhos de ferro, há uma casa que pertence a um tal Saraiva. O homem quer vender o terreno, tem um comprador, mas o negócio só avançará se o inquilino deixar a casa. Perante a recusa deste, o Saraiva foi lá e destelhou-lhe a casa, para o obrigar a sair”.

Desabafo meu: “A surdez do Ruas...” Confundi a saraiva sinónima de granizo com o Saraiva senhorio. Mas deu-me a oportunidade de escrever uma crónica acerca do assunto. Afinal, sempre havia uma história... ■

LUCÍLIA MONTEIRO





iMPRESS
IMPRESSRAL CENTER UNIPESSOAL, LDA.

JÚLIO DE CASTILHO

UM PUBLICISTA EM FIM DE SÉCULO

(Parte II)

Álvaro Costa de Matos *

2. A OBRA PERIODÍSTICA

2.2. A COLABORAÇÃO N'O OCIDENTE E NO BRASIL-PORTUGAL

A partir de 1889 vamos encontrar Júlio de Castilho a colaborar noutro periódico de referência na época, *O Ocidente, revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, nesta altura dirigido por Gervásio Lobato. Publicado em Lisboa entre 1879 e 1915, *O Ocidente* afirmou-se durante 38 anos como um dos mais importantes periódicos literários e ilustrados do panorama editorial, reunindo colaboração dos principais vultos da intelectualidade portuguesa, como, por exemplo, Guerra Junqueiro, Maria Amália Vaz de Carvalho, Pinheiro Chagas, Cesário Verde, Luciano Cordeiro, Jaime Batalha Reis, Gustavo de Matos Sequeira, Brito Aranha, Henrique Lopes de Mendonça e Ramalho, com fotografias de Carlos Relvas, Joshua Benoliel, Alberto Lima e Ciriaco Tavares da Silva e ilustrações de Caetano Alberto, Jorge dos Reis, Manuel Macedo, entre outros artistas gravadores¹. Alberto e Macedo foram os grandes responsáveis pelo sucesso editorial d'*O Ocidente*, patente na longevidade da revista, com 1315 números que são uma fonte incontornável para estudar o Portugal do final do século XIX e início do século XX.

A colaboração de Castilho n'*O Ocidente* pode caracterizar-se, no essencial, pela produção de dois tipos de artigos: em vez das notas artísticas, vamos ter apontamentos históricos ou "indicações históricas" (nas palavras do próprio), visando o esclarecimento de gravuras publicadas na revista, e sinopses biográficas de figuras relevantes da cultura portuguesa.

Começando pelos apontamentos históricos: os primeiros aparecem na edição de 1 de Julho de 1889. Intitulado "Rua da Judiaria", o artigo, extenso, diz logo ao que vem: "Pede-me o director desta folha algumas indicações históricas como elucidação da gravura que representa uma parte antiga da rua da 'Judiaria' em Alfama. Anuo com muito gosto, e direi rapidamente o que souber"². Depreendem-se daqui algumas coisas: 1ª Que Castilho não era, até 1889, um colaborador regular d'*O Ocidente*, e muito menos jornalista da revista; 2ª Que, apesar dessa situação, não hesitou em responder afirmativamente ao pedido de Gervásio Lobato e partilhar o seu saber sobre o assunto com os leitores da revista; 3ª Que Castilho já gozava de prestígio como historiador, nomeadamente de Lisboa, o que terá pesado na escolha do director d'*O Ocidente* para fazer o esclarecimento histórico do desenho "Rua da Judiaria, no velho Bairro de Alfama", dado à



**Retrato completo
de Júlio de Castilho**
[AML]

estampa pela revista - lembramos que o escritor já tinha editado em 1879 a sua primeira obra de referência, "Lisboa Antiga (O Bairro Alto)" e publicado 6 dos 7 tomos da segunda, "Lisboa Antiga (Bairros Orientais)". Livros que, ilustrados pelo próprio Castilho, constituíam "um trabalho monumental de investigação, de erudição e de poesia, reconstituindo aos olhos do leitor a nossa velha capital sob os variados prismas da sua arqueologia, tanto no que respeita às ruas, às casas, aos monumentos, como até à vida pública e íntima dos seus habitantes dos séculos passados" ³.

Sobre o "artigo fugitivo" propriamente dito, destacamos três aspectos: 1.º O conhecimento histórico do autor, minucioso e fundamentado nas fontes primárias e, na ausência delas, alavancado em possibilidades: "O que hoje chamamos oficialmente 'Rua da Judiaria' deve ser apenas uma pequena parte do fragmento lisbonense ocupado pelos judeus até ao fim do século XV"; 2.º A denúncia histórica da perseguição e da expulsão dos judeus de Portugal, vítimas de um catolicismo inquisitorial, decisões lidas por Castilho como um erro estratégico e moral: as "represálias religiosas" foram o resultado da "ignorância do fanatismo" da época; 3.º A perspectiva comparativa: a

intolerância religiosa não fora um exclusivo nacional, "era imitação apenas do que lá fora se dava também. Os povos cristãos malhavam no Judeu como numa incude". Mas o que sobrepõe no escrito de Júlio de Castilho é o detalhe da reconstituição histórica, suportada pela consulta das fontes coevas e a sua interpretação analítica. Temos, portanto, o reputado olisipógrafo ao serviço d'O Ocidente, para "elucidação da gravura que representa uma parte da antiga rua da Judiaria em Alfama".

O historiador regressa em força à mesma revista a 15 de Junho de 1895, com um artigo sobre a "Sé de Lisboa", respigado da "magnífica obra *Lisboa Antiga (...)*, onde o autor reuniu tudo o que tem investigado sobre a Lisboa do passado, sendo copiosa a notícia que dá da Sé de Lisboa (...), certos de que nada podíamos publicar de melhor sobre o assunto". Uma vez mais, o reconhecimento público de Castilho como figura ímpar no que toca ao estudo da capital. Consequentemente, "com a devida vénia", o director não hesita em publicar o que sobre tão importante monumento foi escrito pelo especialista, neste como nos números seguintes d'O *Ocidente*, até 15 de Novembro de 1895, num total de 16 artigos, todos sobre a Sé de Lisboa. Era também uma forma de divulgar junto dos assinantes e leitores da revista a obra de referência de Júlio de Castilho, "Lisboa Antiga".

Castilho volta a aparecer n'O *Ocidente* a 30 de Janeiro de 1899, num número integralmente dedicado ao centenário do nascimento de Almeida Garrett (1799-1854). Colabora com um artigo intitulado "Almeida Garrett (1841 a 1847)". No essencial, trata-se de uma transcrição, a partir das "Memórias de Castilho" (1891-1914), de excertos de artigos de António Feliciano de Castilho sobre Almeida Garrett - sobretudo, acerca da estreia em Lisboa da peça "O Alfageme de Santarém ou A Espada do Santo Condestável", em 9 de Abril de 1842 - publicados na *Revista Universal Lisbonense*, da qual foi director e principal redactor.

Os textos revelam-nos o sucesso que a representação teve ("uma ovação teatral mais completa, nunca dramaturgo algum a conseguiu") e o entusiasmo do pai de Júlio de Castilho pela peça de Garrett ("A Espada do Condestável, sim, é verdadeiramente drama; e como tal sobrepõe ao Auto de Gil Vicente; é o drama misto e moderado, nacional e verdadeiro"). Não admira, portanto, que o considerasse "o redentor ou verdadeiro criador do teatro português". A par dos textos do pai, com informações detalhadas da obra do homenageado, Castilho enriquece o seu artigo revisitando o "repositório amplíssimo" de Almeida Garrett publicado na *Revista Universal Lisbonense*: excertos de artigos de outros autores, embora não identificados, e referências preciosas como, por exemplo, a do início da publicação das "Viagens na Minha Terra" na revista, a 17 de Agosto de 1843 ⁴.

Neste mesmo número d'O *Ocidente*, de 30 de Janeiro de 1899, Castilho dá à estampa um poema, "9 de Dezembro de 1854. À Memória do Visconde de Almeida Garrett", reme-



Número comemorativo do centenário de Almeida Garrett da revista *O Ocidente* [HML]



Edição d'*O Ocidente* dedicada a Júlio de Castilho, com cópia da sua fotografia [HML]

tendo para a data da morte do escritor e dramaturgo. Tal como o pai, a mesma admiração por Garrett:

"Treze anos há, que entrava ao Panteão da História um vulto colossal laureado já da Glória.

(...)

Foi dele o braço, foi, que impeliu triunfal o novel galeão da Musa Teatral"⁵.

No ano seguinte, em 1900, na edição de 30 de Maio, nova colaboração de Castilho n'*O Ocidente*, num registo mais biográfico. O visado foi António Ribeiro Saraiva (1800-1890), jornalista, poeta, encarregado de negócios em Londres e lugar-tenente de D. Miguel. Castilho caracteriza-o como "um dos melhores caracteres que a terra portuguesa tem deitado de si, o honesto, o bom, o talentoso, o desinteressado e dedicadíssimo". Destaca-o como o "homem moral", o "homem intelectual", embora absorvido pelas polémicas políticas que teve "ora em artigos de jornais, ora em vigorosos panfletos de ocasião". Era um "miguelista intransigente".

Não menos interessante é o apelo que Castilho faz à "imprensa sisuda" para escrever sobre os bons exemplos

(como era o caso de António Ribeiro Saraiva), para apontá-los "aos filhos degenerados da nossa era decadente". A imprensa não serviria apenas para dar notícias, mas também para divulgar os eminentes portugueses e as suas acções junto dos leitores e, sobretudo, dos adolescentes. Mais, era um dever fazê-lo, como que integrando a missão da imprensa a difusão do "exemplo para todos nós", contribuindo dessa forma para a regeneração necessária, segundo Castilho, da *res publica*.

No mês seguinte, a 30 de Junho de 1900, numa edição dedicada a Júlio de Castilho, com retrato dele na primeira página, *O Ocidente* publicou três trabalhos da sua autoria: um poema, "Cancioneiro", de 1889; um excerto da peça de teatro "Inês de Castro"; e um pequeno apontamento histórico sobre os "Casebres do Loreto" (actual Praça de Luís de Camões).

Não menos importantes são os dois artigos bio-bibliográficos sobre o nosso olisipógrafo que encontramos neste número da revista: um de Ramos Coelho, intitulado "O Visconde de Castilho", a preceder a habitual "Crónica Ocidental" de João da Câmara (director d'*O Ocidente* entre 1895 e 1907), ou seja, antes do editorial, o que só por si é revelador da importância que lhe é atribuída pela revista;



Primeira página d'O Ocidente sobre "As Festas da cidade de Lisboa" [HML]

outro sem assinatura (provavelmente, do director), sobre "A obra literária de Júlio de Castilho, segundo Visconde de Castilho".

No primeiro artigo, Coelho alerta-nos para a versatilidade da produção literária de Castilho, "quer em verso, quer em prosa", vendo-o nelas sob múltiplos aspectos: "genealogista, católico, polemista, romancista, poeta, crítico, dramaturgo, magistrado, moralista, arqueólogo, viajante e panegirista". Segundo o articulista, "poucos terão aproveitado melhor o seu tempo e com tanto benéfico do público". No segundo, encontramos para o historiador ou estudioso da obra literária de Castilho uma preciosa "nota bibliográfica", organizada por assuntos (história e arqueologia, elogios históricos, estudos biográficos e críticos, poesia, romances, teatro e a colaboração dele no *Almanaque de Lembranças*).

Sem surpresa, a primeira ("O Bairro Alto") e a segunda parte ("Bairros Orientais") da "Lisboa Antiga" são valorizadas, constituindo "um trabalho monumental de investigação, de erudição e de poesia, reconstituindo aos olhos do leitor a nossa velha capital sob os variados prismas da sua arqueologia, tanto no que respeita às ruas, às casas, aos monumentos, como até à vida pública e íntima dos seus habitantes dos séculos passados". Por outras palavras, com

Júlio de Castilho temos um historiador preocupado com a situação histórica em concreto, numa narrativa e interpretação feitas a partir das fontes disponíveis da época. Uma característica da moderna historiografia oitocentista, nos antípodas da historiografia positivista, meramente descritiva, ainda dominante no século XIX em Portugal. Promovida pela imprensa periódica, neste caso por uma *revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, como se subtitulava *O Ocidente*.

A publicação "mais do que modesta" da "Lisboa Antiga" leva o articulista a retomar a ideia e o desafio lançado à Câmara Municipal de Lisboa por Henrique Lopes de Mendonça no *Diário de Notícias* de 25 de Janeiro de 1900 - a propósito do 1.º centenário do nascimento de António Feliciano de Castilho -, de se fazer uma "edição monumental" deste livro, "enriquecida com reproduções documentais e ilustrações artísticas e completada pelo autor, que para o levar a cabo possui subsídios valiosíssimos". É que apesar de se reconhecer a importância da obra ("o mais vasto repositório de notícias que sobre a *Lisboa Antiga* soube coligir um talento aprimorado e paciente"), também se assume que ela, além de "incompleta", era "pouco conhecida" do público. Daí o apelo jornalístico a uma nova edição que resolvesse estes dois problemas, publicação que "constituiria um serviço prestado à história e arqueologia da capital do reino".

Dois anos depois, a 10 de Junho de 1902, a propósito de outro centenário, de Gil Vicente, a revista *O Ocidente* publica dois textos de Castilho extraídos do seu livro "Mocidade de Gil Vicente" (1897). Portanto, não temos uma colaboração directa ou inédita. A revista, com o consentimento do "primoroso poeta e prosador", reproduz textos já editados ("páginas de bom estilo que se lêem com prazer"), baptizando o conjunto com título homónimo.

Esta prática jornalística d' *O Ocidente* não constituía uma novidade, como vimos atrás. Desconhecemos se este tipo de colaboração, indirecta, era remunerada; desconhecemos igualmente o porquê da sua repetição. Aproveitar o que já tinha sido publicado sobre a matéria por uma figura consensual e respeitada das letras e da história, e dessa forma dar credibilidade "científica" ou literária a um número especial da revista? Até porque os dois capítulos reproduzidos acompanham e completam quer o editorial de João da Câmara, quer os dois trabalhos inéditos de Brito Rebelo, mais biográfico, e de Damasceno Nunes, mais temático, sobre o papel de Gil Vicente na dramaturgia nacional. É uma hipótese a ter em consideração. O certo é que Castilho aparece, uma vez mais, ao lado de figuras conhecidas da cultura e da imprensa portuguesas da época, como era o caso dos autores atrás citados. De novo o reconhecimento público de Castilho ("tem todo o lugar aqui os dois capítulos que vão ler-se"), neste caso porque o que é revisitado e republicado "descreve com belo colorido e imaginação a meninice do plauto (sic) português".

Castilho despede-se da colaboração n' *O Ocidente* com novo apontamento histórico, sobre o "Arco de Santo



Capa da *Brasil-Portugal* e reprodução de ensaio de Júlio de Castilho sobre "A Arte" na mesma edição da revista [HML].

André". Numa edição dedicada às festas da cidade de Lisboa e à "Lisboa Monumental", de 10 de Junho de 1913, o olisipógrafo não podia deixar de estar presente para dar o seu contributo. Que até adquire uma pertinência reforçada pela actualidade, "visto estar eminente a sua demolição para utilitarismo dos tempos, pois se trata de facilitar o trajeto da linha de carros eléctricos pela calçada de Santo André". Claro que Castilho vai "dizer alguma coisa de sua história", revisitando bibliografia, acrescentando dados novos, mas o que o anima neste caso é a denúncia pública da demolição do Arco de Santo André, porta ou postigo da antiga cerca da muralha de Lisboa, e o apelo crítico às autoridades para que não o destruam. Transcrevemos o apelo pela modernidade que revela na defesa do património arquitectónico da polis: "Confio em que, tanto a Companhia como a Câmara, se compenetrem do caso, e não dêem o miserável espectáculo do desrespeito àquele veterano sem salário, àquele pobre Arco inofensivo, que nada nos pede, senão que o deixemos continuar a ser o que sempre foi: testemunha calada e eloquente de glórias da cidade. Quando lá fora tanto se venera o passado, não dê Lisboa mais uma prova de tradicional menosprezo aos seus próprios brasões".

Outro género literário que Castilho cultivou foi o ensaio, embora pouco significativo no conjunto da sua obra jornalística. Em Outubro de 1901, na *Brasil-Portugal*, publicou "A Arte". A *Brasil-Portugal* era uma revista quinzenal ilustrada, vocacionada para as elites, especialmente as da comunidade portuguesa no Brasil e colónias, pelo que o teor do texto de Castilho adequava-se ao tipo de leitor deste periódico.

O ensaio tem como *leitmotiv* "o nosso primacial pintor,

Vieira Lusitano"⁶, e é muito esclarecedor da função que Castilho atribui à arte e do entendimento que dela tem: "A Arte, sob qualquer das formas que revista, não nos foi dada para desmoralizar, mas para ser a moralizadora universal. (...) O que é a Arte? É a imitação apaixonada e idealizada das obras divinas". Consequentemente, "deve o artista ser um operário do bem comum". Como fora Vieira Lusitano, que "timbrou em ser um sabedor consciencioso, correcto, imaginativo; mas antes de mais nada um cristão e um bom". Daí a temática das suas pinturas, à volta da "história sacra, da mitologia conceituosa e decente, das alegorias à moda da sua era, do retrato pensante e da aspiração idealista". Embalado pela sua noção de arte, Castilho tenta reposicionar o fim da "Arte alumiada pela moral cristã", bem como da "Arte moderna, a Arte contemporânea": ambas devem "pôr o seu alvo no espiritualismo", e, como eleitas que são, e como guias que podem ser, devem combater "as tendências baixas e materialistas do século". A Arte é assim revestida de uma missão moralizadora, tem que ser virtuosa, não uma interpretação materialista e sensual da natureza: "a Arte só é deveras grande quando se estriba na Virtude". Esta concepção puritana da Arte entronca com a missão civilizadora ou regeneradora que Castilho também atribui à imprensa.

Não termina aqui o inventário da colaboração de Castilho em jornais e revistas, pois ele colaborou noutros títulos, como, por exemplo, *O Instituto de Coimbra*, as folhas lisboetas *Mundo Católico*, *Comércio de Portugal*, *Almanaque de Lembranças*, *A Semana de Lisboa*, nos portuenses *Lusitânia* e na *Gazeta Literária do Porto*, no *Diário Oficial do Rio de Janeiro*, entre outros. Mas tratou-se de uma cola-

boração pontual, não raras vezes com a mera transcrição de excertos ou a repetição de artigos ou apontamentos históricos publicados noutros periódicos. Motivo pelo qual optámos por centrar a nossa análise histórica na sua obra jornalística mais relevante, a que publicou na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, no *Arquivo Pitoresco*, n' *O Ocidente* e no *Brasil-Portugal*.

3. CONCLUSÕES

Depois desta incursão pela produção jornalística de Júlio de Castilho julgo que podemos retirar algumas conclusões:

1.^a Castilho não foi, de todo, um jornalista *tout court*, isto é, um homem que viveu do jornalismo, que fez dele o seu modo de vida, profissão e principal fonte de rendimento. Ele foi um "colaborador" de jornais e revistas. É assim que *O Ocidente*, uma das revistas onde mais publicou, o trata. É uma colaboração feita como insigne escritor público, reputado olisipógrafo, escrevendo sobre Lisboa, literatura e arte;

2.^a A sua colaboração na imprensa tem duas características, directa e indirecta: directa quando Castilho escreve de propósito para os jornais ou revistas, publicando textos inéditos; indirecta quando eles reproduzem ou transcrevem textos ou escritos que não são originais, porque publicados noutros suportes, nomeadamente em livro. Aliás, esta é uma característica importante da obra jornalística de Castilho: o grosso da sua colaboração na imprensa são trabalhos que ele deu à estampa em livro, como é o caso da série de 16 artigos que publicou sobre a Sé de Lisboa na revista *O Ocidente* em 1895, extraídos da sua monumental *Lisboa Antiga*;

3.^a Consequentemente, Castilho alimenta a imprensa com os seus artigos, com o seu saber, conhecimento, reconhecido pelos seus pares e pelos jornalistas contemporâneos, mas a imprensa também se alimenta da sua obra literária publicada, desde logo dos seus livros mais importantes e mais conhecidos - isto não constituía uma novidade na época; pelo contrário, era típico do jornalismo oitocentista, com ênfase no "jornalismo cultural", a dar os primeiros passos e, por isso, ainda muito dependente da obra editada pelos principais escritores e artistas;

4.^a Da obra periodística de Castilho destacam-se, sem surpresa, os escritos sobre Lisboa, os seus monumentos, as suas ruas. N' *O Ocidente*, revista onde colaborou regularmente, Castilho é o olisipógrafo de serviço: ficamos com a impressão de que, sempre que surge qualquer assunto sobre a cidade de Lisboa, seja uma gravura que é preciso explicar ao leitor (o que ocorre várias vezes), seja uma efeméride histórica que é preciso evocar, o director recorre imediatamente à pena do nosso escritor, directa ou indirectamente, como vimos;

5.^a A imprensa precisa de Castilho, como dissemos, mas Castilho também precisa da imprensa. O publicista, tal como o intelectual ou o artista, precisa da imprensa para fazer várias coisas: para aparecer no espaço público, dando-se a conhecer aos leitores; para a sua própria afirmação

enquanto escritor público, marcando o seu estilo; para publicitar as suas ideias e o seu pensamento, contribuindo para a criação de uma opinião pública; para uma intervenção no momento (lembro o artigo de Castilho sobre o Arco de Santo André, em vias de ser demolido), através de uma colaboração regular ou pontual na imprensa, mas respondendo à solicitação do "quinto poder do Estado"; para existir colectivamente, pois escrever nas publicações periódicas mais importantes e mais conhecidas dá uma espécie de "carta de maioridade" intelectual ou artística ao autor - elas próprias servem como entidades colectivas para editar, emancipar e difundir conhecimento, cultura e arte novas; criam "realidade", são um "órgão vivo".

Ora, Júlio de Castilho, entre outros ⁷, foi uma das personalidades que melhor encarnou a figura do publicista, do escritor público, neste caso muito preocupado com a história, a memória e o património da cidade de Lisboa. Prefigura, como poucos, o longo percurso do intelectual de oitocentos. Em suma, foi uma expressão da multifacetada figura do publicista finissecular. ■

* *Historiador e investigador do Instituto de Comunicação e do Pólo HTC da FCSH/NOVA.*

1) *O Ocidente* "fez escola e foi escola de gravadores", segundo Rita Correia, "OCCIDENTE (O). REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO ESTRANGEIRO", in <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Ocidente.pdf>

2) *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa, N.º 379 (1 de Julho de 1889), p. 147.

3) "A Obra literária de Júlio de Castilho", in *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa, n.º 774 (30 de Junho de 1900), pp. 147-147. Na mesma linha, nesta edição, temos o artigo de Ramos Coelho: "Só por si esta obra e a *Lisboa Antiga* seriam bastantes a perpetuar o nome do visconde, se não tivesse outras que tanto o abonassem, porque em ambas encontramos e encontrará o porvir instrutivos repositórios de acontecimentos interessantes, do nosso século e dos séculos passados".

4) Esta era uma prática comum dos escritores: primeiro publicavam os seus escritos em folhetins ou capítulos em jornais e revistas, para os dar a conhecer aos leitores e perceber a reacção do público, e só depois eram reunidos e editados em livro. As "Viagens na Minha Terra" saíram neste formato em 1846.

5) O poema de homenagem data de 1867, ou seja, escrito nos citados 13 anos após a morte de Almeida Garrett.

6) Era assim que era conhecido, mas o seu nome era Francisco Vieira de Matos (1699-1783). Além de pintor histórico da Casa Real Portuguesa, foi ilustrador de múltiplas obras coevas e académico de mérito da Academia de São Lucas, Roma.

7) Por exemplo, Ramalho Ortigão, João Chagas, Carlos Malheiro Dias, etc.

JOSÉ MANUEL BARATA-FEYO
PROVEDOR DO LEITOR DO *PÚBLICO*

“OS LEITORES HOJE SÃO MAIS EXIGENTES”

O provedor do leitor do *Público* faz um balanço do mandato de um ano. Consciente de que cabe aos leitores julgarem o seu desempenho, não deixa de sublinhar que a criação do cargo de editor de Opinião, sem paralelo na Europa, partiu de sugestão sua.

Paulo Martins Texto Elodie Fiedler Fotos

A palavra honestidade é repetida várias vezes, como princípio fundamental da prática jornalística, nesta entrevista a José Manuel Barata-Feyo. Na conversa, entram os desafios dos *media*, a Carta de Direitos Humanos na Era Digital, que o tira do sério, e o seu tempo de jornalista da RTP, ainda sob tutela governamental.

É, neste momento, o único provedor da imprensa portuguesa, modelo que o *Público* recuperou. Apresenta-se como “interlocutor permanente, independente e responsável pela defesa dos direitos do leitor”. Conseguiu cumprir o objetivo, neste ano de mandato?

Pelo menos, tentei. E se não consegui, a culpa não é certamente do *Público*, cuja colaboração tem sido exemplar, a começar pelo diretor. Se pelo meu lado consegui fazê-lo ou não, caberá aos leitores avaliar e julgar.

Ao adotar esse enunciado, parece que toma partido – está em funções para defesa dos direitos do leitor. Mas o leitor pode interpretar a função de outra maneira: “Este senhor é funcionário do jornal”.

Isso aconteceu uma vez com um leitor, que sem pôr diretamente em causa a figura do provedor do leitor, referiu, em abstrato, que temos empresas que auditam outras e cujos resultados acabam por ser determinados não pela

realidade do que constatarem, mas pelo facto de serem pagas pela empresa que encomendou o trabalho. Posso garantir que não é certamente por aquilo que o *Público* paga a um jornalista para ser provedor do leitor que ele se torna um instrumento da hierarquia do jornal. Não faz sentido. O provedor do leitor é provedor do leitor, quer seja pago pelo jornal, quer não seja.

A disposição estatutária de limite de mandato contribui para uma imagem de independência.

Sim, sim. Posso garantir que nunca houve da parte do *Público* a mais pequena interferência no meu trabalho. Algumas vezes, fui crítico do jornal e dos jornalistas, outras não, porque é invulgar que a verdade esteja sempre de um só lado. Mas a regra é que os leitores têm normalmente razão nos seus protestos. O provedor faz o que lhe compete: sublinhar que o leitor tem razão e que o jornal violou o Livro de Estilo ou, mais raramente, o Código Deontológico ou o Estatuto Editorial. Isso acontece naturalmente; nunca houve qualquer problema.

Numa crónica de agosto, colocou a questão-chave sobre se é provedor do leitor ou do jornal. Sente que conseguiu cumprir esse compromisso de respeitar – ou de chamar a atenção para eventuais infrações – o Código Deontológico, o Estatuto do Jornalista, o Estatuto Editorial e o Livro de Estilo do *Público*?

Se não consegui, só eu sou culpado. Atuei – e continuo a



atuar, porque sou provedor no momento em que falamos – com total independência e liberdade. Mas isso é uma coisa. Outra é aquilo que o provedor consegue ou não fazer. Estou relativamente contente, na medida em que pelos menos duas sugestões feitas pelo provedor foram acolhidas pelo jornal. A primeira tinha que ver com a parte gráfica: leitores daltónicos tinham problemas para avaliar a qualidade das críticas a filmes, porque as “estrelinhas” apareciam com cores. A direção gráfica resolveu o problema. Hoje, são usadas “estrelinhas” cheias, meio cheias ou vazias.

Qual foi a outra sugestão?

Foi a instituição de um editor de Opinião, o jornalista Álvaro Vieira. Todos os textos passam por ele. Tem poderes para lhes mexer, não diretamente, mas chamando a atenção dos autores. Gostamos muito de nos comparar com os europeus. Ora, tanto quanto sei, o *Público* é o único jornal europeu com um editor de Opinião. Isso é muito importante. Há uns meses, um estudo europeu revelou que uma percentagem considerável de jovens confunde factos com opinião. Quando o opinador utiliza como argumentos factos errados, os jovens não entendem o texto como de opinião e,

por conseguinte, não colocam reservas. Isso cria problemas graves. Como dizia um célebre jornalista norte-americano, não é possível sustentar que o sol nasce a poente. A liberdade de opinar não passa por aí.

Essa questão remete para os limites da liberdade de expressão e a responsabilidade de uma direção editorial. Será legítimo que uma direção editorial decida não publicar determinado texto de um cronista permanente, porque afeta

direitos de terceiros, por exemplo?

Incontestavelmente! Um dos problemas que se colocam em Portugal – também, talvez, resultado de uma democracia recente – é a falta de prática nesse domínio e alguns exageros no que respeita à liberdade de expressão, que ocorreram logo a seguir ao 25 de Abril. Isso leva-nos a esquecer algumas coisas básicas: o diretor de um jornal tem todo o direito de impor os seus critérios editoriais sobre quaisquer outros. Do ponto de vista legal, é o responsável. Portanto, quando decide

“Os leitores têm normalmente razão nos seus protestos. O provedor faz o que lhe compete: sublinhar que o leitor tem razão e que o jornal violou o Livro de Estilo ou, mais raramente, o Código Deontológico ou o Estatuto Editorial. Isso acontece naturalissimamente; nunca houve qualquer problema”

publicar – ou não publicar – o texto de um colaborador, inclusive de um jornalista, faz prevalecer o seu critério editorial. Se assim não fosse, a coisa mais parecida com uma república absolutamente anárquica seria um jornal, onde cada um publicaria o que lhe apetecia, inclusive violando o Estatuto Editorial e o Código Deontológico.

Voltando à sua função de provedor. Que tipo de queixas lhe são apresentadas? A ideia que ficou da atuação dos provedores do leitor em Portugal é que uma grande parte tinha a ver com suspeitas, mais ou menos assumidas pelos leitores, sobre posicionamentos políticos do jornal.

Algumas são desse tipo, não a maioria. Houve uma evolução do conhecimento dos leitores em relação aos mecanismos de feitura de um jornal. É claro que, por vezes, o leitor quer ver no jornal uma espécie de reconforto para as suas opiniões político-partidárias. Mas um jornal independente não tem de reconfortar as opiniões de A, B ou C, porque é de todos os leitores. Algumas vezes sucede que, em relação aos cronistas mais marcadamente à esquerda ou à direita – se é que podemos falar nestes termos – há protestos. Há leitores que protestam contra textos de Rui Tavares ou, por exemplo, de Fátima Bonifácio. Percebemos imediatamente onde se situam em termos político-ideológicos. Trata-se de leitores que querem muito encontrar num jornal independente o apoio para as suas convicções. O provedor, que não se pronuncia sobre textos de opinião, tem uma função que considero didática: dizer ao leitor que quanto mais rico for o leque de pessoas que contribui para os textos de opinião – não confundir com notícias – mais rico é o jornal, no plano da diversidade. Sei que algumas pessoas discordam deste ponto de vista. O professor Nobre-Correia defende ser completamente absurdo pensar-se que um jornal pode ser independente, porque tem uma linha ideológica. É discutível. Podemos considerar que um jornal se situa numa área político-ideológica mais um menos evidente, que transparece nos artigos de opinião, na escolha das notícias e na maneira como as trata. Se olharmos para o exemplo da França – que conheço melhor, porque estive lá exilado – diremos que o *Figaro* é claramente identificado com setores mais conservadores e o *Monde* com a esquerda. Como poderíamos classificar o *Público*, usando esse critério? Uma coisa me parece certa: não é um jornal conservador. Situa-se numa área progressista, algumas vezes roçando o que se convencionou chamar extrema-esquerda.

É perfeitamente legítimo, porque o próprio Livro de Estilo aponta princípios identificados com uma posição político-partidária que – a análise é exclusivamente minha – situaria do centro-esquerda para a esquerda.

Não é incompatível um jornal ter um posicionamento político e, no plano jornalístico, adotar critérios e formas de funcionamento que permitem manter o distanciamento. Em Espanha, toda a gente sabe: *El País* é de esquerda e *El Mundo* de direita, mas este jornal denunciou casos de corrupção envolvendo o PP. O importante é preservar a independência dos jornalistas.

O que marca o posicionamento de um jornal é o editorial, se não assinado. Um editorial assinado é a posição de quem o assina sobre determinada matéria. Podemos nós considerar que o *Figaro* ou o *Monde* não são independentes? Diria que são, embora tenham marcadamente uma posição com a qual os respetivos leitores se identificam. É o velho drama daquilo que não existe na

Imprensa, a chamada objetividade. A objetividade não existe; o que existe é a isenção e a honestidade. Sobretudo a honestidade com que o jornalista transmite aquilo que vê! Para mim, o *Público* não é um jornal conservador, embora abra as suas páginas e dê voz a cronistas que se situam na área dos conservadores, alguns até muito conservadores.

Regra geral, os jornalistas acolhem as suas posições, como provedor, quando são criticados?

Até hoje, só tive o caso de dois jornalistas que não aceitaram as posições do provedor, que é independente.

Esse caso é conhecido. O *Público*, ao proporcionar aos jornalistas em causa, Cláudia Marques Santos e Paulo Pena, espaço para se defenderem só se prestigiou. O caso poderia ter criado um conflito difícil de gerir, mas o jornal abriu-se à discussão. Concorda?

Não discuto se o jornal fez bem ou mal ao proporcionar a esses jornalistas, que não são do quadro do *Público*, a possibilidade de transmitirem a sua opinião sobre a posição do provedor. Por uma questão de delicadeza, o *Público* disse-me antes. E achei que deveria fazer o que entendia. Depois, havia dois caminhos: ou o prove-

“O provedor, que não se pronuncia sobre textos de opinião, tem uma função que considero didática: dizer ao leitor que quanto mais rico for o leque de pessoas que contribui para os textos de opinião – não confundir com notícias – mais rico é o jornal, no plano da diversidade”

“Do ponto de vista jornalístico, não aceito – porque não foi isso que aprendi – que se transmita uma posição sem se ouvir a outra parte”

“Aquele tempo sinistro em que mudava o Governo e a tutela nomeava um novo conselho de administração [da RTP], que por sua vez nomeava as direções, que nomeavam as chefias... Era uma cadeia insalubre de dependência do serviço público face à tutela”

dor respondia numa página de opinião ou fazia o que optei por fazer: escrever apenas um *post scriptum* na sua coluna. Sei que a questão foi colocada ao Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas e que através de uma série de trapalhadas que tenho dificuldade em entender – e não prestigiam em nada o dito conselho – o relatório preliminar chegou o conhecimento dos queixosos, chamemos-lhe assim, que perante isso retiraram a queixa. Nunca se saberá ao certo o que estava nesse relatório preliminar. Mas não sejamos ingénuos: é óbvio que se a posição pelo menos do conselheiro relator fosse no sentido da queixa apresentada pelos jornalistas eles não se teriam oposto a que as conclusões finais fossem tornadas públicas. Enfim, é só a minha interpretação da desistência da queixa. Lamento que o conselho não se pronuncie sobre a matéria, porque me parece exemplar de uma certa arrogância, que todos nós jornalistas temos, que nos leva a determinar que estamos acima das instituições e que em nome da liberdade de Imprensa podemos dizer uma coisa e o seu contrário. Neste caso, o que estava em jogo era se em determinado julgamento os réus, condenados a 8 e 9 anos de prisão, tinham sido bem ou mal condenados. Houve intervenção de um coletivo de juízes, depois da Relação e do Supremo. Quando investigamos um processo judicial, podemos sempre encontrar falhas. Mas, do ponto de vista jornalístico, não aceito – porque não foi isso que aprendi – que se transmita uma posição sem se ouvir a outra parte. Não é, obviamente, entrevistar os juízes...

Na sua opinião, não era suficiente a própria sentença?

A sentença teria de ser “ouvida”. O leitor tinha de saber quais as razões que levaram os tribunais a condenar, com penas pesadas, os dois jovens. Toda a investigação foi feita a apontar no sentido de que o julgamento não tinha sido justo. Ora, em democracia o poder judicial é extremamente importante. Ignorar pura e simplesmente uma parte...



Recordo o que sucedeu durante décadas com as comissões parlamentares de inquérito ao “caso Camarate” e com o jornal *O Diabo*, que nunca quiseram ouvir ou transmitir as posições dos tribunais. Foram sempre escamoteadas, para impor a tese de atentado. Não é aceitável que se ataque um acórdão do tribunal sem transmitir na peça jornalística as razões que o levaram a condenar. Depois, o leitor julgará. Escamotear as posições dos tribunais, num Estado de Direito, parece-me perigoso. E viola, claramente, o artigo 1.º do Código Deontológico. Não tenho a mínima dúvida a esse respeito: é ouvida uma parte, não é ouvida a outra. Isso é muito grave! Se aplicarmos esse princípio, teremos jornais que são panfletos. Não quere-

mos jornalismo feito com *parti pris*. A justificação dada pelos jornalistas, neste caso concreto, foi que a sentença é pública. Isso quer dizer que os leitores do *Público* iriam ao Tribunal de Portimão consultar o processo? Ou competia aos jornalistas transmitirem, num parágrafo que fosse, as razões do tribunal?

Como avalia, em geral, o cumprimento das regras deontológicas em Portugal?

Estou muito descrente em relação a isso. Há um relaxar das regras deontológicas, extremamente preocupante. Remete para uma série de considerandos, que têm que ver com a pressão brutal exercida sobre a Imprensa (com maiúscula; não gosto da expressão comunicação social, que é tudo, até as redes sociais). As pressões que existem em nome de fatores de rendibilidade – isto é, as televisões têm de ter audiências, porque vivem da publicidade... Não é o caso do serviço público, agora. Foi uma enorme decepção para mim. Toda a vida me bati pela independência do serviço público e tive desaguisados terríveis na RTP por causa disso. Tínhamos um estatuto governamental.

Hoje já não é exatamente assim...

Hoje, não é assim de todo! Aquele tempo sinistro em que mudava o Governo e a tutela nomeava um novo conselho de administração, que por sua vez nomeava as direções, que nomeavam as chefias... Era uma cadeia insalubre de dependência do serviço público face à tutela. No meu caso, além de terem tentado despedir-me várias vezes, acabaram com o programa, “Grande Reportagem”, dispersaram a redação e fiquei proibido de entrar nas instalações e de trabalhar durante 18 meses. É um claro exemplo de interferência direta do Governo – hoje, sabe-se quem foram os membros do Governo que intervieram. Esse combate foi ganho pelos jornalistas, uma vez que o Conselho de Comunicação Social impôs que a reportagem sobre a guerra civil em Angola, feita com as tropas da UNITA, fosse emitida. Um pouco melhor do que esse estatuto governamental, seria o parlamentar. Mas o ideal é o que temos hoje...

A existência de um Conselho Independente.

Lamento imenso dizê-lo, mas a passagem do estatuto governamental para o atual não se refletiu na RTP. Tal como a independência do financiamento, que era usado pelos governos para condicionar o trabalho na RTP. Tive casos em que uma reportagem não era feita não porque o diretor de informação achasse que não era adequado fazê-la, mas porque a administração, por razões puramente políticas e governamentais, decidia que não havia dinheiro para a fazer. Isso aconteceu durante décadas – na ditadura e em democracia. O presidente do Conselho de Administração da RTP exercia funções com a assinatura da tutela. Não tinha qualquer espécie de independência funcional.

Tem uma visão muito negativa do cumprimento de regras deontológicas. O que considera necessário fazer para melhorar? Novos instrumentos?

Não. Basta respeitar os textos fundadores da liberdade de



Imprensa; não temos de inventar mais nada. Chegam. Ou, então, vai mudando a legislação ao sabor do lado de onde sopra o vento. No caso do *Público*, há o Livro de Estilo, exemplar em qualquer parte do mundo. Está lá tudo! Precisamos é de trabalhar, como já disse, com isenção, com independência e com honestidade. As queixas dos leitores, para concluir a resposta à questão de há pouco, raramente são na área dos considerandos político-ideológicos. Olhe, são sobre os títulos, por exemplo. Porque, por vezes, sobretudo os de primeira página, dizem uma coisa que não está no texto. Os leitores, hoje, já são mais exigentes. Evoluíram muito, designadamente em relação a questões de ordem técnica. Estão muito mais atentos e já têm um melhor e maior conhecimento das obrigações éticas dos jornalistas. E protestam. Os limites dos títulos, forçosamente curtos, fazem com que muitas vezes sejam especulativos e não fundamentados. Quando os leitores se queixam, o provedor pergunta ao jornalista ou ao editor responsável como responde ao leitor. Depois, decide. Não em função daquilo que lhe passa pela cabeça, mas dos textos – Estatuto Editorial, Livro de Estilo, Código Deontológico e Estatuto do Jornalista.

Também tem feito crítica mais alargada aos media. Chegou a escrever sobre a “agência noticiosa” Marques Mendes, sublinhando que um comentador não é uma fonte. Os comentadores estão a substituir-se aos jornalistas?

Acho que os jornalistas fazem todo o possível para que os

comentadores os substituam. Como, aliás, fizeram tudo para tornar as redes sociais naquilo que elas são. Recordo-me de um colega que andava histérico nas redações porque tinha descoberto que havia opinião nas redes sociais. E começámos a fazer programas de informação sobre as redes sociais. As redes sociais são uma criatura. São um aborto do jornalismo que fizemos. Não vale a pena tentar encontrar desculpas para isso. Os “polígrafos” também são um aborto, em inúmeros casos. Não consigo entender que critério leva à apreciação por parte do “Polígrafo” de casos de que ninguém ouviu falar. Um anónimo qualquer produz uma barbaridade e o “Polígrafo” vai constatar que é uma barbaridade.

Amplifica a mensagem.

Sim. A barbaridade não teria existido se não fosse o “Polígrafo”. Isto é: o resultado é o oposto daquela que seria, teoricamente, a intenção do “Polígrafo”, que afinal serve para projetar e amplificar as bacoradas – o termo é mesmo esse – que são ditas nas redes sociais.

Tomou posição sobre a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital.

Uma infâmia!

Está mesmo convencido de que abre caminho à censura?

Não tenho a mínima dúvida! É uma infâmia porquê? Porque o artigo 6º, invocando uma terminologia quase copiada da censura instituída pela ditadura, diz que os jornais e os jornalistas, a partir de agora, têm como função andar por aí a vigiar e a julgar se a informação que sai é correta ou não. E, depois, passam os serviços a julgar. O próprio jornal vai receber um selo de qualidade – através de algo que não sabemos bem o que é; não pode ser a ERC, que não dá para as encomendas agora, imaginemos quando tiver centenas de queixas. Serão uma série de “erquezinhas”, que terão como missão dar um selo de qualidade ou de autenticidade. Isto é: teremos alguém exterior à cadeia hierárquica de um jornal que se pronuncia sobre o que publicou. Isso chama-se, em qualquer parte do mundo, censura! Como pode ter sido proposto em Portugal por um partido – estou a falar do PS – que teve várias tentações totalitárias, sobretudo em relação à televisão, e continua a ter? Um partido como o PS a propor que se crie uma série de pequeninas censurinhas! Já não será um coronel com um lápis, será um cabo ou um sargento. Andarão por aí a por um selo na malta. Em nome de quê um estado democrático vem agora decidir se a informação – já condicionada pelo que falámos e que tem textos balizadores suficientes – está a ser boa ou má? E que autoridade têm essas “erquezinhas” para porem um selo na malta? É perfeitamente revoltante! Isso é invocado porquê? Porque a Europa decidiu estudar a possibilidade de, em relação às redes sociais, criar mecanismos que as impeçam de atuar com a selva-

jaria que as caracteriza. Lisboa, a correr, antecipou-se aos putativos desejos de Bruxelas e tentou aplicar isso não só ao digital, às redes sociais, mas à Imprensa e aos jornalistas. O Parlamento aprovou tudo sem um único voto contra. Marcelo [Rebello de Sousa] promulgou essa infâmia. E nós, jornalistas, calámo-nos que nem ratos. Foram necessárias duas pessoas que não são jornalistas (António Barreto e Pacheco Pereira) e o provedor do leitor do *Público* – por acaso no mesmo número do jornal, sem falarmos [previamente] sobre isso – para alertar os jornalistas. Como é possível? Os jornalistas parlamentares, na altura em que isso foi aprovado, não deram por nada? Acharam inócuo? Vem agora o José Magalhães com conversas... É censura, mais nada! De tal modo que o Marcelo enviou para o Constitucional. Convém que o Constitucional não fique a dormir e se pronuncie rapidamente. Volto para o exílio, se a lei entrar em vigor, e devolvo a minha carteira profissional de jornalista.

No seu mais recente livro, “O lado invisível do mundo”, que relata uma longa viagem por África, escreve a certa altura que como repórter sempre procurou ver “sem óculos de esquerda, nem de direita”. É possível ao jornalista olhar para os factos ou acontecimentos que reporta “tirando” os óculos, sejam eles políticos, ideológicos ou sociais?

Isso remete para a velha questão da honestidade. Fui para África com dois *inputs*: por um lado, uma certa teoria que resultava da minha posição pessoal em relação à guerra colonial; por outro, tudo o que lia sobre ela e sobre África, e o que tinha ouvido das pessoas que regressaram das ex-colónias. Eram coisas completamente diferentes, até opostas! Vou para África com a perspectiva de que o comportamento dos portugueses e dos europeus em geral foi sempre uma abominação ou com a perspectiva de que a colonização teve coisas positivas e que os europeus não foram todos uns bandidos? Sobretudo, procurei não tomar posição entre estas duas perspectivas, os óculos de esquerda e os de direita. Quando lá cheguei, o que mais me surpreendeu

não foi uma coisa nem outra: foi a manifesta incapacidade dos jovens estados africanos para se organizarem, criarem um estado, porque não tinham quadros e ninguém os preparou para isso. Foi o meu maior choque, sobretudo em relação à África negra. Saí de lá com uma visão mais límpida do que a que tinha, que não se prendia com óculos ideológicos, mas com uma perceção da realidade tal como ela é. Neste livro, limito-me a relatar aquilo que vivi. Os leitores tirarão as conclusões que quiserem. De certo modo, o livro é uma reportagem. ■

“As redes sociais são uma criatura. São um aborto do jornalismo que fizemos. Não vale a pena tentar encontrar desculpas para isso”

“Em nome de quê um estado democrático vem agora decidir se a informação – já condicionada e que tem textos balizadores suficientes – está a ser boa ou má?”



2008, Chicago, Estados Unidos da América. Noite eleitoral em que Barack Obama é anunciado como o primeiro presidente afrodescendente do país

DE CHICAGO A CEUTA



2010, Serra de Água, Madeira.

O aluvião que inunda a ilha no dia
20 de Fevereiro arrasta casas e
provoca 600 desalojados, 250 feridos,
47 mortos e quatro desaparecidos

Tiago Miranda licenciou-se em Design de Comunicação pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa enquanto completava o curso noturno de fotografia no IADE. Reporta para o *Expresso* desde 2005. Entre vários prémios que distinguiram o seu trabalho, recorda com carinho dois, ambos atribuídos em 2017: o Prémio Estação de Imagem na categoria de Notícias e o Prémio Gazeta Multimédia.



2011, Lampedusa, Itália. Após a revolução tunisina (2010-2011), a Europa enfrenta uma crise de refugiados que chegam majoritariamente através da pequena ilha. Só no dia em que a foto foi captada, 1682 imigrantes aportaram no cais



2015, Andreivka, Ucrânia. Na confusão do conflito armado na região de Donbass entre grupos pró-Rússia e pró-Ucrânia, uma bomba terá feito explodir, na noite anterior, a única janela da humilde casa de Nicolaevna, de 75 anos, que um dos netos tenta recuperar como pode



2018, República Centro-Africana. Numa saída das Forças Portuguesas ao serviço da ONU, surgem, em êxtase, as crianças de uma escola, para verem os militares estrangeiros. As mais velhas controlam os ímpetos



2019, Búzi, Moçambique. A tempestade Idai atinge, devastadora, a costa da Beira. Só mortos, foram mais de mil e várias zonas ficaram inacessíveis durante dias. Sobreviventes e deslocados, que perderam tudo, pescam onde antes colhiam o que a terra dava



2020, Lisboa. A 18 de março, a Assembleia da República vota a favor a possibilidade de ser decretado o primeiro Estado de Emergência para combater a pandemia Covid-19. Nas ruas, já se pressente o que há de vir



2021, Ceuta. Oito mil pessoas entram a 17 de maio pela fronteira entre Espanha e Marrocos, em Ceuta. O esforço não é grande: simplesmente, contornam uma cerca. Na disputa política entre os dois países, os migrantes são arma de arremesso. Na sua maioria jovens, restava-lhes esperar por uma oportunidade, legal ou ilegal, de cumprirem o sonho de chegar à Europa



A REFINADA CARTA AO DIRECTOR DO PÚBLICO

A secção de cartas do *Público* transformou-se no Verão de 1991 num recinto de combate com uma fonte. Pretexto para recuar ao primeiro ano de vida do jornal.

Gonçalo Pereira Rosa Texto Luís Taklim Ilustração

A carta passa de mão em mão. Comenta-se o conteúdo e o remetente. Tudo parece inverosímil, mas, vistas bem as coisas, todo o primeiro ano e meio de vida do *Público* tem oscilado entre um conto de fadas e um pesadelo. Em Agosto de 1991, o jornal leva pouco mais de ano e meio de funcionamento e o Accionista, termo (carinhoso ou pejorativo, consoante os casos) que quase todos usam na redacção para aplicar à Sonae, começa finalmente a ver a luz ao fundo do túnel.

A fundação do novo jornal fora um parto difícil. O núcleo duro formara-se com redactores que, trabalhando no semanário *Expresso*, tinham conspirado (a expressão é de Vicente Jorge Silva (VJS), então director-adjunto do

semanário, no seu livro-entrevista com Isabel Lucas) para criar um novo jornal. A ideia fermentara no final de 1987, com a constatação de que a periodicidade semanal já não dava resposta à urgência do quotidiano, mas Francisco Balsemão, proprietário do *Expresso*, parece manter a fé no formato que desde 1973 garante a prosperidade da sua empresa. "Embora não o assumindo, os dissidentes do *Expresso* eram animados pela secreta ambição de tornar irrelevante o jornal da Duque de Palmela", especula Joaquim Vieira, na sua biografia não oficial de Francisco Balsemão. "Nunca tal nos passou pela cabeça", contrapõe Joaquim Fidalgo, um dos jornalistas do grupo fundador do *Público*. "Sempre acreditámos que era importante transferir para o universo dos jornais diários o *know how* e o modo de fazer jornalismo aprofundado que, naquela altura, existia sobretudo nos jornais semanários. E



No final de 1989, as agências de publicidade receberam o projecto do novo jornal e esta fotografia com a constituição da redacção. De cima para baixo e da esquerda para a direita: José Alberto Lemos, Rogério Gomes, Leonor Pinhão; José Vítor Malheiros, Áurea Sampaio, Teresa de Sousa, João Cândido da Silva, Nuno Pacheco, Jorge Wemans; Joaquim Fidalgo, José Manuel Fernandes, Vicente Jorge Silva

A sátira de *O Independente* ao *Público*, em 12 de Janeiro de 1990. O novo jornal tardava em ver a luz do dia. Todos pareciam trabalhar para o... *Bonéco*



achávamos que faltava em Portugal um verdadeiro diário de referência".

Em segredo, em pleno convés do "navio-almirante", como Balsemão gosta de tratar o *Expresso*, vários jornalistas começam a preparar o projecto de um novo jornal. Vicente não tem ainda uma ideia concreta do que pretende fazer, mas, num acesso de frustração, solicita a Acácio Gomes, jornalista da secção de Economia, que lhe encontre entre os seus contactos um capitalista capaz de financiar a aventura. Num país com poucos capitalistas, perfilam-se três possibilidades principais: Américo Amorim, Horácio Roque e Belmiro de Azevedo. Vicente aponta baterias a Belmiro, o dono da Sonae. "Eu não queria simplesmente pegar no telefone, ligar para a Sonae e pedir para falar com o presidente do grupo", confessou o jornalista nas suas memórias. Ao contrário da maioria dos jornais portugueses, o *Público* nasce, assim, por impulso de profissionais do meio que partem à procura de um capitalista que financie a aventura.

A história, porém, tem outras versões. Nas suas memórias, publicadas no Verão de 2021, Balsemão aponta Augusto M. Seabra como "o cérebro da iniciativa", lembrando que este, "na penumbra, teve sempre uma influência muito grande naquele grupo". Em contrapartida, em entrevista ao autor, o fotógrafo Rui Ochoa lembra que VJS vivia com a obsessão de produzir uma réplica portuguesa do diário italiano *La Repubblica*. "O Vicente teve sempre a mania do *La Repubblica*, era o seu jornal de referência e queria fazê-lo cá. Um dia, o Acácio Gomes disse-me que um empresário com muito dinheiro queria fazer um jornal,

mas não me disse quem era. Adiantou, porém, que ele queria o Vicente e a sua equipa e tinha um milhão e meio de contos para gastar".

Ochoa e VJS almoçam para discutir o projecto. "O Vicente disse-me que só participava se eu entrasse. Eu estava então no *Jornal de Notícias* e tinha uma avença do *Expresso*. Concordei, com algumas condições: só entrava se fosse eu a escolher a equipa de fotografia, queria um cargo de chefia e investia dez mil contos no projecto, pois queria ser accionista. Não sabia quem eram os investidores, mas decidi que aquele seria o meu projecto de vida", conta.

Em Janeiro de 1988, Vicente e Acácio Gomes reúnem-se pela primeira vez com Belmiro de Azevedo. Mais tarde, envolvem-se outros protagonistas, como o subdirector Jorge Wemans e Augusto M. Seabra. A identidade dos fundadores é, aliás, um tema de dissonância na bibliografia sobre o tema, pois as memórias não coincidem em todos os pormenores e há vários candidatos a fundadores que não fizeram de facto parte do núcleo original, o "Grupo dos Nove".

Na sequência de uma primeira reunião com Vicente, Belmiro de Azevedo indica o engenheiro Carlos Moreira da Silva para coordenar, pelo lado da Sonae, toda a elaboração do projecto. "Foi directamente com ele que os jornalistas do 'Grupo dos Nove' trabalharam durante os meses seguintes. Teve um papel fundamental, inclusive a convencer a estrutura de topo da Sonae a apostar no projecto. Depois, durante os primeiros anos, foi ele que esteve à frente do *Público* enquanto representante do accionista", conta Joaquim Fidalgo.

A recapitulação de Vicente Jorge Silva traz mais um ele-

mento para a história. Nesse mesmo dia, a Sonae realiza uma controversa operação pública de venda (OPV) de sete empresas do seu grupo, acedendo a benefícios fiscais que, à partida, o legislador concebera para OPV sobre pelo menos 25% do capital das sociedades envolvidas. A manobra é engenhosa e permite à empresa realizar uma mais-valia significativa, valendo-lhe, porém, uma barragem de críticas e até um processo judicial. No auge do turbilhão, Vicente pergunta ao empresário como gostaria de ver tratado um assunto semelhante num jornal de que fosse proprietário. "Se for você o director do jornal, é você quem tem de tratar do assunto e não eu. Só peço para ser ouvido nas questões que me dizem respeito. O resto não é comigo", responde Belmiro.

O projecto mantém-se em banho-maria durante alguns meses. Vicente hesita na "conjura" contra o jornal ao qual estivera ligado durante 15 anos. Relata a Balsemão as manobras em curso. Há talvez motivos mais íntimos para essas dúvidas. Em Junho de 1968, quando a Censura decidira que o *Comércio do Funchal*, o jornal de páginas cor-de-rosa que o feito irrequieto de Vicente e de José Manuel Barroso tinha transformado num foco de críticas ao regime, passaria a ser revisto regularmente pelos Serviços de Censura de Lisboa, provocando mais despesas e tempo perdido, Francisco Balsemão solidarizara-se com Vicente, propondo-lhe o cargo de correspondente no *Diário Popular*, como o comprova um documento do seu arquivo particular mostrado ao autor. Fora uma bóia de salvação num período difícil da vida do jovem jornalista. Em face dos rumores que já circulam no *bas-fond* lisboeta, VJS reúne-se com Balsemão e reconhece que projecta apostar num novo jornal diário.

Nas suas memórias, esclarece ter contado a Balsemão que existiam conversações em curso com Belmiro de Azevedo. "O Belmiro suscitava-lhe uma irritação muito particular, sentimento que, aliás, era recíproco", esclarece Vicente sobre dois dos três patrões que encontrou no jornalismo (o terceiro será o empresário Paulo Ferreira, na revista *Invista*). "O Belmiro achava o Balsemão um menino nascido num berço de ouro e o Balsemão considerava-o um chico-esperto e novo rico". Balsemão sustentou, na obra já referida, que soube anteriormente do compromisso de alguns redactores do *Expresso* com o novo projecto, embora continuassem "a ganhar o seu salário calmamente, enquanto preparavam um produto concorrente e aliciavam pessoal da casa para ir trabalhar com eles". A acusação é refutada: "Nós próprios não sabíamos se íamos sair do *Expresso*. Tudo dependia do projec-



No dia 5 de Março de 1990, surgiu pela primeira vez o *Público* nas bancas

Saraiva convocou uma reunião de editores no *Expresso* e anunciou que sabia do projecto em curso e que agradecia que quem estivesse envolvido tomasse a iniciativa de sair", conta Rui Ochoa. "Ninguém se acusou, até porque não havia convites formais do outro lado".

Embora não o confesse nas memórias, Vicente recua. Promete a Balsemão que renovará o compromisso com o *Expresso* e profere a *O Independente* de 5 de Janeiro de 1989 uma declaração pública de reaproximação ao jornal de Balsemão. A equipa é apanhada de surpresa e alguns dos membros fundadores tomam conhecimento da *débauche* pela rádio. Belmiro, porém, não costuma desistir dos seus projectos e combina com o grupo de jornalistas ("Grupo dos Nove", agora reduzido a oito) que prossigam os trabalhos preparatórios, sempre com o acompanhamento de Carlos Moreira da Silva pelo lado da Sonae. Logo se verá mais tarde se a recusa de VJS é definitiva, embora o seu papel seja crucial. "Nós dissemos claramente a Belmiro de Azevedo que nunca faríamos o jornal com outro líder que não o Vicente", conta Fidalgo. "Ou era com ele, ou não era. Mas estávamos convictos de que acabaríamos por convencer o Vicente a voltar. E foi isso que aconteceu".

O projecto é desenvolvido, apesar de alguma ingenuidade. Os primeiros estudos da Nielsen para a circulação do novo diário são absurdos. "Havia a convicção de que o *Público* podia vender 200 mil exemplares, imagine-se!", recorda Vicente nas suas memórias. "Eu achava que no máximo seriam uns 80-100 mil exemplares e já estava a ser imensamente optimista". Em Março de 1989, a cúpula da Sonae dá luz verde ao projecto, apostando no lançamento do jornal até final do ano. Vicente é convencido pelos restantes jornalistas a regressar, num exemplo atípico de como uma alcateia pode por vezes puxar pelo macho-alfa e não o contrário.

to final", diz Fidalgo. "Em boa verdade, não sabíamos se iríamos sair".

As reuniões de "conspiração" prosseguem, mantendo-se no segredo dos deuses. Nem todos os jornalistas, porém, conseguem guardar segredos. Vicente conta pormenores a demasiados interlocutores. Em 21 de Outubro de 1988, são publicadas notícias sobre a sua participação num novo jornal, com destaque para uma de *O Independente*, que dá conta da empresa financiadora e até da circunstância de existirem convites a outros redactores do *Expresso*. Poderia ter sido o fim precoce do *Público*: não há ainda um acordo fechado com Belmiro e é bem conhecida a aversão de Balsemão a quem decide virar as costas às suas empresas. "Um dia, o José António

Pelo caminho, porém, ficara Rui Ochoa, farto de não lhe serem atendidas as condições negociais: "Já havia uma data para início dos trabalhos do novo jornal e eu estranhei que ninguém me dissesse nada. O Vicente lá contou que a construção da equipa cabia ao Jorge Wemans e que já tinham sido contactados dois fotógrafos do Porto. Colidimos aí", conta. Entretanto, Balsemão oferecera-lhe a hipótese de formar uma equipa e passar a efectivo do *Expresso*.

O "GRUPO DOS NOVE"

Vicente e Wemans abandonam o *Expresso*, como o próprio semanário noticia no dia 1 de Abril de 1989, embora os restantes jornalistas se mantenham mais algumas semanas no jornal. "Liguei ao Vicente nesse dia e ele nunca atendeu. Respondeu-me a Lucília Santos, secretária que tinha sido do *Expresso*, e eu ouvi-o por trás a barafustar com 'esse mercenário'. Em desespero, ainda falei com o José Manuel Fernandes, que me pediu para esperar mais tempo. Mas já não havia mais tempo. Era então ou nunca", conta Ochoa.

O grupo dos nove fundadores inclui Vicente, Jorge Wemans, Augusto M. Seabra, Nuno Pacheco, José Manuel Fernandes, José Vítor Malheiros, o *designer* Henrique Cayatte e, no Porto, Joaquim Fidalgo e José Queirós. No momento certo, e ainda acompanhados por Teresa de Sousa e Lucília Santos, abandonam todos o *Expresso*, numa das maiores debandadas da história do século XX nos jornais portugueses. Só comparável à saída de 12 rebeldes de *O Século* para o *Diário* em 1902, do êxodo de toda a equipa do *Diário de Notícias* para posterior acolhimento em *O Mundo* em 1924, da demissão de quase toda a redacção do *Diário Ilustrado*, em conflito com a administração, em 1958, e da demissão conjunta de Artur Portela, José Sasportes, Carlos Veiga Pereira e Vasco Pulido Valente do *Diário de Lisboa*, em 1961.

Na sua recapitulação escrita do episódio, em volume publicado em 2005, o director do *Expresso*, José António Saraiva, lembra um momento muito difícil na vida do jornal, sobretudo pelo processo penoso de recomposição da redacção. Segundo ele, Joaquim Vieira encarrega-se da reorganização, pois "acha que vamos ficar só com os medíocres". No final da acção decisiva de Vieira, "17 jornalistas saem da redacção (quase todos para o futuro *Público*) e 19 entram". Nas suas memórias, Balsemão prefere elogiar o papel de Clara Ferreira Alves nessa reconfiguração decisiva.

O modelo pensado para o *Público* é o do *Libération*, embo-

ra no capital inicial da empresa entrassem também as empresas proprietárias do *La Republica* e do *El Pais*. Com coordenação de Adelino Gomes, entretanto contratado, o proto-jornal organiza concursos para contratação de jovens jornalistas: "De um total de 200, são seleccionados 25, numa prova final no Fórum Picoas em Lisboa. Mas serão cooptados mais alguns", conta Nuno Pacheco no *Público* de 5 de Março de 2018. Entre os recrutados de Lisboa, estão António Granado, Ana Fernandes, São José Almeida, Rui Cardoso Martins, Isabel Coutinho ou Luís Pedro Nunes, que terão carreiras distintas nas décadas seguintes. No Centro de Formação de Jornalistas do Porto, prestam-se provas semelhantes e saem nomes como Manuel Carvalho (actual director), David Pontes (actual director-adjunto), Paulo Moura, Pedro Rosa Mendes ou Manuel Jorge Marmelo.

O ARRANQUE

Com primeira página a cores, o *Público* propõe-se quebrar tabus na imprensa da época, mas o arranque é turbulento. A administração e a direcção descobrem, segundo Vicente Jorge Silva, que "a solução tecnológica para o processamento do jornal inventada por um dos *crânios* da MacIntosh em Lisboa era totalmente inadequada. Dava, quando muito, para fazer qualquer coisa como o *Anuário Comercial de Portugal*, mas nunca um jornal diário", contou nas suas memórias. O processamento informático é excessivamente lento e o lançamento previsto tem de ser abortado, apesar das duas festas de lançamento já realizadas em Lisboa e no Porto e de já estar na rua uma campanha de promoção.

O próprio título não fora consensual. VJS evitara associações com jornais extintos, como *O Mundo* e o *República*. Propõe *Público*, "um título melhor, mais original e menos conotado com a herança dos velhos republicanos", mas encontra alguma resistência na Sonae, que receia confusões semânticas com o sector público - tudo o que uma empresa de iniciativa privada quer evitar. Vinga, porém, o nome escolhido. Vicente é o líder incontestado, com uma criatividade só semelhante à sua lendária desorganização. Jorge Wemans é o contraponto nesse caos, assegurando os aspectos práticos, económicos, empresariais ou logísticos da condução do jornal.

As redacções de Lisboa e do Porto, finalmente estabilizadas a partir de 1 de Novembro de 1989, parecem preparadas para avançar. Da estimativa inicial de 70 jornalistas

A primeira tira do Guarda Ricardo no *Público* brincava com a própria indefinição do jornal, há demasiado tempo preparado para sair



tas, evolui-se para cerca de 150. No próprio dia 1, as equipas projectam o primeiro de muitos "números zero". Começam a trabalhar em tempo real, embora sem data definitiva para o lançamento. O semanário *O Independente* chega a glosar com esse esforço inglório, através de uma sátira de quatro páginas, no dia 12 de Janeiro de 1990, intitulada "Bonéco", caricaturando o trabalho produzido em vão. No cabeçalho, entre chalaças sobre descontos no preço de capa com *coupons* do Continente, identifica Belmiro de Azevedo como o *Conducatore* e o administrador Nuno Vitorino como "editor de cheques". Nas "notícias", o semanário garante que o jornal sai de certeza "lá para o Verão".

A Sonae preparara a publicação do primeiro número real para o dia 2 de Janeiro de 1990, mas a estreia corre mal. A Lisgráfica é responsabilizada publicamente por não dar resposta às necessidades de impressão, mas outros protagonistas culpam igualmente a incapacidade do sistema informático para remeter as páginas da publicação com a urgência indispensável. Ferido no orgulho, Belmiro fica furioso com o falhanço.

Prosseguem os problemas no primeiro trimestre de 1990, agravados pela perda de contratos publicitários destinados a um jornal que deveria já estar em circulação desde Janeiro. O lançamento é, por fim, adiado para 5 de Março de 1990, depois de testes bem sucedidos de impressão, em três rotativas em simultâneo. "Fizemos uma tiragem de 80 mil e depois tivemos de passar para 30 mil durante um certo período", conta VJS.

Vicente Jorge Silva descreve também as fortes expectativas que a Sonae depositara no comportamento económico do jornal e a sua decepção face aos primeiros números. No mês de lançamento, a tiragem média é de 71.659, mas em Dezembro de 1990 já caíra para 57.105 exemplares. Providencialmente, a primeira guerra do Golfo constitui um chamariz de leitores, fazendo ascender a tiragem média a 74.427 exemplares, em Fevereiro de 1991. No Verão desse ano, tirando pouco mais de 60 mil exemplares por dia, o *Público* é uma locomotiva pesada que ainda procura engatar uma velocidade satisfatória.

A NOTÍCIA

Agosto de 1991. Desenhemos um triângulo no mapa da cidade de Lisboa.

O primeiro vértice fica necessariamente na Quinta do

Lambert, em Telheiras, sede da redacção de Lisboa do *Público*. Coloquemos o segundo vértice alguns quilómetros para sul, em Moscavide. Ali funciona o Entrepósito, grupo económico que representa a Nissan, entre outras marcas, em Portugal, Espanha e Moçambique. O panorama é muito mais desafogado no grupo gerido por António Dias da Cunha, empresário de quem muito se falará quatro anos mais tarde, quando entrar de rompante no Sporting, ao abrigo do Projecto Roquette. Por ora, Dias da Cunha gere o grupo empresarial que o pai expandiu, mantendo presença forte em Moçambique, apesar das convulsões da independência.

Falta o terceiro vértice que, por imposição geométrica, nenhum triângulo dispensa. Coloquemo-lo igualmente junto do rio, mas bastantes quilómetros para oeste. No Palácio de Belém, Mário Soares toma o pulso ao seu segundo mandato como presidente da República. Foi eleito em Janeiro de 1991 com uma maioria inquestionável. Jerónimo Pimentel, antigo jornalista do *Público*, foi protagonista involuntário do episódio que aqui se conta e lembra que "a final flor da finança portuguesa apoiou Mário Soares. Houve uma sessão de apoio no restaurante Faz Figura onde quase todas as personalidades da finança se mostraram".

Dias da Cunha esteve lá, claro. Desde a primeira campanha presidencial de Mário Soares, em 1986, que apoiara a causa do MASP, Movimento de Apoio Soares à Presidência. Foi membro do Conselho Executivo das duas campanhas. Em entrevista ao *Record* em 26 de Agosto de 2000, contou que "a aproximação ao dr. Mário Soares veio a acontecer ainda ele era primeiro-ministro. Eu escrevia na revista *Negócios*, de que era director Gomes Mota. Nessa altura, fiz a defesa da candidatura do dr. Mário Soares à Presidência da República, ainda no tempo do Governo do Bloco Central. Achava que ele era o candidato natural do Bloco Central. O meu texto acabou por ir parar acima [sic] da secretária dele e fui convidado para integrar a campanha, no grupo inicial. Foi o meu primeiro banho político", relatou.

Nos livros-entrevista que organizou com Maria João Avillez, Mário Soares contou também que, para a campanha de reeleição, decidiu não sobrecarregar o orçamento do PS. "Apelei às pessoas dispostas a ajudar-me e dirigi-me aos meios empresariais, avançando, desde logo, com uma condição: quem quisesse contribuir, deveria fazê-lo às claras e receberia um recibo, assinado por uma de três pessoas: António Dias da Cunha, Carlos Monjardino ou Gomes Mota", disse. O processo foi tão bem sucedido que sobraram cerca de 300 mil contos.

Ao longo da campanha, a comitiva de Mário Soares deslocava-se em carros cedidos pela Nissan. Não era estranho nas campanhas de então. Aliás, Jerónimo Pimentel crê que os repórteres do *Público* também viajam à data em veículos da



marca japonesa, por força de um acordo com este grupo comercial.

Em Agosto de 1991, porém, o então jornalista do *Público* depara com uma circunstância peculiar. A revista internacional da Nissan, no seu número de Julho, publicara um artigo associando directamente o novo presidente da República à marca. A Nissan lançava então o modelo Máxima e a revista não poupa adjectivos: "Máxima recebe votação máxima do candidato vencedor", assegura um dos textos, sob uma fotografia de um sorridente Soares no interior de um carro. "O principal político do país achou-o irresistível (...) e deu uma folga ao motorista", acrescenta outro texto, legendando uma fotografia do PR de pé, ao lado do carro.

Cumprindo todas as regras, Jerónimo Pimentel ausculta as Relações Públicas da Entrepasto Comercial, que asseguraram a correcta cedência das fotografias pela Presidência da República, "com a indicação de que poderiam ser utilizadas como quiséssemos". De Belém, Estrela Serrano, assessora do chefe de Estado, garante que Soares nunca autorizara "a utilização da sua imagem para efeitos promocionais".

Vicente Jorge Silva não hesita em puxar a história para a primeira página e escreve um editorial sobre "a insustentável ligeireza de Soares". Comenta que ninguém pretenderia, "a não ser por ostensiva má-fé, que Mário Soares recebeu qualquer pagamento ou outra espécie de contrapartidas pelo facto de imagens suas, ao volante de um automóvel, terem sido publicadas como publicidade pela Nissan". Porém, "parece inconcebível, pelo menos num país europeu, que um presidente da República se preste, com tanta ligeireza e inocência, a promover um produto de consumo. É, além de ridículo, pouco consentâneo com a dignidade das funções de chefe de Estado (...) A condescendência e a permissividade com que Mário Soares se deixa arrastar para situações equívocas, a pretexto da simpatia, da gratidão ou do espírito de clã relativamente aos seus amigos ou apoiantes, tornaram-se um traço marcante do seu comportamento. (...) Soares é - será necessário lembrá-lo? - presidente da República".

A história é publicada no dia 13 de Agosto de 1991. "Deveria ter morrido ali", lembra Jerónimo Pimentel. "Era mais uma daquelas histórias incómodas, mas efémeras, que escrevemos sobre políticos. Não estávamos lá para lhes agradar".

Até que chegou a carta.

A CARTA

Passam oito dias. Na tarde do dia 21, acabado de regressar de férias, Dias da Cunha toma conhecimento da notícia do *Público*. É provável que tenha cedido àquilo que na entrevista ao *Record* disse, mais tarde, ser o seu pior defeito: "Dizer aquilo que penso nos locais próprios. Nunca falo nas costas das pessoas".

O presidente da *holding* Entrepasto escreve uma carta a descompor Vicente Jorge Silva e o *Público*. Segundo Jerónimo Pimentel, "a carta era muito malcriada. Ameaçava



A notícia de Jerónimo Pimentel que explorava as complicitades do presidente da República

- como veio a acontecer - cortar toda a publicidade do Entrepasto no jornal, insultava-me como autor do texto e insultava o director". Vicente lê o documento, partilha-o com a direcção e com o repórter envolvido e tem um ataque de fúria. Manda publicar parte do texto na secção de Cartas ao Director do dia 22.

Junta-lhe uma nota de redacção quase tão grande como o trecho seleccionado para publicação, informando os leitores de que o autor da missiva era "presidente da *holding* Entrepasto e ex-director financeiro do MASP" - para não haver dúvidas. E o texto, que alguns dos fundadores do *Público* ainda citam de memória, era:

"Acabo de chegar de férias. Li o seu editorial do passado dia 13. Como muito bem sabe, tudo nele é falso. Trata-se de especulação pura a que procedeu exclusivamente para cobrir o que entendeu ser interesse seu.

É indigno instrumentalizar assim a honra alheia. É, na verdade, de refinado filho da puta.

António Dias da Cunha".

EPÍLOGO

O Entrepasto cumpre a ameaça e cessa os contratos de publicidade com o jornal. A ferida demora anos a cicatrizar. Durante semanas, o *Público* vai trazendo à estampa cartas de leitores vexados com a "atitude desnordeada e insolente desse senhor" e perplexos com "os amigos do presidente". Os arautos da deontologia debatem incansavelmente as razões do *Público* para difundir uma carta que contraria o próprio Livro de Estilo do jornal, que exige na versão então em vigor missivas que não colidam "em matéria de urbanidade e decência ou quaisquer outras relativas ao bom senso" com as normas de qualquer outro texto do jornal.

O tempo, claro, sara as polémicas. O *Público* e o Entrepasto prosperaram. Nas memórias, Balsemão considera que a sua recusa de criar um jornal diário em 1989, como o grupo dissidente lhe propusera, "foi das decisões mais acertadas que tomei em toda a minha vida". Antes de falecer, em 8 de Setembro de 2020, Vicente Jorge Silva recebeu, em 2015, o Prémio Gazeta de Mérito. No discurso de aceitação do galardão, fez o diagnóstico do estado da arte: "É preciso acordar antes que seja tarde. É preciso voltar às raízes da inquietação e inconformismo do verdadeiro jornalismo". ■

MARIA FLOR PEDROSO ELEITA PRESIDENTE DO CLUBE

Maria Flor Pedroso foi eleita em outubro presidente do Clube de Jornalistas, sucedendo a Mário Zambujal, rosto da entidade há 14 anos, que passa a liderar a Mesa da Assembleia-Geral. Na ocasião, a jornalista da Antena 1 exprimiu o seu compromisso com as promessas eleitorais: além da manutenção dos prémios Gazeta – os mais prestigiados da profissão e os únicos atribuídos entre pares – e da publicação da revista *Jornalismo & Jornalistas*, pretende introduzir no Clube uma programação aliciante e assegurar que seja ponto de encontro de jornalistas de todas as gerações e meios de comunicação.

“É com grande alegria que passo a pasta à Maria Flor Pedroso. Tenho a certeza de que será uma grande presidente e a presidente de que este clube precisa”, disse Mário Zambujal, enquanto Maria Flor Pedroso, primeira mulher a assumir o cargo, reconheceu que a sucessão constitui “uma responsabilidade muito forte, que espero não defraudar”.

Atualmente voz de estação na Antena 2 e autora de dois *podcast* na Antena 1, o diário “Serviço Público – Bloco de Notas” e o semanal “Geometria Variável”, Maria Flor Pedroso é também narradora de documentários e a voz do programa “Cuidado com a Língua!”. Licenciada em Sociologia, iniciou a carreira na Rádio Comercial, em 1984. Integrou a equipa do jornal *Contraste*, em 1985-1986, e no ano seguinte foi convidada para fazer um programa de sua autoria na RFM. Integrou a equipa fundadora da TSF, em 1987, e dez anos depois ingressou na então RDP-Antena 1, onde durante 15 anos foi editora de Política Nacional, tendo a seu cargo uma entrevista semanal que, transmitida pela RTP2, foi distinguida em 2015 como o Melhor Programa de Informação de Televisão, pela Sociedade Portuguesa de Autores. Entre 2006 e 2010, conduziu na RTP1 o programa “As escolhas de Marcelo Rebelo de Sousa”. Manteve, entre 2007 e 2012, o programa “Hora de Fecho”, na RTPN e na RTP Informação. Foi diretora de Informação da RTP entre 2018 e 2020.

Dirigente sindical nos anos 1990 – membro da Direção e vice-presidente do Conselho Deontológico – Maria Flor Pedroso presidiu, em 2017, à Comissão Organizadora do 4º Congresso de Jornalistas. Ganhou o único Prémio Gazeta coletivo, atribuído à equipa de reportagem da TSF de que fez parte, pela cobertura do incêndio no Chiado, em 1988.

Os novos corpos gerentes do Clube, cujo mandato se prolonga até 2023, propõem-se dar continuidade ao trabalho desenvolvido. Daí a manutenção na equipa de sócios que têm vindo a exercer funções. São os casos dos vice-presidentes Cesário Borge e Francisco Belard, ambos

RUI OCHOA



freelancers, bem como de Eva Henningsen, que faz parte da Associação da Imprensa Estrangeira em Portugal. A nova Direção integra ainda Patrícia Fonseca (Médio Tejo), que regressa ao órgão, Alexandra Machado (Observador) e Rui Cardoso (freelancer).

Fernanda Mestrinho (freelancer) foi eleita vice-presidente da Mesa da Assembleia-Geral, órgão que conta ainda com Carla Pinto (Antena 1) e Lucília Monteiro (*Visão*) como secretárias. Ex-presidente da Direção e presidente da Mesa da Assembleia-Geral cessante, Eugénio Alves (*Jornalismo & Jornalistas*) transita para a liderança do Conselho Fiscal. Neste órgão, Hugo Ribeiro (Eurosport) mantém a condição de vice-presidente, sendo vogal Alda Martins (TVI). ■



“FUI SEMPRE UM DESALINHADO”

Na hora da passagem do testemunho, após 14 anos na presidência do Clube de Jornalistas, **Mário Zambujal** percorre, numa roda de amigos, a sua longa carreira. Sempre com humor, conta um par de histórias fantásticas. Se fosse, hoje, jovem jornalista, gostaria de escrever crónicas. Testemunho de um desalinado – “não significa que não seja nem carne, nem peixe”, alerta – atento às mudanças. Que sempre soube ser conciliador e pensar a frio.

Paulo Martins (PM) - Começaste a carreira n' *A Bola*. Nunca escondeste a tua preferência clubística. Como gerias isso, num mundo em que os jornalistas nem sempre têm essa atitude.

Mário Zambujal (MZ) – Nunca me senti inclinado a forçar a realidade que eu via. Ainda hoje vejo o futebol com grande... Não é desprendimento... Posso ver com interesse o que se está a passar, mas não vibro ao ponto de, na posição de jornalista, me inclinar para um lado ou para o outro, consoante as minhas preferências. Nunca!

PM – Como é que isso era percebido? Muitas vezes, os jornalistas dizem: não vou assumir a minha preferência clubística ou política. Mas têm-nas.

MZ – A certa altura, estava à frente do Sporting o Jorge Gonçalves, que resolveu levar a equipa à terra dele, perto de Chaves. E quis que eu fosse. Disse-lhe: “Não sou do Sporting”, mas ele insistiu muito e eu fui. Pelo caminho, estavam vários núcleos de sportinguis-tas à espera da camioneta. Vinham ter comigo: “Já sabia que você era dos nos-sos”. E eu: “Não sou”. Uma vez, apa-nhei uma grande ripada no *Jornal do Benfica*. Mas não tenho grande passado como jornalista desportivo...

Maria Flor Pedroso (MFL) – Como não? Era a cara do [programa da RTP] Domingo Desportivo!

MZ – Era o condutor do programa. Não era comentador de jogos. N' *A Bola*, ainda fiz alguns, mas não muitos. Não me deixei nunca impressionar. Queria era fazer bem – “a ver se eles gostam do que eu faço” – porque era o mais novo da redação. Era uma questão de brio profissional, acima de qual-quer outro interesse.

PM – Ainda passaste pelo *Mundo Desportivo*, pelo *Record*...

No *Mundo Desportivo*, seis meses. No *Record*, seis meses.

MFL – Porquê? Chateava-se ou era despedido?

MZ – Nunca me chateei, nunca ninguém me despediu.

Eugénio Alves (EA) – Cansava-se.

MZ – [A passagem por esses jornais] preenchia os espaços de ligação com o outro jornalismo. Quando saí d' *O Século* – era chefe de redação, o lugar mais importante da Imprensa portuguesa – convidaram-me para diretor do MD. Depois, dá-se aquele extraordinário acontecimento do 25 de Novembro e sai muita gente. O Vítor da Cunha Rêgo foi para diretor do *Diário de Notícias* (DN) – com o Silva Costa, que foi presidente do Clube de Jornalistas – e eu estava no andar de baixo, como diretor do MD, com um contrato que especificava: subchefe de redação do DN em comissão de serviço como diretor do MD. Quando saí do DN, fui fazer o *Se7e*. Fui o primeiro diretor – nunca tinha começado um jornal do número 1 – a convite do José Carlos de Vasconcelos e da malta d' *O Jornal*, em que fiquei como redator.

PM – Deixa-me ir um pouco atrás, ao impacto da Censura num jornal como *O Século*. Sentiste-o bastante? O chefe de redação era decisivo no contacto com os censores.

MZ – Tinha um telefone direto para a Censura. Havia aque-las queixas naturais: “Cortaram-me isto aqui! Não faz senti-do nenhum, nem sequer do vosso ponto de vista, quanto mais para o meu!”. Tínhamos este choque permanente. Sempre vi a Censura com três graus de rigor – ou de permis-são. Havia jornais em que eles não permitiam quase nada. O DN, da Portugal e Colónias, estava controlado. *O Século* podia ter um bocadinho mais de tolerância. O *Diário de Lisboa* (DL) também.

EA – O DL tinha mais tolerância?

MZ – Mais do que *O Século*. Nem se compara! Quando con-seguimos meter n' *O Século* o Augusto Abelaira – tinha um retângulozinho na primeira página – foi uma conquista. *O Século* teve alguma conquistas, mas o *Lisboa* tinha mais.

PM – A Censura era mais tolerante com o DL do que com *O Século*?

MZ – Sim.

EA – Naquelas reportagens que o grande repórter Mário Zambujal fez [para o DL] na União Soviética, quando foi acompanhar o Benfica – ou a seleção, já não me lembro – a Censura não deu uma grande poda?

MZ – Deu. Eu não disse que não havia censura ao DL. Era considerado o jornal de uma certa esquerda.

MFL – Do revirinho...

EA – Do revirinho era o *República*.

MZ – E o DL um bocadinho. Tinha um passado, uma equipa...

MFL – Voltemos aos três níveis de permissão.

MZ – *O Século* tinha um nadinha menos de rigor (no senti-do da ação da Censura) do que o DN.

EA – Dava muitas notícias da “província”, que não provo-cavam choques na capital. Era o jornal com mais informa-ção, mais correspondentes no país.

MZ – Quando chegava, sentava-me – ainda não tínhamos feito nada – e havia três jornais: o dos correspondentes, mi-lhares a despejar coisas; o das agências; e o que a malta ia fazendo. Tempos houve em que na Volta a Portugal em Bicicleta, alguém na redação controlava o mapa de Portugal. À medida que os ciclistas iam avançando, os correspon-dentes locais davam notícia do percurso: “Agora, passou aqui o 27...” Era feito assim, nem sequer havia enviado especial. E aquilo batia certo. Claro que hoje nos rimos disso. Mas há coisas que eram bons exemplos de organização. Por exem-plo: o que recebiam os correspondentes, que eram as pesso-as ilustres da terra? O jornal de borla. Havia cerca de 3000. Também não é preciso, porque as comunicações são diferen-tes. Isso leva-nos à vida do Clube. O Clube vai sendo condu-zido conforme as épocas. Há 30 anos, já existia. Não havia redes sociais, nem telemóveis.

MFP – Para os jornalistas, foi a primeira rede social?

MZ – De certo modo, foi. Conduzir este Clube tinha a ver com o meio em que estávamos. Agora, o meio não é tão associativista como era nesse tempo; as pessoas estão mais dispersas, mais separadas. Fazem muito mais contactos pelas redes sociais.

PM – Preocupa-te esse isolamento, o facto de as pessoas estarem viradas para um computador, em vez de contactarem umas com as outras?

MZ – É a desumanização. As pessoas dizem: “Conhecemos bem, já falámos pelo Facebook, mas nunca nos vimos”.

PM – Viveste um tempo em que havia uma “rede territorial”, o Bairro Alto. Saías da redação às 2 ou 3 da manhã.

MZ – Tenho duas fases de Bairro Alto: o DL, onde entrava às 8-8 e meia da manhã e saía às 10 da tarde; e *O Século* ou *A Bola*, matutinos, de onde saía às 3-4 da manhã, a hora a que fechavam. O chefe de redação tinha de lá estar o tempo todo. Trabalhava todos os dias 12 horas. Os meus dois sub-chefes de redação, Hernâni Santos e Silva Pinto, trabalhavam diz sim, dia não, 12 horas. Eram bons tipos e chegavam sempre frescos. Quem trabalha dia sim, dia não, está sempre fresco.

PM – Como conseguiste passar pelo conflito de 1974-1975 n’O Século sem estar de um lado contra o outro? É mesmo a tua maneira de ser?

MZ – Estar de um lado já significa estar do lado da desunião. A minha preocupação era unir – chamá-los todos à minha razão, que era *O Século* apanhar a horas o comboio para seguir para o Norte. A minha luta era essa. Quando perdêssemos isso de vista, em guerras ou guerrinhas às vezes completamente estúpidas, já não havia jornal no Norte – ou chegava na tarde do dia seguinte. Esse lado profissional era fundamental. Quando esquecemos estas pequenas coisas, que parecem secundárias, porque há grandes ideologias, grandes lutas... Temos todos de ceder alguma coisa para o jornal sair.

EA – Houve um momento nessa experiência de *O Século* em que puseste os pés à parede, juntaste o pessoal e “ordem na casa”. Conta lá.

MZ – Era um tempo muito difícil para as pessoas estarem dissociadas do seu pensamento político.

PM – Não era possível a neutralidade, é isso que dizes?

MZ – Um tipo não é neutral! Pessoalmente, individualmente, eu não era neutral. Mas enquanto responsável pela edição do jornal, esse era a única parte que me agarrava. Eram tempos muito agitados. Fizeram-se muitos disparates, de parte a parte. Um dia, já em 1976, estava na praia a apanhar e um tipo que tinha sido um dos jornalistas d’*O Século* mais

ativos nas lutas disse-me: “O chefe é que tinha razão; isto deu raia!”. Para mim, teria sido muito mais cómodo alinhar com uns ou com outros. Mas fui sempre um desalinhado – profissionalmente, é claro. Sou muito rigoroso; tenho a escola do *Le Monde*: notícias são factos puros e duros, a opinião é livre e normalmente assinada. Ser desalinhado não significa que não seja nem carne, nem peixe, porque como cidadão sou um homem de Esquerda. Nunca me filiei num partido. Dou a importância que dou aos políticos, que têm importância porque gerem o país. Acho que tenho uma certa qualidade de pensar a frio.

PM – Na altura, pensar a frio era uma grande virtude.

MZ – A seguir, que tempo veio? Um tempo em que teve de se pensar a frio. Era melhor ter pensado a frio antes, quando as coisas estavam muito quentes – algumas, porque isto não é assim tão linear. Houve coisas que se fizeram e disseram que não tinham sentido, do meu ponto de vista.

MFP – Dê lá um exemplo.

MZ – Eh, pá!

EA – Conta-nos histórias, Mário!

MZ – N’*O Século* – naquele casarão, com um salão de baile que dava para jogar hóquei em patins – faziam-se então grandes plenários. “Temos um plenário às 11 [da noite]”. E eu pergunto: “Quem vai?”. “Os trabalhadores!”. “Os trabal-

hadores têm de estar a trabalhar! Se houver um plenário às 2 da manhã, eu estou lá. Mas não vou largar o trabalho às 11 da noite. Nem eu, nem os que têm consciência de que são trabalhadores”. A coisa caiu mal... A minha responsabilidade era tanta! O diretor d’*O Século* era o Manuel Figueira, que tinha escrito discursos do Moreira Baptista, quando foi presidente da Câmara de Sintra.

PM – Era um homem do regime deposto, mas com quem tinhas boa relação.

MZ – Não só eu! O Urbano [Tavares Rodrigues], o Abelaira. Todos!

EA – Quando estive preso, defendeu-me. E disse-me que teria lugar no jornal, quando saísse, se houvesse problemas.

MZ – O Manuel Figueira era sagrado. Queres uma história, Eugénio? Há um jogo em Alvalade em que o Marcello Caetano é recebido como herói. Como

a situação andava turva, o regime rejubilou.

MFP – Isso aconteceu quando?

MZ – Pouco antes do 25 de Abril. Às segundas-feiras, publicávamos sempre na primeira página uma fotografia a remeter para o suplemento desportivo. E o Manuel Figueira disse: “A fotografia de hoje é do presidente do Conselho em Alvalade”. Eu disse-lhe: “Ó Manel, o Nené marcou três

“[Durante o conflito em O Século, em 1974-1975] Para mim, teria sido muito mais cómodo alinhar com uns ou com outros. Mas fui sempre um desalinhado – profissionalmente, é claro (...) Ser desalinhado não significa que não seja nem carne, nem peixe, porque como cidadão sou um homem de Esquerda”

“O jornal não pode ser a ata do dia – aconteceu isto, está aqui. Tem de se antecipar e ter uma visão mais alargada sobre os dias que vêm aí”



golos!”. Claro que saíram duas fotografias, do Nené e do Marcello Caetano. Tenho muitas saudades d’*O Século!* E do DL também, onde a quase totalidade dos jornalistas era de esquerda, enquanto n’*O Século* havia tipos mais à direita e tipos mais à Esquerda. Quando entrei para chefe de redação, o Manuel Figueira disse-me para fazer uma lista das pessoas que queria levar para o jornal – e ele também fez. Em ambas as listas o primeiro nome era o mesmo: Adelino Tavares da Silva.

MFP – Mulheres é que não estavam.

EA – Havia as da *Modas & Bordados*, que ele dirigiu.

MFP – Tem de contar essa história.

MZ – Uma vez [em 1975], sou chamado à administração, então presidida pelo dr. Francisco Sousa Tavares, pai do Miguel. Só fui chamado duas vezes. Uma, por causa dos vales à caixa do Adelino Tavares da Silva – ele cortou um. Disse-lhe: “Senhor dr., ele já ganhou este dinheiro. Estamos no dia 20 e ele só pediu dinheiro de dia 10 (*risos*) Nós é que somos durante 30 dias credores da empresa!”. Ele cedeu. Da outra vez, foi porque as senhoras da *Modas & Bordados* – a [Maria Antónia] Fiadeiro, a António de Sousa, a Susana Rute Vasques e as outras – sanearam a diretora. Eu tentei explicá-lhes que sanear é tornar são. Pode-se sanear o lugar, mas não a pessoa. Se fulano foi saneado, quer dizer que ficou bom. O Sousa Tavares disse-me que elas só faziam a revista se eu fosse para diretor, que era a única maneira de unir. Fiquei diretor interino, com duas condições: nunca ir à redação e mudar o título da revista, passando a chamar-se *Mulher*,

tendo por baixo a referência *Modas & Bordados* para manter a ligação com o passado. Assim foi. Depois, disse que queria outra coisa: ir a Évora convidar a dra. Maria Lamas, que inventou a revista e foi uma grande combatente contra o regime, para diretora honorária. Meti a redação toda no meu carro e fomos a Évora.

MFP – Cinco mulheres faziam a revista inteira!

MZ – Tínhamos outras mulheres no conjunto das empresas: a Diana Andringa, a Maria Antónia Palla...

MFP – “Gosto do funcionamento da cabeça de uma mulher” – disse isto ao *Expresso* em 2009. Foi a primeira vez que encontrei um homem a dizê-lo. Quero saber o que o Mário quer dizer.

MZ – Acho que as mulheres têm outro modo de ver as coisas, alguma argúcia. E fazem um esforço mental que o homem não tem de fazer. Isto era mais antigamente, porque a mulher não era concorrencial e agora é. Veja-se a quantidade de mulheres que ocupam hoje lugares relevantes. Já há mais juízas do que juizes, o que era impensável. Em tempos, fui à TVI. Entrei na redação e só havia um homem. Até disse: “Quando quiseres ir embora, dá-me o teu lugar”. Sempre achei que as mulheres têm uma forma peculiar de olhar as coisas, que lhe advém da sua milenar subalternidade. Aprenderam a jogar judo em vez de boxe, para dar a volta aos homens. Nos meus livros – não escrevo livros, escrevo histórias – abordo sempre o conflito ou a aproximação homem-mulher, uma coisa de todos os tempos. Os marialvas, os engatões, as conquistadoras... É um tema

inesgotável na história da humanidade... *(pausa)* Agora, esqueci-me do que ia dizer. Isto acontece-me a mim, um rapaz de 85 anos. O que não quero é ficar de mal comigo mesmo por uma coisa que disse e agora rejeito. Digo que gosto muito da noite. À noite, não há moscas. E não há relógios. Ninguém diz às duas horas da noite: “Tenho de me ir embora, porque tenho uma reunião”.

MFP – Hoje, para saber o que se passa no mundo, o que lê, o que ouve, o que vê?

MZ – Leio menos do que seria pressuposto. Vejo mais televisão do que gostaria de ver, porque é uma coisa passiva. Gosto de filmes, de ver futebol, de ouvir música, de rádio.

MFP – Para saber o que se passa no mundo, é através da televisão?

MZ – E dos jornais em papel, que tenho muita pena de estarem ameaçados de extinção, porque faz parte da minha maneira de ser tomar o pequeno-almoço e ler o jornal, pela manhã.

MFP – Se fosse jornalista no ativo, onde se via a trabalhar, a contar que histórias?

MZ – Teria de ter em conta que não tenho nenhum domínio das tecnologias. O que posso é ter ideias sobre como fazer as coisas. Posso ser crítico, negativa ou positivamente, de uma entrevista ou um debate. É a minha sensibilidade, a minha maneira de ver, que corresponde ao que seria a minha maneira de trabalhar.

MFP – Foi muitas vezes chefe. O que mandaria fazer hoje, o que acha que faz falta?

MZ – Tenho a sensação de que o jornal não pode ser a ata do dia – aconteceu isto, está aqui. Tem de se antecipar e ter uma visão mais alargada sobre os dias que vêm aí. Uma vez, fiz um programa na televisão que se chamava “A semana que vem”. No dia 22, fazíamos uma peça, diferente, sobre o que se iria passar no dia 27. Era uma antecipação, mas também com intenção de perceber, quando chegasse o dia, se corria tudo como planeado.

MFP – O que gostaria hoje de fazer se fosse hoje um jovem jornalista?

MZ – Crónicas. Um jornal tem o seu livro de estilo, comum à redação. A crónica representa o individualismo. No *Le Monde* de que eu gostava, era o espaço assinado. No noticiário, parecia tudo escrito pela mesma pessoa; não havia juízos de valor, nem adjetivos. Mas naquele quadradinho havia um gajo que podia mandar vir. E sabia-se quem era o responsável.

MFP – Era o que gostaria, de fazer uma crónica para mandar vir? A crónica podia chamar-se “mandar vir”.

MZ – Podia ser.

EA – Há 40 anos, o Nobel da Literatura foi atribuído a um grande jornalista, que numa entrevista em Lisboa disse que usaria o dinheiro do prémio para fazer um jornal, a que chamaria “El otro”. Ou seja: um jornal diferente, que teria de ter histórias; não podia dar só notícias. Era o Gabriel García-Márquez.

MZ – Eu, antes de saber escrever uma notícia, já tinha escrito muitas histórias. Histórias da vida, das pessoas. Aqui está uma coisa que não aconteceu, mas poderia ter acontecido.

MFP – Se estivesse no ativo, por quem gostaria de ser chefiado?

MZ – Dos atuais?

MFP – Ou não gostaria de ser chefiado?

EA – Ele sentiu-se muito bem na *Modas e Bordados...*

MFP – Pois, não fez nada! Não ia lá, pôs uma mulher a chefiar.

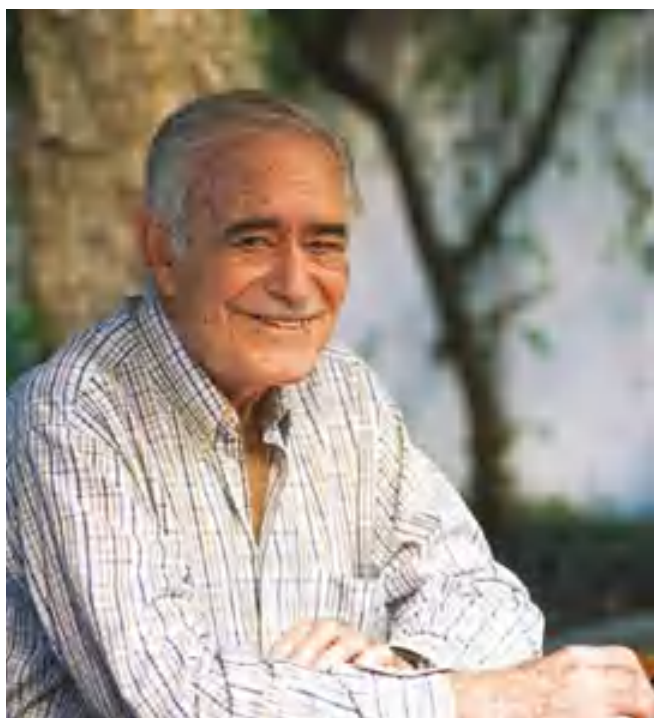
MZ – Há jornalistas que sempre admirei. O Baptista-Bastos era fantástico, mas acho que não seria bom chefe. Uma vez, o Ruella Ramos, no *DL*, onde eu era subchefe, disse-me que era bom demais para chefiar, por ser tolerante demais. Há quem diga: “Bolas, o gajo quando se chateia é o diabo!”, porque também sou muito tenaz na defesa dos meus princípios, das minhas opiniões. Não cedo facilmente.

EA – Sou testemunha disso. Então quando se trata do Benfica... (risos)

MZ – Lá ‘tá ele com o Benfica! Voltando à chefia. Parto sempre do princípio: este tipo está a dizer o contrário do que eu penso, não terá ele alguma razão? Tenho de analisar as coisas. Nunca tive problemas em dizer: “se calhar tens razão. Ou tens quase meia razão, porque a maioria

da razão é minha”. Acusavam-me de ser demasiado conciliador e é verdade. Se o trabalho é conjunto, é preciso procurar uma conciliação. O Cunha Rego, no *DN*, disse uma vez que eu era um daqueles gajos que, quando há um incêndio e está toda a gente de cabeça perdida, pergunta “onde está a chave da porta, para sairmos daqui?”. Eu procurava a chave. Não digo isto por achar que sou bestial. Continuo a ser um conciliador. Tive com certeza discordâncias e pequenos conflitos.

EA – Um dia, fiz no DL uma crónica de um jogo Portugal-Suécia de basquetebol feminino. As nossas levaram uma banhada! Escrevi uma crónica engraçada, em que falava das mãos esticadas das suecas altíssimas. O Mário, com ar de califa de Bagdad, entra na sala com o Assis Pacheco e diz: “Que crónica engraçada, muito bem! E, já agora, qual foi o resultado do jogo?” (risos) Isto é o Mário! Se fosse outro, diria: “que merda é esta?”.



MFP – Lembra-te do resultado, claro.

EA – Não me lembro nada! Era para aí uma diferença de 50 pontos!

MZ – Era secundário, porque o que estava em causa era a diferença do jogo.

PM – Fake news também existiam no teu tempo, Mário. Mas desinformação organizada, com fins políticos, não. Como vês este fenómeno?

MZ – Vejo com preocupação alguém estar constantemente a tentar enganar-me e a tentar enganar os outros. É preocupante e desgostante. O que é necessário para um tipo se portar como um ser humano decente, no sentido da cidadania? É miserável! Eu seria incapaz de escrever uma mentira para enganar alguém. Faz-me impressão como é possível! Mas sei que atravessamos uma fase da nossa existência coletiva na qual acontecem muitos atropelos ao que deveria ser um comportamento normal entre as pessoas.

PM – Como é que os jornalistas se podem defender disso? Hoje, qualquer pessoa pode produzir informação e distribuí-la.

MZ – Denunciando e contrapondo a verdade do jornalista, que tem a responsabilidade de ser um comunicador para a sociedade. Bem sei que é muito mais difícil ser jornalista hoje. Há pessoas que dizem “eu sei tudo, leio o Facebook todo”.

PM – Dantes, dizia-se: li n’O Século ou no DN, agora é li na internet.

MZ – E até, muitas vezes, se identificava o autor. No meu tempo do DL, havia tipos que compravam o jornal e diziam “Dá-me aí o [Mário] Castrim” – era o que queriam ler. Esta capacidade do cronista individual ser um trunfo é uma coisa que os jornais terão de refinar. Há nomes na nossa sociedade de comunicação que vendem.

EA – Agora, as notícias são ultrapassadas numa hora. A opinião, quando é de qualidade, marca a diferença.

MFP – O que é que os jornalistas hoje estão a falhar, em

que é que não pensam?

MZ – Dá-me a sensação de que andam um bocado desorientados. São as redes sociais, é o patronato, são os salários, a quebra de tiragens – e os jornalistas perdem força. Quando o chefe diz que estamos a vender cada vez menos, está tudo estragado. As televisões, quase sem exceção, estão a enveredar por uma coisa que antigamente era uma raridade, o crime. Hoje em dia, de 10 em 10 minutos estamos a ver um crime na televisão.

MFP – Porquê?

MZ – Porque o respeitável público quer isso, gosta disso. Por algum motivo se imitam umas às outras no noticiário do crime. É o que vende. São histórias. E, depois, há o dramático das coisas.

MFP – A história do Alec Baldwin, ator norte-americano que matou a diretora de fotografia porque a arma de cena estava carregada. É uma história que não se acredita...

MZ – É uma história de ficção que na vida real acontece, às vezes. A pesquisa jornalística pelo dia a dia – como vivem as pessoas, como se matam – leva a revoluções no ato de informar. Os ouvintes, os leitores, os espetadores, gostam de histórias.

EA – O crime dá sempre histórias.

PM – Vamos falar do Clube de Jornalistas?

EA – A história do Clube é uma boa história. O Mário foi sempre pouco atreito a instituições. A instituição dele era o jornal e o Tamila.

MZ – Eu era muito amigo do Júlio Matos Moura, o “Juquinha”, primeiro empresário da Amália e treinador de andebol do Sporting. Levava a equipa a beber um copo no Tamila. Uma vez por outra vi lá mulheres... Não que eu me impressionasse com isso! (risos) Dizia sempre aos meus repórteres: um gajo tem de ir preparado para um incêndio no bairro das barracas ou para um banquete no palácio de Queluz. Tem de ser capaz de se desenrascar e adaptar-se a todos os ambientes, para os contar e descrever. A noite de Lisboa era o que era. Havia meia dúzia de boîtes e bares. Os encontros da malta noctívaga que, como eu, saíam desgraçadamente tarde do trabalho e queriam ir jantar às duas ou três da noite. As casas que para uns eram um lugar de festa, para mim era um lugar de me ir alimentar, coitadinho, comer um bifinho... (risos).

EA – O que eu estava a dizer é que com o Mário era mais de um barzinho. Mas com o tempo, com a idade e como já estava um bocado empitado da vida...

MFP – Empitado?

MZ – Sim, criámos uma tertúlia, a que demos o nome de “Os Empitados da Vida”, porque achámos que era excessivo sermos os vencedores.

MFP – Era o Mário e mais quem?

MZ – O Eugénio Alves, o Baptista-Bastos, o Mário Ventura, o António Borges Coelho, o Vítor Bandarra, o José Manuel Saraiva.

MFP - Só homens...

EA – Mas convidávamos sempre mulheres. Nós estáva-



mos empatados e as mulheres desempatam. Foi para aí em 1999 que a tertúlia começou.

MFP – O que faziam os “empatados”?

MZ – Falávamos do dia-a-dia, de livros e do “então, já sabes?”, um caso do dia que dava conversa. Ouvíamos o Baptista-Bastos, com os seus amores e desamores. Falávamos muito do passado. Eu, agora, acho inútil muitas vezes falar do passado. É um dos sintomas da idade: temos muito para dizer, mas do que ficou para trás. Na maior parte das vezes, não é uma recordação proveitosa... Não posso dizer que os jornalistas não convivem tanto como no meu tempo. Não sou testemunha do que se passa agora.

PM – Mas sentes que há menos debate nas redações?

MZ – Sim. Tenho a sensação de que agora os jornalistas estão à espera da hora de saída – e se calhar com razão, porque já estiveram a ser violentados com trabalho duro. E há outra coisa: dantes, era raro o jornalista que tinha carro. De maneira que às vezes ficavam no jornal mais tempo, a fazer sala à espera de transporte.

PM – Isso criava laços para além do profissional.

MZ – Companheirismo, sobretudo companheirismo. Convivi com pessoas que iam desde o marcelismo até uma Esquerda mais avançada, muito avançada.

MFP – Esquerda avançada. Isso é linguagem futebolística.

MZ – Na RTP, no Lumiar, havia umas mesas muito compridas onde a malta ia almoçar. Às vezes, ficavam os piores adversários lado a lado, porque era ali que havia lugar para se sentarem. O convívio era muito importante.

EA – Aquelas histórias que nós fizemos no *Diário de Lisboa* ao Sttau Monteiro e até ao almirante Pinheiro de Azevedo...

MZ – Diverti-me muito com o Sttau Monteiro. A certa altura, éramos só os dois a fazer o suplemento semanal “A Mosca”. Um dia, fomos convidados para ir à faculdade de Letras ou de Direito. “Até que enfim que alguém reconhece

“O Clube não se pode alhear da situação atual do jornalismo e dos jornalistas (...) Não se pode ser Clube de Jornalistas e viver à margem da classe, como um escol, uns iluminados”

o que fazemos, pá!” E fomos. Apanhámos um arraial de porrada. Chamaram-nos tudo: colaboracionistas, tipos feitos com o regime, porque parecia que o país estava bem e estava péssimo. Disseram que o país era altamente de Direita e o que nós fazíamos era distrair as pessoas, com graçolas.

EA – A tertúlia, que durou bastantes anos, criou amizades.

MZ – Também fazia parte o João Paulo Guerra.

EA – Era um grupo espantoso! Eu andava com o Clube às costas há muitos anos e comecei a namorá-lo. A situação financeira estava boa, o que para ele foi fundamental. A primeira vez que o Cavaco Silva veio ao Clube, ainda eu era presidente e aproveitei para lhe dizer que o Mário é que ia aguentar este barco. Como são velhos conhecidos, do Algarve... O Mário assumiu a presidência do Clube com paixão.

MZ – Um tipo marca, pela sua personalidade, aquilo que está a conduzir, em que tem responsabilidade. Admito perfeitamente que digam que, nestes

anos, o Clube foi... não digo passivo, mas que não criou coisas novas. Eu tinha a mania das contas certas, não é? E perante algumas ideias que apareceram, perguntava: “quanto é que custa? Quem é que paga?”

MFP – Agora vou ser eu a fazer essa pergunta.

EA – Foi numa fase em que a situação da classe estava a deteriorar-se. As redações saíram da cidade...

PM – E manter os projetos já foi uma grande vitória!

EA – O trabalho está cada vez mais precarizado e pior remunerado. Manter o Clube – revista, *site*, prémios – com todas estas dificuldades e neste contexto é uma obra meritória.

MZ – É óbvio que o Clube não se pode alhear da situação atual do jornalismo e dos jornalistas. A revista cumpre plenamente esse papel. Não se pode ser Clube de Jornalistas e viver à margem da classe, como um escol, uns iluminados. Os Prémios Gazeta, ao receberem a diversidade de trabalhos que recebem, contribuem para a ligação à classe. Às vezes, diz-se Clube dos Jornalistas, mas não é. É de jornalistas. Não estão cá todos, mas todos podem concorrer aos prémios, mesmo os não sócios. Quanto ao futuro, precisamos de ter mais atividades e iniciativas e, sobretudo, temos de conseguir ser mais financiados. É um trabalho delicado, cativar a classe, para dizer que o Clube é deles e pode ser mais deles se se associarem. A quota é simbólica – tão barata que vem do século XIX, sei lá... Mas pertencer ao Clube deve dar prazer. Prazer é a palavra. ■

DA PRECARIEDADE NÃO NASCE QUALIDADE

Marcelo apela à realização de 5º Congresso dos jornalistas.

Paulo Martins texto Rui Ochoa fotos

“**N**ão é possível ter qualidade com base da precariedade. Não é possível não ter precariedade nas condições económicas e financeiras em que vive a comunicação social”, sustentou o presidente da República na sessão de entrega dos Prémios Gazeta 2019-2020, realizada no final de novembro em Lisboa. “É impossível fazer jornalismo de investigação, é impossível ter isenção e independência, com cada qual a pensar no que será o dia seguinte. É impossível ter redações estruturadas com sustentabilidade nessas condições”, disse.

Marcelo Rebelo de Sousa, para quem os trabalhos jornalísticos distinguidos representam “tudo o que foi importante nestes dois anos na sociedade portuguesa”, considerou necessário “olhar estruturalmente a médio e a longo-prazo”, depois da “solução *in extremis*” tomada em plena pandemia – uma referência, não expressa, à antecipação aos *media* de receitas de publicidade institucional, decidida pelo Governo. Trata-se de encarar os constrangimentos do setor, para os quais chamou a atenção em diversas ocasiões, desde logo no 4º Congresso dos Jornalistas, em 2017.

No quadro da constituição e da lei, afirmou o chefe de Estado, “é preferível liberdade de imprensa a mais do que a menos”, porque “pecar por defeito nestas circunstâncias é ir matando a comunicação social”, o que tem “custos enormes”. Os jornalistas não podem ficar indiferentes, acrescentou Marcelo, apelando à realização de um 5.º Congresso. “Passaram quatro anos [desde o anterior]. E que anos! O mundo mudou, a Europa mudou, Portugal mudou. É altura de fazer um balanço (...) De olhar para a frente e de os jornalistas aparecerem a dizer o que querem. Que não seja apenas o aceitarem como facto consumado aquilo que venha a acontecer”.

A problemática situação dos profissionais foi assinalada em diversas intervenções. “Deve ser terrível ser jornalista hoje, sobretudo com o peso da precariedade, que ameaça sobretudo os mais jovens, mas não só”, disse Diana Andringa. Distinguida com o Prémio Gazeta de Mérito – que a partir da próxima edição passará a ostentar o nome de Mário Zambujal, líder do Clube de Jornalistas (CJ) nos últimos 14 anos, a ex-presidente do Sindicato sublinhou que



“nos órgãos de comunicação, a precariedade não é um problema laboral, é um problema de liberdade de informação. É um problema da própria democracia”.

Miguel Soares, um dos premiados na categoria de Rádio, graças a uma reportagem no Reino Unido sobre o “Brexit”, aludiu à saída de quadros da estação pública, nos últimos tempos. “Ao serviço público, tudo é exigido. Mas como fazer ainda mais – e ainda melhor – sem recursos?”, perguntou. Carolina Ferreira, que partilha o galardão, aludiu ao seu complexo trabalho a partir do Centro Regional de Coimbra da RTP. “O jornalista regional passa muito tempo na rua. Não chega a especializar-se em matéria nenhuma, porque tem de trabalhar qualquer assunto”. Nem tudo são espinhos, porém. Filipe Bastos, diretor de *O Gaiense*, que recebeu o prémio destinado à Imprensa regional, assegurou que no jornal “todos os jornalistas são licenciados, com carteira profissional e com contrato sem termo. Não é trabalho precário”. Daí ter lamentado que a Imprensa regional seja vista, muitas vezes, como um “produto menor”. “O *Gaiense*, nos seus 20 anos de existência, esteve sempre, mas sempre, nas bancas, mesmo no período mais negro da pandemia”.

Maria Flor Pedroso lembrou a convicção de Mário Zambujal, expressa na entrevista publicada nesta edição da JJ, de que os jornalistas andam “desorientados”, por efeito de um conjunto de fatores, entre os quais a precarização e os baixos salários, passíveis de comprometerem a sua missão primordial de “contar histórias”. A nova presidente do CJ elogiou a diversidade e qualidade dos trabalhos escolhi-

dos pelo júri e agradeceu o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, com a qual o Clube mantém uma relação “desde que nasceu”, em 1983.

Ao receberem os galardões, dois premiados mencionaram jornalistas ausentes. João Pedro Mendonça, vencedor em Televisão com uma reportagem na aldeia de Monsanto, produzida quando se encontrava em quarentena, elogiou Ribeiro Cristóvão, com quem trabalhou na Rádio Renascença. António Marujo falou de Joaquim Franco, com quem partilhou uma versão televisiva da reportagem baseada em material dos arquivos do Santuário de Fátima, vitoriosa na categoria de Imprensa, o que como disse é “o reconhecimento do trabalho numa área – o fenómeno religioso – mal querida nas redações em Portugal”.

José Sena Goulão, Gazeta de Fotografia, dedicou o prémio a Carlos Ferreira, cuja imagem captou em 25 de abril de 2020, quando percorria ele isolado a Avenida da Liberdade, transportando uma enorme bandeira nacional. Autora, com João Francisco Gomes, de um conjunto de reportagens sobre abusos sexuais na Igreja Católica divulgado pelo Observador, Sónia Simões dedicou o galardão a “Mariana”, uma das vítimas. E agradeceu o tempo dispensado para “fazer o que parece estar a ser engolido pela velocidade a que as notícias têm de ser dadas, muitas vezes com prejuízo para a sua qualidade”. Andreia Friaças, Prémio Revelação, evocou as várias pessoas que contribuíram para a sua evocação de uma praticamente desconhecida manifestação, em 1962, contra a ditadura, única promovida por mulheres.

Pretexto para lembrar a discriminação e desigualdade de que as mulheres ainda hoje são vítimas.

Dois discursos se revelaram particularmente marcantes. Preocupada com “novas censuras, mais insidiosas e mais soezes” Diana Andringa criticou o “tempo de antena” que na sua opinião constituiu a entrevista da CNN Portugal a João Rendeiro, fazendo notar a “estranha tendência para esquecermos o Código Deontológico”. Antes de recordar a sua longa vida profissional, iniciada ainda sob a ditadura, interrogou-se: “Será que nunca fui uma verdadeira jornalista?”. Do que não tem dúvidas é de que jamais sentiu “qualquer contradição entre ser jornalista e ser cidadã”.

Carlos Moedas fez uma revelação: “Sonhei ser jornalista, mas tinha medo de não chegar aos calcanhares do meu pai”. O presidente da Câmara de Lisboa guarda na memória os momentos em que acompanhou o progenitor, José Moedas, ao *Diário do Alentejo*, onde também trabalhava o seu avô (não esquece a tinta, o chumbo, o cheiro) e o seu quarto em criança, na realidade o escritório do pai, onde estava a máquina de telex usada para remeter artigos aos jornais da capital.

O pai, que olhava para jornalistas consagrados com “admiração enorme”, tinha “um grande orgulho em ser jornalista de província”. Ficaria, “se cá estivesse, orgulhoso de ver o filho frente aos jornalistas”, admitiu o autarca, que sempre procurou nas peças dos jornalistas “as pistas para o futuro”. Acreditando que o jornalismo constitui “um pilar fundamental da nossa democracia”, Moedas afirmou: “A vossa profissão é mesmo a mais bela do mundo”. ■





António Marujo

“Estou muito grato por integrar um grupo de premiados que mostra que, apesar de todas as contrariedades que os jornalistas sofrem, é possível fazer um Jornalismo rigoroso, de qualidade e próximo das pessoas”



Carolina Ferreira “O jornalista regional não é melhor do que os outros; só não deve é ter falta de oportunidades apenas por não estar a trabalhar no centro das decisões”



Miguel Soares “Servimos os nossos ouvintes, espetadores e leitores. O papel do Jornalismo é esse. Servir os outros e contribuir para um mundo melhor é o que me move”



João Pedro Mendonça “Vou falar de improviso. Não preciso de páginas, porque alguém criou uma palavra maravilhosa para definir tudo o que tinha para vos dizer: obrigado!”



José Sena Goulão “Já fiz muitas fotografias do 25 de Abril. Conhecia o personagem. Fui com ele até conseguir a imagem que achei que simbolizava aquele dia, não sabendo que tinha feito parte da coluna de Salgueiro Maia”



João Francisco Gomes

“O Jornalismo não fez nada de especial. Fez o que a Igreja Católica não foi capaz de fazer: criar um espaço seguro para que as vítimas falassem e fossem ouvidas e as histórias delas mudassem alguma coisa”

Sónia Simões “O Jornalismo de investigação precisa-se. Mexe com a sociedade, abala instituições. E, neste caso, mexeu com as vítimas [de abusos sexuais]”

Diana Andringa

“Nunca, nunca, senti qualquer contradição entre ser jornalista e ser cidadã (...) Tive muita sorte; nunca tive de escolher entre Jornalismo e cidadania”



Andreia Friaças “Quando se apaga a história, apaga-se a memória. E sem memória é mais difícil construir o futuro. A vida para as mulheres continua a ser mais pesada e são cada vez mais importantes reportagens que o mostrem”



Filipe Bastos “Em muitos casos, há uma leitura impensada do que é a Imprensa Regional, esquecendo-se que merece um melhor acompanhamento e apoio por parte das entidades oficiais”

REABRIU A NOTICIARIA

A Noticiaria da Casa da Imprensa, aberta a associados e não associados, retomou a sua atividade em novembro, colocando fim ao encerramento forçado de 18 meses imposto pela pandemia do Covid-19. O espaço constitui-se como um local de trabalho, mas, também, como um ecossistema colaborativo e dinamizador de novos projetos para *freelancers* nas áreas do jornalismo, *media* e multimédia.

Mantendo-se no mesmo edifício, com entrada pelo nº 13 da Rua do Loreto, em Lisboa, a Noticiaria reinstalou-se. Subiu um andar, estando agora no 1º piso, onde disponibiliza lugares de trabalho para ocupação fixa e para ocupação rotativa, continuando a funcionar 24 horas por dia, 365 dias por ano. O espaço é dotado de equipamentos de suporte que permitem o trabalho em condições de autonomia e dispõe de espaços para refeição, reunião e *workshops*.

O valor de aluguer de uma secretária fixa para novos frequentadores é agora de 100 euros mensais, o que continua a ser um preço acessível, comparativamente a outros espaços similares, particularmente se situados na “baixa” de Lisboa. As secretárias “nómadas” têm um custo de 75 euros por mês.

Os associados da Casa da Imprensa beneficiam de um desconto de 9 euros, equivalente ao valor da quota e Plano de Saúde Base, de que beneficiam todos os membros daquela centenária associação.

Nos planos para o próximo ano está a criação de serviços complementares, incluindo o lançamento de um sítio de Internet apto a fornecer informação de interesse para *freelancers* e outros utilizadores do espaço, com a disponibilização, para além das atividades da Noticiaria, de notícias sobre fundos comunitários e outros apoios para jornalistas e projetos de *media*, bem como de oportunidades de formação e de ferramentas e soluções tecnológicas para combate à desinformação.

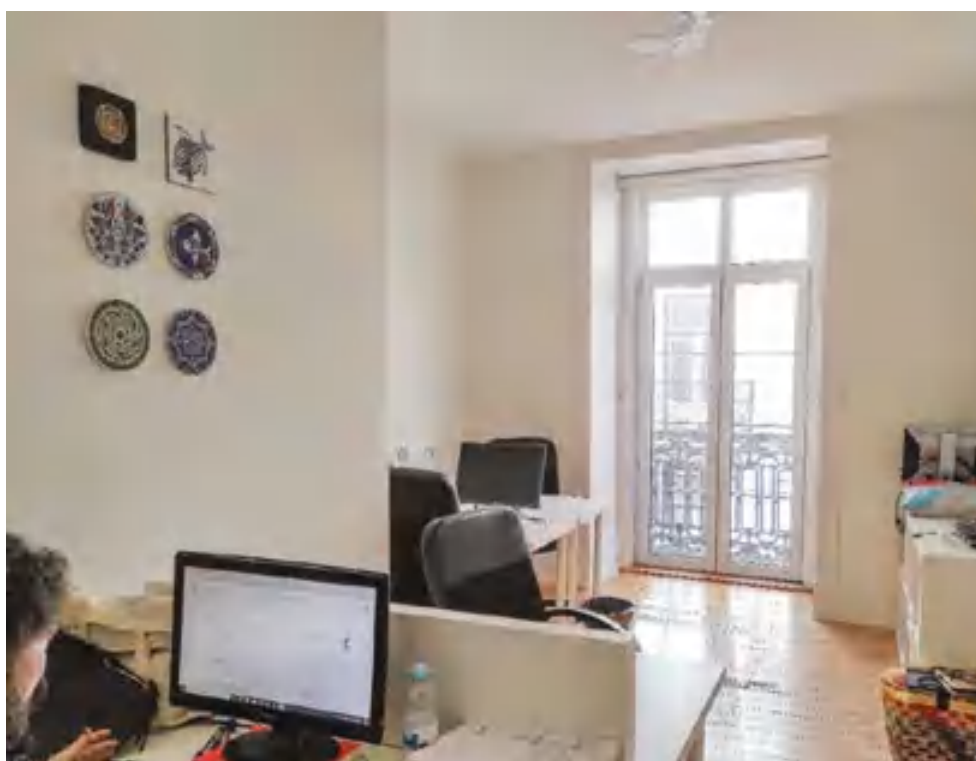
“DEVORA” DE REGRESSO EM 2022

Está previsto o regresso, em 2022, dos almoços com convidados da Noticiaria, que, tal como na fase pré-pandemia, serão de livre acesso, mas exigindo reserva prévia, dada a limitação de lugares disponíveis. Estas iniciativas visam

dinamizar a transmissão de experiências, a criação de sinergias entre profissionais para a constituição de projetos de *media*, a descoberta de novas tecnologias, ferramentas e propostas de formação, a divulgação de financiamentos e oportunidades empresariais, bem como a partilha de experiências e visões de futuro.

Batizados como “DEVORA”, por decorrerem nas instalações da Noticiaria à hora do almoço, entre as 13.15 e as 14.30 horas, estes almoços volantes, num ambiente de informalidade, constituem momentos de partilha de experiências profissionais, de descoberta de projetos inovadores e de satisfação da curiosidade dos participantes em relação ao percurso profissional de personalidades de reconhecido mérito dos *media*.

Do histórico de convidados de anteriores edições dos DEVORA constam nomes como Adelino Gomes, Pedro



Santos Guerreiro, David Dinis e outros ligados a projetos inovadores, como João Palmeiro (Digital News Initiative Innovation Fund, da Google), Carla Sancho (Centro de Inovação da Mouraria), Paulo Ferreira (fundador da True Stories) ou Leo Xavier (co-fundador da Frames). A Noticiaria está aberta a sugestões de temáticas e de convidados para a nova série de edições dos “DEVORA”, as quais podem ser enviados para o email jteixeira@casadaimpresa.pt.

AJUDA PÚBLICA AO JORNALISMO É SERVIR A DEMOCRACIA

Augusto Correia *

No final do ano de 2019, o vírus que iria mudar a face do Mundo circulava escondido na China. Nos dias 2 e 3 de dezembro desse último ano vivido em normalidade, dezenas de jornalistas, políticos e especialistas juntaram-se na Cidadela de Cascais, no Estoril, para discutir o financiamento do Jornalismo em Portugal.

Do encontro, patrocinado pelo presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, saíram várias propostas, como a atribuição de um *voucher* de 20 euros por agregado familiar para assinaturas ou compras de jornais e revistas. O desconto do IVA em sede de IRS foi outra das sugestões, incluída num plano mais vasto, com medidas para as empresas, incentivos à formação profissional e à promoção da literacia. Naqueles dias de sol na Baía de Cascais, não se via ainda ao largo o barco a arder. A Covid-19 chegou a Portugal no final de fevereiro de 2020 e, cerca de 15 dias depois, o país confinou pela primeira vez. Ainda nos idos de março, fecharam portas quase dois mil quiosques, dos cerca de 7600 existentes no país. Destes, perto de 800 não voltaram a abrir.

“Na pandemia ficaram mais expostas algumas feridas que vinham de trás”, comenta Joaquim Fidalgo, jornalista, investigador e professor universitário aposentado. É coautor do estudo “Os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19”, elaborado pela Rede Interuniversitária de Estudos Sobre Jornalistas. “Ganha-se pouco, não se é promovido. O setor está com problemas. A precarização, os baixos salários, que já vinham de trás, agudizaram-se”, diz Joaquim Fidalgo. O “desencanto” é a marca de água do estudo, assente nas respostas de 890 jornalistas – amostra que representava 13,3% do total de 6678 inscritos na Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), em maio de 2020, menos 218 que os 6896 inscritos no final de 2019. No inverno do primeiro ano de pandemia, havia 6205 inscritos na CCPJ, menos 473 do que à data do inquérito.

Os números não refletem ainda a saída de Ana Sofia Rocha. Trabalhou para fazer o curso, dividiu o estágio de

mestrado entre o emprego numa loja e o jornal e trocou uma posição estável de lojista, mais bem paga, pelo sonho de ser jornalista. Aos 29 anos, mudou de profissão. “Os salários são baixos, não há perspetivas de futuro, a progressão na carreira não existe, o trabalho não é reconhecido, o esforço também não. Não é possível ter confiança num futuro estável no Jornalismo”, diz. “Os jovens não são bem tratados”, lamenta, sem reticências sobre a decisão. “Não é tanto pelo salário que entrego a carteira, mas mais pela ideia de que dificilmente seria diferente. Não quero ficar estagnada, 20 anos na mesma situação, porque isso leva à estagnação pessoal. E assusta-me”, justifica a agora ex-jornalista.

“Falta de esperança, essa é que é a questão. No caso da Comunicação Social, não há esperança de que a crise seja passageira, de que fazer agora sacrifícios venha a compensar. Há anos que é sempre a descer e não se vê que possa inverter. Isso é que dá desencanto”, observa Joaquim Fidalgo.

O ano de 2020 terminou com uma circulação paga de 121250 jornais e revistas por dia, menos 30 mil do que os 151562 de 2019. Uma quebra para metade, em 10 anos, face aos 336840 vendidos em 2010, segundo dados da Pordata. A imprensa escrita é “a base da pirâmide informativa”, diz Elsa Costa e Silva. “Está mais do que demonstrado, em vários mercados, que grande parte do que as rádios e televisões noticiam é alimentado pelos jornais, ainda hoje o único produto que se dedica exclusivamente à informação jornalística”, acrescenta a investigadora do Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho.

No início de 2020, a pandemia sublinhou a necessidade de um apoio de emergência às empresas. O Governo anunciou a antecipação de 15 milhões de euros em publicidade institucional, uma majoração de cerca de 20% face aos 12 milhões orçamentados antes de chegar a covid-19. A verba, com IVA incluído, ficou-se pelos 11,2 milhões de euros e chegou, na maioria dos casos, mais tarde do que o normal. “Foi uma medida de remedeio”, afirma Elsa Costa e Silva. “Em nada ajudou à necessidade de termos uma conversa séria sobre a ajuda pública ao Jornalismo. Não



gosto de dizer ajuda aos *media*, que são muita coisa, não apenas Jornalismo”, diz a investigadora. Joaquim Fidalgo concorda: “prefiro que o apoio seja dado ao consumidor, não ao produtor”.

“Se fosse o consumidor a escolher quem apoiar, grande parte das críticas que se colocam aos subsídios aos *media* desapareceriam”, diz Elsa Costa e Silva. “O modelo de negócio em que isto se baseou durante muitas décadas está esgotado”, acrescenta Joaquim Fidalgo. “Até que apareça um sistema que funcione, pelo menos neste período de transição e transformação, é preciso apoio público ao Jornalismo”, completa a investigadora do CECS.

“Não acredito que seja possível, pelo menos em mercados pequenos como o português, rentabilizar Jornalismo bom, de qualidade, de referência, apenas com os instrumentos de mercado”, argumenta Joaquim Fidalgo. “Ter boa Comunicação Social é tão importante como ter boas escolas, bons hospitais ou boas estradas. Se o Estado compartilha bons serviços públicos, deve de alguma maneira providenciar para termos boa Comunicação Social”. O jornalista e professor, recém-aposentado, nota que “há muitos países que investem na ajuda ao Jornalismo”. Portugal aplica taxa reduzida de IVA (6%), que na Bélgica, Dinamarca, Reino Unido e Noruega, por exemplo, é zero. Outros países têm taxas mais reduzidas do que as aplicadas em terras lusas, casos de França, Suíça, Itália ou Espanha.

Segundo o Reuters Institute, França, Finlândia e Itália têm subsídios diretos à Comunicação Social. Há também apoios a custos indiretos, como papel, eletricidade ou comunicações, e até subsídios à distribuição. As ajudas são atribuídas com base em critérios bem definidos, como a composição da redação, ter jornalistas a tempo inteiro ou a cobertura territorial.

“Quem faz um jornal, quer se leia. Gostava de dizer ao Estado: não me deem dinheiro, comprem-me jornais. Ou então ofereçam assinaturas. Não é dar subsídios aos jornais, é aumentar a receita. Não é só para salvar as empresas, é para pôr mais pessoas a ler jornais. Era uma maneira de valorizarem a informação”, diz Joaquim Fidalgo. “O produto da informação jornalística não está muito valorizado”, lamenta.

“A valorização que se faz do Jornalismo também depende da valorização que a sociedade faz da Democracia. Não se pode separar a necessidade de apoiar o Jornalismo da cultura democrática do país”, argumenta Elsa Costa e Silva, sublinhando a necessidade de apoios. “Não há condições de mercado, neste momento, para assegurar a diversidade e o pluralismo, que são marcas do jornalismo. Vamos perder qualidade na oferta”, acrescenta. ■

* Membro da Direção do SJ



www.cjr.org/the_media_today/cop26_wednesday_media_inequality.php

Representação desigual dos media na COP 26



Jon Allsop observou, numa das reportagens que efetuou, em Glasgow, para a *Columbia Journalism Review*, o seguinte: “o acesso e a exclusão são grandes histórias da COP 26 (...) está a tornar-se muito evidente que inúmeras organizações de *media* ocidentais têm aqui mais jornalistas do que muitos países inteiros, e às vezes é uma diferença significativa”. Acrescentando, sem surpresa, que os países menos representados na conferência eram precisamente “alguns dos que estão mais imediatamente ameaçados pela crise climática”, como as ilhas do Pacífico. Insuficiência de recursos e restrições da *covid oblige*, esses países viram-se escassamente representados em Glasgow, quer por jornalistas, quer pela sociedade civil, quer pelos próprios líderes políticos – a este nível, só as ilhas Palau, Fiji e Tuvalu estiveram representadas.

Já as grandes companhias de *media* ocidentais não pouparam esforços para assegurarem presenças assinaláveis. Casos do *New York Times*, que promoveu a criação da Climate Hub, uma gigantesca instalação de árvores naturais num dos espaços da

conferência, patrocinada por empresas como a sueca IKEA (<https://climatehub.nytimes.com/sponsors>); ou da Bloomberg, promotora de um jantar Bloomberg Green, animado por painéis de discussão com jovens ativistas e jornalistas do clima e discursos de *sponsors* como a JP Morgan ou a General Motors.

Jon Allsop solicitou os números oficiais de jornalistas presentes na COP 26 com estratificação por país, mas apenas lhe foram fornecidos os números totais, sem especificação: 3 781 representantes de 2 806 organizações registadas como *media* para a COP 26. Na ausência de informação oficial, Allsop recolheu os dados de forma avulsa, percebendo, por exemplo, que a Bloomberg enviou 25 jornalistas a Glasgow; o *Guardian* outros 25; a Associated Press 20 e a *Reuters* mais de 30. Dos países mais ameaçados pela crise climática, quase ninguém. O que leva Allsop a concluir: “os jornalistas ocidentais colocam os holofotes sobre os países muito vulneráveis (...) mas, pelo menos no tocante à representação física [na COP 26], os *media* são uma parte muito evidente da profunda tendência para a desigualdade”. ■




www.icij.org/tags/meet-the-investigators

CONSÓRCIO INTERNACIONAL DE JORNALISTAS DE INVESTIGAÇÃO

Página da rede global de quase 300 jornalistas de mais de cem países que foi recentemente distinguida com o prêmio da NYU para o projeto “talvez mais capaz de inspirar jovens jornalistas”. É membro desta rede colaborativa, por exemplo, a filipina Maria Ressa, antiga correspondente da CNN no Sudeste Asiático, que se destacou também, entretanto, na luta pela democracia e a liberdade de informação nas Filipinas, tendo sido considerada, em 2018, “Personalidade do Ano” pela revista *Time* e vencedora do Nobel da Paz 2021 – ver o projeto Rappler (www.rappler.com), de que é editora executiva.

A atribuição do prêmio da NYU ao Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ) deveu-se às séries “Meet The Investigators”, inauguradas em 2018 – e ainda ativas –, nas quais jornalistas que integram a rede são convidados a partilhar e a discutir as suas práticas jornalísticas promotoras de justiça social, de responsabilidade empresarial e de liberdade de imprensa.

Estão disponíveis no *site* vídeos de Moussa Aksar, que desvendou um dos maiores escândalos de corrupção no Níger; Francisca Skoknic, que investigou o ditador chileno Augusto Pinochet e as suas empresas *offshore*; Anuška Delic, pioneira de Jornalismo de investigação independente na região adriática; Eva Jung, que descobriu o maior escândalo de sempre de lavagem de dinheiro na Dinamarca; e muitos outros.

Uma das últimas adições à página é um vídeo com as reflexões de quatro jornalistas sobre o trabalho colaborativo envolvido na investigação dos “Pandora Papers”, levada a cabo pelo ICIJ. 

www.poynter.org/educators-students/2021/heres-a-roundup-of-journalism-podcasts-designed-to-inspire-entertain-and-inform-your-students

Podcasts de jornalismo

Ainda na senda das páginas capazes de interessar jovens jornalistas, há esta lista de *podcasts* sobre Jornalismo – e de trabalhos jornalísticos inspiradores – elaborada por Barbara Allen, produtora do WriteLane (www.poynter.org/news/educators-students/writelane), um *podcast* da jornalista do *Tampa Bay Times*, vencedora de um Pulitzer, Lane DeGregory e da sua editora no jornal, Maria Carrillo, com episódios dedicados à discussão de múltiplos aspetos do processo de produção de conteúdos jornalísticos (escrita, procura de ideias, entrevista, estruturação do trabalho), e outros ao aprofundamento de *case studies*, histórias singulares com especial interesse do ponto de vista do exercício do

Jornalismo. Barbara Allen escolheu *podcasts* que “inspiram, informam e entretêm”, que “conversam sobre o ofício e a cultura do Jornalismo, ou são criados por jornalistas que apresentam técnicas e uma capacidade narrativa notáveis”. Eis três preferências pessoais da lista de Allen:


● The Longform Podcast

(<http://longform.org/podcast>) – conversa semanal com um autor de não-ficção sobre a forma como conta as suas histórias;

● IRE Radio Podcast

(<http://podcasts.apple.com/us/podcast/ire-radio-podcast/id900544465>) – programa de rádio dos Investigative Reporters and Editors assente em conversas com jornalistas premiados sobre algumas das melhores histórias que produziram;

● My Mother’s Murder

(www.tortoisemedia.com/file/my-mothers-murder) – Paul Caruana Galizia investiga a vida e o assassinio da mãe, a jornalista maltesa Daphne Caruana Galizia. Um “exame da arrogância do poder e da vasta corrupção ligada à alta finança num país europeu moderno”. 





www.opensecrets.org

No rasto do dinheiro na política

Dois observatórios com décadas de experiência na recolha e análise de dados referentes ao financiamento de campanhas e ao *lobbying* na política norte-americana, o Center for Responsive Politics e o National Institute on Money in Politics, uniram esforços, em 2021, para criarem uma nova organização, denominada OpenSecrets, cujo objetivo é proporcionar a jornalistas, académicos e demais interessados “as ferramentas de rastreio e análise que permitem perceber como doadores, lobistas e outras forças trabalham para exercer influência aos níveis federal e estadual”. Edwin Bender, consultor executivo da OpenSecrets, confia que o *site*, a operar desde o segundo semestre do ano e já com centenas de artigos disponíveis, constitui “uma ferramenta de valor incalculável para nos ajudar a todos a refletir sobre quem os nossos dirigentes eleitos verdadeiramente representam”, e nesse sentido assegura “a transparência que é necessária para garantir um desenvolvimento saudável da nossa democracia frágil”.

Um dos artigos de novembro, por exemplo, debruçava-se sobre as somas despendidas em *lobbying* por empresas como a Pfizer, a Moderna, a Johnson & Johnson ou os laboratórios Abbott, um dos principais fabricantes dos testes rápidos antigénio para a Covid-19, muito elogiados e incentivados pela administração Biden. Em meados de maio, a entidade reguladora dos medicamentos nos EUA, a FDA, que tinha aprovado os testes, emitiu uma rara advertência pública sobre a fiabilidade dos testes da Abbott, colocando em dúvida os próprios procedimentos de certificação da FDA. Ainda assim, nota o artigo da OpenSecrets, o presidente Biden anunciou, em setembro, que a administração iria disponibilizar dois mil milhões de dólares para a aquisição de testes rápidos, a maioria produzidos pela Abbott e pela Roche – outra grande investidora em atividades de *lobbying* –, destinados a espaços comunitários como escolas e bancos alimentares. Noutro artigo de novembro, eram analisadas as avultadas somas investidas pelo setor automóvel em ações de *lobbying* e financiamento de campanhas, numa altura em que, nos EUA, se acelera a fundo na transição dos motores de combustão interna para uma predominância de veículos elétricos. Um esplêndido exemplo de Jornalismo “*follow the money*”. ■




<https://onlinejournalismblog.com/2021/08/31/using-satellite-data-for-journalism-tips-from-the-experts>

Sobre a utilização de dados de satélite

Artigo no Online Journalism Blog com dicas de quatro jornalistas habituados a utilizar dados de satélite no seu trabalho. Johanna Wild, do *site* holandês de Jornalismo de investigação Bellingcat, adverte, logo no início, para a necessidade de moderar as expectativas, uma vez que não é raro, segundo afirma, surgirem editores a pensarem que é possível utilizar os serviços da Google Earth, da Sentinel Hub ou da NASA's Worldview para seguir um indivíduo ou um automóvel relevantes para uma investigação jornalística. Não é.

Outra orientação, das várias incluídas no artigo, diz respeito à necessidade absoluta de verificar sempre a

autenticidade das imagens de satélite recolhidas na internet, cotejando-as com outras fontes de informação. Porque podem ser falsas – ver, a propósito: www.washington.edu/news/2021/04/21/a-growing-problem-of-deepfake-geography-how-ai-falsifies-satellite-images.

Ainda outra refere-se à análise cuidada que é sempre necessário fazer aos dados que se obtêm. Wim Zwijnenburg, também do Bellingcat, dá o exemplo de uma história que foi publicada sobre um suposto derrame de crude, na costa do Iémen, com base em imagens de satélite que mostravam manchas negras em redor de um petroleiro. Afinal, eram apenas florações de fitoplâncton. 



Memórias, Francisco Pinto Balsemão

FRANCISCO PINTO BALSEMÃO
Porto Editora, 2021

Texto **Gonçalo Pereira Rosa**

Nunca tendo o autor desta recensão caminhado no sopé do Everest, só pode conjecturar sobre o que pensa o montanhista que, impressionado pelo monte que se ergue à sua frente, tem de encontrar forças para o trepar. À escala literária, as 999 páginas deste volume tão aguardado de memórias exigem dedicação semelhante pois, a todo o momento, o peso e o volume incómodo sobre o colo recordam o leitor de quão proveitosa teria sido a opção do editor se repartisse o texto por dois volumes.

Passada essa estranheza, *Memórias, Francisco Pinto Balsemão* cumpre as expectativas. Constitui uma memória imprescindível e uma cápsula do tempo, uma defesa de acções passadas e um programa vigoroso para o futuro.

Este é um país avesso a exercícios memorialistas. No campo jornalístico, haverá – no limite – três dezenas de volumes de memórias em século e meio de Jornalismo com fins comerciais e nenhuma foi publicada por um dos grandes *patrões* de empresas jornalísticas portuguesas. Nem a família Pinto de Azevedo deixou escrito o seu registo da história de *O Primeiro de Janeiro*, nem Silva Graça ou a família Pereira da Rosa ditou memórias sobre *O Século*. A família Balsemão é talvez a última sobrevivente que se consagrou ao negócio dos jornais e definiu o que é hoje o Jornalismo. Se mais motivos não existissem (e existem), esse bastaria para celebrar a publicação desta obra.

Como um motor a gasóleo, estas memórias demoram a aquecer. Porém, passadas as subtilezas familiares, o volume constitui um registo indispensável para



O volume constitui um registo indispensável para compreender o processo de crescimento do *Diário Popular* na década de 1960, que o levará a tornar-se o mais vendido jornal português em 1969, a fundação do *Expresso* entre 1972 e 1973, a reprivatização de *A Capital* em 1988 e a fundação da SIC em 1992

compreender o processo de crescimento do *Diário Popular* na década de 1960, que o levará a tornar-se o mais vendido jornal português em 1969, a fundação do *Expresso* entre 1972 e 1973, a reprivatização de *A Capital* em 1988 e a fundação da SIC em 1992. É a história do próprio Jornalismo que ali fica plasmada pela pena de um dos seus principais construtores.

Nem todas as personalidades

gostarão de se rever no exercício, mas um volume de memórias não é escrito sob promessa, com mão assente sobre a Bíblia, de que se contará toda a verdade e só a verdade. É também um exercício de interpretação e (em casos pontuais, sejamos justos), um ajuste de contas.

A fundação do *Expresso* é o capítulo mais rico para todos aqueles que se interessam por Jornalismo. Depois da publicação das memórias não autorizadas de Balsemão (por Joaquim Vieira), das memórias de José António Saraiva e do livro-entrevista de Vicente Jorge Silva, foi construída uma narrativa sobre o *Expresso* que deixou de parte dois dos principais protagonistas na fundação do semanário mais relevante do país no último quartel do século XX: por um lado, o próprio Balsemão (apresentado por Vicente como pouco mais do que um administrador) e por Saraiva e Vieira (como um condutor sem mãos para o veículo que fundara); por outro, Augusto de Carvalho, agora apresentado sob outra luz, como o principal responsável pela constituição da equipa que protagonizou o complexo parto que pôs nas bancas o semanário no dia 6 de Janeiro de 1973.

Há injustiças nas memórias de Francisco Balsemão – Jacinto Baptista e José de Freitas não são suficientemente valorizados no *Diário Popular*, a dimensão literária e jornalística de Artur Portela é diminuída, José António Saraiva e Vicente Jorge Silva são removidos dos pedestais em que os próprios se colocaram. E há silêncios compreensíveis. Mas valorize-se o que se conta. Os documentos inéditos. As relações de accionistas e fundadores como nunca tinham sido apresentadas. As zangas com parceiros comerciais em momentos cruciais da vida.

Do cume do Everest, escaladas as 999 páginas, a perspectiva do horizonte do Jornalismo é subitamente mais clara. ■

Os três D dos media: desigualdade, desprofissionalização e desinformação

JOSÉ NUNO MATOS, FILIPA SUBTIL, CARLA BAPTISTA (ORGS.)

Outro Modo, 2021

Texto **Carla Martins**

Na sequência de “A crise do Jornalismo em Portugal” (2017), esta obra alarga e sistematiza a reflexão sobre o estado dos media e do Jornalismo em Portugal. Os “três D” do título são “de sabor amargo” e “males maiores”, porque os que mais comprometem a missão social e orientação pública do Jornalismo de hoje.

Ainda que organizado em seis partes, os temas dos 19 capítulos tocam-se nas grandes problemáticas hodiernas. O contexto de liberalização, mercantilização, concentração da propriedade, convergência e hegemonia das plataformas digitais globais (Elsa Costa e Silva) encurralaram o Jornalismo. A atividade vive sob a ameaça da tecno-mercantilização da informação e do “capitalismo de plataforma” (José Luís Garcia e Graça Meireles), com efeitos na transfiguração socioprofissional do Jornalismo. Numa outra dimensão, alteram-se profundamente as formas de trabalho e de emprego, acentuando-se a precarização. Logo no estágio: José Nuno Matos recorre à expressão “economia política do estágio” e nunca como agora faz sentido a ideia de um “exército comunicacional de reserva”.

No exercício da profissão, exige-se polivalência e práticas correspondentes ao imperativo do imediatismo, o que contribui para a “descompetencialização” (Tiago Lima Quintanilha). Com a abundância de digitais, entram em voga novos meios de difusão de notícias de deslumbramento fácil e pouco refletidos, como os *podcasts*,



O contexto da Covid-19 proporcionou o ressurgimento do Jornalismo, mas também agudizou o recuo de receitas, a precariedade e o desinvestimento coletivo no trabalho jornalístico

mas é preciso pensar sobre os usos jornalísticos destas tecnologias (Diogo Silva da Cunha e Joana Ramalho).

O contexto da Covid-19 proporcionou o ressurgimento do Jornalismo, mas também agudizou o recuo de receitas, a precariedade e o desinvestimento coletivo no trabalho jornalístico (Carlos Camponez e Madalena Oliveira). As perspetivas de futuro dos próprios profissionais não são animadoras. Aliás, a integração de precários na RTP, ao abrigo do PREVPAP, foi a exceção (Nelson Silva).

O desinvestimento nos media e no Jornalismo reflete-se no emagrecimento das suas fileiras, em comparação com a área da comunicação estratégica, e na perda de força contra a “indústria da persuasão” no processo de

construção da opinião pública (Vasco Ribeiro). Na verdade, são várias as tensões que desafiam as fronteiras do Jornalismo, com o crescimento da hibridização de campos, formatos e géneros (Joaquim Fidalgo). O Jornalismo fica também refém das métricas e do estado emocional das audiências, hipotecando-se como veículo de informação estruturada e fundamentada sobre fenómenos complexos, como a pandemia (Jacinto Godinho) ou o populismo (Paulo Pena, José Rebelo e Carla Baptista).

Na vertente da desigualdade, reflete-se sobre a continuidade dos desequilíbrios de género nas redações, sobretudo no acesso às posições de topo, e nas representações mediáticas (Carla Martins). As assimetrias ter-se-ão agravado durante o estado de emergência (Filipa Subtil e Maria João Silveirinha). Foram os media informativos capazes de desafiar quadros hegemónicos de representação da violência contra as mulheres no âmbito de relações de intimidade? A questão é lançada por Rita Basílio Simões, perscrutando o potencial emancipador destas narrativas.

Neste enquadramento, os modelos de financiamento dos media são fundamentais (Sandra Monteiro), devendo ser equacionados com o valor e a sustentabilidade dos projetos editoriais (João Miranda). Um dos caminhos passará pelo Jornalismo de investigação e a oferta de uma informação distinta (Pedro Coelho e Marisa Torres da Silva).

Impõe-se uma nota final, ainda que minoritária, além das brumas da crise. O Jornalismo reinventa-se e resiste. Estão em movimento formas de regulação das plataformas pelo poder político democrático e a criação de projetos alternativas em que o Jornalismo se afirma enquanto forma literária virada para a vida cívica (José Luís Garcia e Graça Meireles). ■



O lado invisível do mundo

JOSÉ MANUEL BARATA-FEYO

Clube do Autor, 2021

Texto **Paulo Martins**

Conjunto de estórias contadas quase ao correr da pena, vividas enquanto repórter (ou melhor: imagens, que nessa qualidade “colheu” e agora partilha), a obra de José Manuel Barata-Feyo tem como eixo central a viagem de um jovem de 29 anos, em 1977, da África do Norte “austera e intimidatória” à África Negra plena de calor humano. “Um ano, 28 fronteiras, sete conflitos”: a descrição seria suficiente para abrir o apetite da leitura, tanto mais que saltos geográficos e temporais para outras grandes reportagens ajudam a converter este num livro de aventuras, com ingredientes como uma arma encostada à cabeça ou a prisão por suspeita de pertença a um grupo de mercenários.

Todavia, não é dessa longa jornada africana que se extrai a mais succulenta revelação. É de um voo para o México, em 1997, durante o qual o presidente da República Mário Soares toma a iniciativa de falar com Barata-Feyo sobre uma situação ocorrida 13 anos antes, era Soares ainda primeiro-ministro. Trata-se do conflito entre a RTP e o jornalista, a propósito de uma reportagem em Angola, que lhe valeu 18 meses de suspensão de funções, só emitida, a 2 de outubro de 1984, por determinação do então Conselho de Comunicação Social. Volvido quase um quarto de século, Barata-Feyo quebra o *off the record* a que se amarrou, embora o interlocutor não o pedisse, perante uma inusitada declaração. Sem reconhecer culpas pela ingerência governamental, disse-lhe que, nessa altura, “estava rodeado de bestas”.

Barata-Feyo recorda, a par e passo, o caso em que, graças ao regulador de órgãos estatais da época, “a liberdade de imprensa



“O jornalista não resolve problemas. Nem endireita o que vai torto”, escreve Barata-Feyo, admitindo que possa alterar o rumo dos acontecimentos

ganhou uma guerra contra o poder político”. A começar pela amarga surpresa: a meio da reportagem com as tropas da UNITA, na Angola em guerra civil, soube da sede de retaliação do governo de Luanda, por estar clandestinamente no país uma equipa da RTP, facto de que tomou conhecimento... pela própria RTP. “Tratava-se de uma condenação à morte, que só não fora executada porque o exército do MPLA não conseguira”, acusa.

A reportagem ficou pronta em maio de 1984, mas a odisséia estava apenas a começar. Meteu múltiplos contactos da embaixada de Angola, para impedir que fosse emitida; o cancelamento do programa “Grande Reportagem”; a intervenção direta do Governo; a leitura, em antena, de comunicados contraditórios; a acusação, sobre o jornalista, da prática de irregularidades

financeiras; um processo disciplinar, com vista a despedimento, aberto a ele e a Miguel Sousa Tavares; a solidariedade publicamente manifestada por nove jornalistas. “Não conheço outro caso de um jornalista, num regime democrático, que tenha sido vítima de semelhante perseguição *ad hominem* por ter feito... jornalismo”, afirma Barata-Feyo.

“O lado invisível do mundo” é um exercício de reescrita da memória, que o autor admite ser complexo: “Se um jornalista não tiver cuidado, muito cuidado, ao relatar o que viu e viveu, arrisca-se a esquecer o que não lhe convém lembrar ou a pintar a metade do quadro que lhe diz respeito em tons de cor-de-rosa e a metade dos outros com as cores sombrias de William Turner”. Para não se afastar do caminho traçado – “os factos, sempre os factos” – socorreu-se dos cadernos de notas que sempre o acompanharam profissionalmente. Procurou “ver para contar”, embora consciente de que essa atitude não o poupou a manipulações, como o barrete que enfiou na ilha de Goreia, no Senegal, ao reproduzir a história oficial da “Casa dos Escravos”, que a UNESCO também tomou por verídica.

“O jornalista não resolve problemas. Nem endireita o que vai torto”, escreve Barata-Feyo, admitindo que possa alterar o rumo dos acontecimentos. Cita duas reportagens, ambas de 1983, na RTP, que produziram esse efeito: a que efetuou no Chade com o cirurgião Fernando Nobre, a operar à luz de candeeiros de petróleo, “sementinha” para o projeto da Assistência Médica Internacional; e a de Rui Araújo em Timor, “decisiva” para a independência do território, pelo impacto junto da opinião pública e por ter abortado negociações secretas entre Lisboa e Jacarta que, na sua ótica, conduziriam ao reconhecimento da soberania indonésia. ■

Bibliotecas Partilhadas inateL

Deixe um livro
e leve outro.

Na sua próxima viagem aos hotéis INATEL reserve
tempo para ler e viaje pelo mundo através dos livros.

Participe nas leituras partilhadas!

HÓTEIS INATEL

INATEL Albufeira Hotel ***

INATEL Caparica

INATEL Castelo de Vide Hotel
São Paulo ** & Jardim ***

INATEL Entre-os-Rios

INATEL Flores Hotel ****

INATEL Foz do Arelho Hotel ***

INATEL Graciosa Hotel ****

INATEL Linhares da Beira Hotel Rural ***

INATEL Luso

INATEL Cerveira Hotel ****

INATEL Manteigas Hotel *** & Casa da Roda AL

INATEL Oeiras

INATEL Piódão Hotel ****

INATEL Porto Santo Hotel ***

INATEL Palace S. Pedro do Sul Hotel ****

INATEL S. Mª Feira

INATEL Vila Ruiva Hotel ****



Reserve já em qualquer INATEL Local ou em hoteis.inateL.pt | Para mais informações, contacte: Hotéis INATEL | 210 072 387 | hotelaria@inateL.pt

Turismo de Natureza

RNAV T n.º 2954

ROTA DAS FAIAS – VIVA A NATUREZA NA SERRA DA ESTRELA

Data 21 a 24 abril

Partidas Viana do Castelo | Braga | Porto | Aveiro

Preço por pessoa desde 313€

PICO - A ILHA MONTANHA

Data 29 junho a 2 julho

Partida Aeroporto de Lisboa

Preço por pessoa desde 965€

CAMINHO FRANCÊS DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Data 1 a 7 maio

Partidas Lisboa | Castelo Branco | Covilhã | Guarda

Preço por pessoa desde 1088€

CAMINHAR NUM PARAÍSO NATURAL: FAIAL, FLORES E CORVO


Data 16 a 20 julho

Partida Aeroporto de Lisboa

Preço por pessoa desde 871€

Reserve já em qualquer INATEL Local ou em turismo.inateL.pt | Para mais informações, contacte: 210 027 000 | turismo@inateL.pt





A indústria farmacêutica
continua a **renovar**,
dia após dia, o compromisso
com as pessoas para
mais e melhor vida



apifarma

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA
INDÚSTRIA FARMACÉUTICA

www.apifarma.pt